

Adiante!

Plenário da Administração Pública hoje em Lisboa

É tempo de luta

Às 50 medidas do Governo a Frente Comum de Sindicatos e os trabalhadores da Administração Pública respondem com uma campanha de esclarecimento, avançam para a



luta e propõem acções efectivas de controlo da despesa, recusando a estafada receita de serem os trabalhadores a pagar a factura dos desmandos governativos.

Pág. 13

Língua portuguesa

Um veículo de cooperação



«A língua portuguesa e a sua presença no mundo» esteve em debate num encontro-convívio do PCP em Lisboa. Na sua intervenção, Carlos Carvalhas sublinhou a importância da língua como veículo de comunicação e de cultura.

Pág. 6

Festival de Almada

A festa desceu à rua

O pano subiu no dia 4 e vai estar aberto até dia 18. Em cena, 32 produções, em 46 espectáculo, protagonizados por 29 companhias. É a maior iniciativa de teatro em Portugal. A não perder.

Pág. 26

Guerra nos Balcãs

A «Colheita essencial»

A NATO, que em 1998 promoveu o separatista UCK a «libertador do Kosovo», vai enviar uma força de três mil homens para a Macedónia. O nome da missão não podia ser mais sarcástico: «Colheita essencial».

Pág. 23



A Festa já está a crescer

Reportagem

Adiante! festa!

Págs. 15, 16, 17 e 18

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Ligia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00

EUROPA
50 números: 23 000\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



O PCP promove, na Assembleia da República, uma audiência sobre a situação em matéria de alcoolismo

Resumo

4 Quarta-feira

Vinte e cinco sindicatos da Madeira emitem um comunicado conjunto solidarizando-se com a luta dos trabalhadores do porto do Funchal por um vínculo ao sector

- Os trabalhadores da vidreira Mandata regressam às ruas da Marinha Grande, exigindo o pagamento dos salários em atraso
- O Sindicato dos Maquinistas (SMAQ) marca uma greve para os dias 10 e 13, protestando contra a transferência de trabalhadores para o Metro do Porto
- O antigo presidente argentino Carlos Menem é acusado num processo sobre as vendas ilegais de armas à Croácia e ao Equador.

5 Quinta-feira

O PCP promove, na Assembleia da República, uma audiência sobre a situação nacional em matéria de alcoolismo

- A CDU de Sintra coloca no IC19 (Sintra/Lisboa) várias faixas denunciando o tempo que os munícipes perdem diariamente no trânsito
- O Egipto denuncia a política de liquidação de activistas palestinos pelo governo de Ariel Sharon
- As forças macedónias e a guerrilha albanesa assinam um acordo de cessar-fogo, mediado pela NATO e pela União Europeia
- O governo sudanês dá a sua aprovação a uma iniciativa da Líbia e do Egipto destinada a pôr fim à guerra civil que desde há 18 anos flagela o país.

6 Sexta-feira

Assinala-se o Dia Internacional das Cooperativas

- Os sindicatos da Frente Comum da Administração Pública reúnem-se para analisar as medidas de contenção da despesa pública anunciadas pelo Governo e elaborar uma proposta de acção a apresentar em plenário dia 12
- Quatro palestinianos são mortos na Cisjordânia; a responsabilidade foi imputada pela polícia israelita a uma organização clandestina judia
- O cessar-fogo entre as tropas governamentais macedónias e os rebeldes de etnia albanesa é quebrado com combates na região da fronteira com o Kosovo.

7 Sábado

Encontro nacional do PCP sobre a «Agricultura Portuguesa e a Reforma da PAC»

- O presidente sírio, Bashar al-Assad, afirma que o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, está a planejar uma guerra no Médio Oriente
- Dezasseis pessoas são assassinadas por um grupo armado num falso posto de controlo numa estrada argelina
- Os emissários europeu e norte-americano na Macedónia apresentam ao presidente Boris Trajkovski e aos líderes dos principais partidos políti-

cos um documento que deverá servir de base às futuras negociações sobre as reformas institucionais reclamadas pelos albaneses.

8 Domingo

O Partido «Os Verdes» defende a divulgação dos termos do contrato e de eventuais negociações entre o Governo e a cimenteira Secil, para que a população de Setúbal se possa pronunciar sobre o encerramento da empresa

- A Federação Nacional de Caçadores e Proprietários acusa o Governo de organizar zonas de caça sem o acordo dos proprietários
- Catorze dos 16 partidos timorenses candidatos às eleições da Assembleia Constituinte assinam em Dili um pacto de unidade nacional, uma semana antes do início oficial da campanha
- O presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, lamenta o que considera uma «limitação demasiado limitada» dos EUA no conflito entre Israel e os palestinianos.

9 Segunda-feira

No âmbito do «Ano Europeu das Línguas», o PCP realiza um encontro-convívio sobre a língua portuguesa e a sua presença no mundo

- A CDU de Sintra apresenta uma queixa-crime no Ministério Público contra o presidente da Junta de Freguesia de Massamá pelo roubo das estruturas metálicas colocadas no IC19
- Dez sindicatos que representam o pessoal de terra da TAP apresentam um pré-aviso de greve de 24 horas para os dias 20, em Lisboa, e 21 em Faro e no Funchal
- O Sindicato dos Professores da Região Centro considera uma atitude «ilegítima, imoral e ilegal» o despedimento de dez professores da escola profissional da Beira Aguiar, com sede em Mortágua
- O chefe de Estado indonésio, Adburrhman Wahid, ameaça declarar o estado de emergência e convocar novas eleições caso prossiga o processo para a sua substituição.

10 Terça-feira

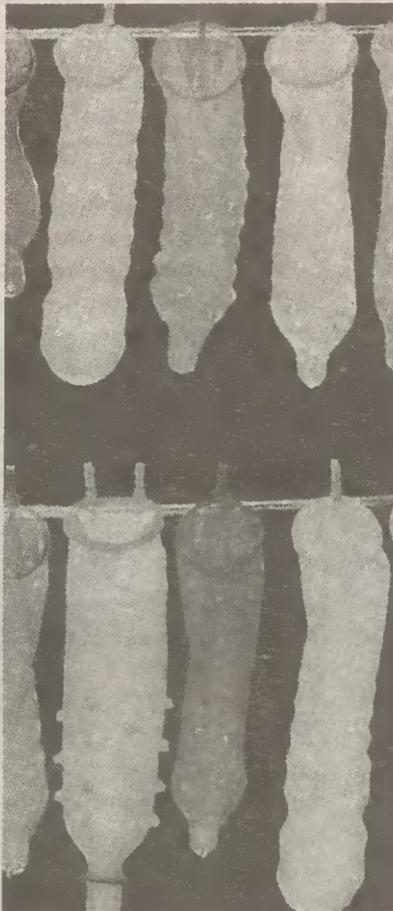
Os trabalhadores da Empresa vidreira Mandata, da Marinha Grande, suspendem a greve que efectuavam, depois de terem recebidos garantias por escrito, da administração, de que os salários em atraso serão pagos até ao fim da próxima semana

- Os pilotos da companhia aérea espanhola Ibéria entram em greve, reivindicando aumentos salariais
- Militantes da Fretilin reúnem-se para o primeiro congresso extraordinário do partido
- O ex-presidente filipino, Joseph Estrada, comparece no Tribunal Anticorrupção para responder às acusações de delapidação de dinheiros públicos
- Eugénio de Andrade é escolhido, por unanimidade do júri, para receber o Prémio Camões 2001.

Aconteceu

Casos de SIDA superiores aos registados

Portugal tem, desde 1983, cerca de 15 mil casos de VIH (vírus de imunodeficiência humana) oficialmente notificados, mas estima-se a existência de cerca de mais 15 a 30 mil infecções desconhecidas, as quais contribuem para a expansão da doença, segundo a agência Lusa.



A informação foi avançada por Fernando Ventura, coordenador da Comissão Nacional de Luta contra a SIDA (CNLCS), organismo do Ministério da Saúde. «Quanto mais perto o número de casos notificados estiver o número real de pessoas infectadas, maior controlo existe sob a transmissão da infecção», disse Fernando Ventura.

Na intervenção com que inaugurou a cerimónia de apresentação do plano estratégico da CNLCS, Ventura frisou que «os comportamentos de risco não são as pessoas infectadas, mas sobretudo das pessoas ainda não infectadas», concluiu.

Em Dezembro de 2000 existiam 36,1 milhões de pessoas infectadas a nível mundial. Em Portugal, estavam notificadas 16 731 casos.

«Há vida na Avenida»

É uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, que começou domingo na Avenida da Liberdade, cujas as faixas centrais estarão encerradas ao trânsito aos domingos, para diversas actividades.

«Terão acesso a bicicletas, skates e trotinetes para passear numa das mais prestigiadas artérias da capital, estando agendadas diversas manifestações de animação ao longo de todo o dia», refere um comunicado da autarquia.

Segundo o município, a acção pretende contribuir para uma nova cultura cívica, baseada na prioridade dos peões face ao automóvel e devolver a área à livre iniciativa dos lisboetas e das suas associações culturais, desportivas e recreativas.

Nestes três meses, aos domingos, os automóveis podem utilizar apenas as laterais da avenida.



Amália no Panteão Nacional

Os restos mortais de Amália Rodrigues foram trasladados domingo para o Panteão Nacional ao som de um dos seus fados.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, que interveio na cerimónia, realçou o carácter universal da obra de Amália, fadista com uma carreira «das mais gloriosas do século XX» e que foi «um passaporte de Portugal para todo o mundo».

A assistir à cerimónia, em que o chefe de Estado agraciou Amália a título póstumo com a

Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, estiveram presentes membros do Governo e de todos os partidos políticos com representação parlamentar.

A urna foi escoltada pela guarda-de-honra da GNR, e acompanhada pelas várias condecorações nacionais e estrangeiras com que a fadista foi agraciada em vida. O Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra entou diversos temas, nomeadamente «Foi Deus» e «Amália».

Na antiga resi-

dência - agora casa-museu - de Amália, na Rua de S. Bento, as janelas foram cerradas e apenas um xaile preto colocado na varanda do primeiro andar e uma flor branca testemunhavam que ali residiu a fadista.

O cortejo fúnebre esteve parado durante três minutos no local, seguindo depois entre aplausos e acenos de milhares de pessoas, seguindo depois em direcção ao Parlamento e Campo de Santa Clara, onde se situa o Panteão Nacional

Implantado primeiro coração mecânico

Um paciente norte-americano recebeu na passada semana o primeiro coração totalmente mecânico do mundo, feito de titânio e plástico.

O implante foi realizado pelos cirurgiões Laman Gray e

Robert Dowling, da Universidade de Louisville, numa operação que durou mais de sete horas, no Jewish Hospital de Louisville, Kentucky.

«Esta é uma via que, depois de aperfeiçoada, pode ser uma

resposta tecnológica para o problema da insuficiência cardíaca, que afecta cada vez mais pessoas em todo o mundo», sublinhou Manuel Oliveira Carregeta, que também é director do serviço de cardiologia do Hospital Garcia de Orta, «há cada vez mais necessidade de transplantes de coração e não existem órgãos suficientes para manter esses doentes vivos».



Correio electrónico despede trabalhadores

O correio electrónico de um terço dos trabalhadores norte-americanos que utilizam a Internet no local de trabalho, cerca de 14 milhões, está a ser constantemente vigiado pelas empresas, revela um estudo divulgado esta terça-feira.

A vigilância permite aos empregadores acumular bases de dados com informações que, no momento adequado, pode ser utilizada para despedir determinados trabalhadores,

assegura o relatório. Este tipo de observação aumentou 50 por cento nos últimos anos, principalmente porque a tecnologia necessária é mais barata. Uma das principais preocupações da fundação que emitiu este relatório é saber se está a ser dada a informação suficiente aos trabalhadores. «Dizê-lo, simplesmente, pode não ser suficiente», assegura Andrew Schulman, director desse estudo.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

O sistema de defesa antimísseis

Os impérios sempre sonharam ser eternos e invencíveis. As legiões de Roma asseguravam-lhe o domínio do mundo. A China pensou tornar-se inexpugnável com a sua muralha. As fortificações Incas no Peru visavam o mesmo objectivo. No entanto, nem as legiões, nem a muralha da China, nem as fortificações dos Incas deram a estes impérios a invencibilidade.

Neste começo de milénio, a nova administração Bush, pondo em causa todo o sistema de acordos sobre mísseis nucleares com a URSS e a Rússia, pretende desenvolver um sistema de armas que lhe asseguraria o domínio do planeta para os tempos mais próximos. Em que consiste este sistema? É o chamado Sistema de Defesa Antimísseis cujo objectivo é neutralizar os mísseis que possam ser disparados por outro Estado contra os EUA. Se este sistema fosse capaz de ser posto em prática, os EUA poderiam disparar contra quem quisessem, sem que o seu território fosse seriamente atingido.

Significa uma nova corrida aos armamentos nucleares



Tal filosofia constitui a subversão completa do equilíbrio actualmente existente e que tem permitido ao mundo viver em paz. Até aqui, quer a URSS, e agora a Rússia, quer os EUA não disparariam os seus mísseis porque caso o fizessem receberiam uma resposta tão demolidora que tornava o primeiro disparo uma autêntica loucura. Ora esta é a base que os EUA querem furar na mira de alcançarem a tal supremacia, a tal invencibilidade.

A este propósito, pretendemos levantar seis questões.

A primeira assenta em numerosos comentários que duvidam que tal sistema seja seguro e impeça os mísseis de passar. Até hoje os testes realizados pelos EUA falharam.

A segunda ganha particular acuidade com as declarações dos presidentes da China e da Rússia no sentido de se oporem firmemente àquele projecto. Tal posição significa a produção acelerada e em larga escala de novos mísseis intercontinentais. Uma chuva de mísseis impediria o sistema de funcionar e assim sempre permitiria atingir em cheio aquilo que os mentores do projecto dizem impedir.

A terceira revoga o Tratado ABM de 1972, o que leva a criar um clima de hostilidade entre os países com maior número de mísseis nucleares.

A quarta significa uma nova corrida aos armamentos nucleares. O próprio presidente francês, Jacques Chirac, já alertou para esse facto. A China, a Rússia, a própria França e muitos outros não vão ficar à espera de ver os EUA a desenvolverem armas e sistemas de armas que lhes concedam o domínio do mundo.

A quinta significará que centenas de milhares de milhões de dólares serão investidos na indústria da morte, enquanto centenas de milhões de seres humanos sofrem de subnutrição e fome, o que é eticamente deplorável e politicamente explosivo.

A sexta implica que todo o esforço despendido na aprovação e ratificação do Tratado de Não Proliferação Nuclear vai por água abaixo. Como podem os EUA investir como investem no armamento nuclear e exigir aos outros estados que o não façam? Ou que não se tornem estados possuidores de armas nucleares?

Em conclusão, o Sistema de Defesa Antimíssil não é um sistema de defesa, mas antes um sistema destinado a permitir atacar sem temor da resposta.

É um sistema que vai lançar o mundo numa enorme instabilidade e lançá-lo numa nova e brutal corrida às armas nucleares. É, por isso, preciso evitá-lo. Impedi-lo é o melhor sistema de defesa para todos os cidadãos do planeta.

A excepção de uma minoria, conluída entre a administração Bush e o complexo militar-industrial, toda a humanidade ganhará se ele não for por diante.

Editorial

ISTO ANDA TUDO LIGADO

Tendo como pano de fundo (entre outros exemplos que evidenciam os perigos que a actual situação internacional comporta) a venda de Milosevic ao tribunal imperial sediado em Haia, o Governo do PS prossegue, no plano interno, a sua exibição de cumpridor, no essencial, dos ditames do grande capital.

Vale a pena lembrar que, salvo raras e honrosas excepções, os comentadores nacionais que se debruçaram sobre o caso do ex-presidente da Jugoslávia aplaudiram o rapto com satisfação e entusiasmo – mesmo aqueles que, muito justamente, observaram que todo o processo era ilegal e violador do direito internacional... É óbvio que tais aplausos não decorrem apenas da postura leviana e irresponsável de que os ditos comentadores amiúde dão provas: neste caso, eles aplaudem *em consciência*, enaltecem a ilegalidade, a prepotência, o abuso da lei do mais forte, a abjeção, o crime, fazendo questão de afirmar o seu

não hesitou em apoiar os bombardeamentos da Jugoslávia e em enviar soldados portugueses para o Kosovo.

Ontem, o Governo do PSD, em autêntico estado de desgraça e criticado por vários dos homens mais poderosos do País (que chegaram a acusá-lo de estar «a praticar uma política socialista»), desdobrou-se em remodelações que «consumiram» dezenas de ministros e visaram, sempre, aperfeiçoar a política de direita. Hoje, o Governo do PS, igualmente desacreditado, igualmente criticado pelos donos do País (que o acusam de fazer uma «política de esquerda»), desdobra-se em remodelações que «consumem» dezenas de ministros e visam, sempre, cumprir melhor a política de direita.

Cavaco Silva anunciou repetidas vezes o «relançamento», o «afinar do rumo», o «novo ciclo» – e fê-lo sempre no cenário de um «oásis» só dele, e dos seus próximos, conhecido. António Guterres mandou anunciar, primeiro, o «novo ciclo»; depois, a «nova fase»; agora, o «novo impulso» ou o «suplemento de alma novo» – sempre tendo como cenário um «paraíso» só dele, e dos seus próximos, conhecido.

Cavaco Silva apresentou-se como o «mais prestigiado e admirado» na Europa e apresentou Portugal como um «modelo» por todos invejado e com lugar cativo no «pelotão da frente»; António Guterres introduziu uma *nuance* nesse discurso: diz, há seis anos, que «no espaço de uma geração venceremos o atraso que nos separa dos países europeus mais desenvolvidos».

O Primeiro-Ministro do PSD garantiu a bem-aventurança para todos os portugueses. O seu colega do PS imitou-o e fez questão de introduzir no seu discurso uma precisão cirúrgica: «Com o Governo do PS, nunca os trabalhadores da Função Pública perderão poder de compra»...

Feitas as contas, estão ambos cheios de razão quando, mutuamente, se acusam de mentirosos.

É hábito antigo dos comentadores e analistas de serviço à política de direita situarem as origens das crises (seja o PSD seja o PS que estejam no Governo) nas «incapacidades», «formas», «estilos», «práticas» dos governantes do momento. Percebe-se-lhes o hábito: criticando os governos absolvem a política por eles praticada e fortalecem o ciclo alternante, indispensável à prossecução da política de direita – ciclo que se alimenta em grande medida na postura de um partido que, afirmando-se de esquerda, pratica, no poder, uma política que, no fundamental e nomeadamente em relação às estruturas económicas, é a mesma que praticam os partidos da direita assumida.

Quebrar esse ciclo alternante – trazendo à luta e à intervenção um número crescente de intervenientes – é, assim, condição *sine qua non* para a construção de uma nova política e constitui tarefa prioritária de todos e todas – homens, mulheres, jovens – que acreditam que a solução dos problemas do País passa pela substituição da actual política por uma política de esquerda. E que essa substituição exige o indispensável reforço da influência social, eleitoral e política do PCP.

“Isto anda tudo ligado e a raiz dessa ligação é a política de direita”

apoio incondicional ao conteúdo opressivo e totalitário da nova ordem imperialista.

Dez anos depois da «Guerra do Golfo», que constituiu um momento marcante na construção dessa nova ordem, o processo que culminou com a entrega de Milosevic ao TPI – instituição gerada e financiada pelos EUA, de cujas ordens é fiel executante – assinala um novo e perigoso avanço dos que ambicionam o domínio absoluto do Planeta.

Naturalmente, o desacreditado Governo do PS fez o que dele se esperava: apoiou a ilegalidade. E fê-lo com o mesmo à-vontade com que concretizou o degradante processo de remodelação que, como era previsível, se traduziu na acentuação do conteúdo de direita da sua política, visível nomeadamente no anunciado *volta atrás* da reforma fiscal – assim confirmando que a sua subserviência face aos donos do Mundo está em perfeita consonância com a sua prática política interna. De facto, isto anda tudo ligado e a raiz dessa ligação é a política de direita – nas suas vertentes externa e interna e quer o seu executante se apresente como líder da direita quer se esconda por detrás de uma máscara de esquerda.

Há dez anos, Cavaco Silva deu o seu entusiástico aval ao genocídio praticado no Iraque por decisão do imperialismo norte-americano e ao subsequente bloqueio, traduzidos na morte de, até agora, mais de dois milhões de iraquianos. Por seu lado, António Guterres, na mesma atitude seguidista em relação aos mesmos mandantes,

Actual A P2 e a Moderna

• Carlos Gonçalves

Há 20 anos, em Março de 1981, começou em Milão o Processo Judicial contra a loja maçónica P2, que revelou uma vasta conspiração criminosa de grandes interesses para impedir a mudança democrática e progressista em Itália.

No escândalo P2 não faltaram as componentes clássicas: o vínculo ao integrista católico, à direita fascista e parlamentar e ao seu financiamento, as antenas no Partido Socialista, as infiltrações em áreas sensíveis do Estado, o assalto aos *media*, a intimidade com grandes bancos, a articulação maçónica, mafiosa e com os círculos mais reaccionários do imperialismo.

Nem faltou qualquer crime grave do Código Penal: terrorismo, assassínio, associação criminosa, corrupção, burla e todos os tráficos.

As consequências diversas desse Processo e dos que lhe sucederam, mudaram a história de Itália e perduram até hoje.

Em Portugal, o Processo Judicial da Moderna data apenas de Janeiro de

1999, mas já são claras semelhanças com a P2.

Também à nossa dimensão, e num quadro de evolução e implosão fulgurantes, a Moderna é o maior escândalo político-criminal da nossa democracia, um projecto global de conquista do poder em áreas decisivas, no Estado, na política, na economia e nos *media*, por uma «elite» da extrema direita, com intervenção directa de PPortas e provento das suas finanças e do CDS/PP.

Com conexões criminosas e a grandes interesses, apoios numa conspiração maçónica internacional e incidências no crime económico, tráficos diversos, associação criminosa e terrorismo.

De semelhante a Moderna e a P2 têm também as enormes resistências ao avanço da Justiça.

Assim se explicam os ataques soezes contra a juíza que ousou prender preventivamente quatro dos mais

importantes arguidos do Processo. Foi uma decisão judicial independente e nessa medida normal, mas foi também um facto relevante para a Justiça portuguesa - foi vencida a impunidade que (quase) sempre protege os criminosos de «colarinho branco» e os poderosos.

Veremos no futuro até onde irá a Justiça, se será capaz de condenar toda a associação de criminosos que dirigiu a Moderna, ou se será derrotada pelos poderes dominantes e as manobras do PS de chantagem a PPortas. (Guterres no «Estado da Nação» voltou a gabar-se de ser impossível uma «nova AD».)

Como em Itália, sobrarão cumplicidades, novas provocações e talvez um qualquer Berlusconi.

E será necessária toda a coragem para tornar possível a Justiça e fazer acontecer um futuro de mãos limpas para o regime democrático.



Prefiro ver um boi voar

• Aurélio Santos

Viaja uma pessoa pela Internet e salta-lhe ao caminho um libelo acusatório contra o PCP anonimamente assinado «Bento Luís» (B-L). Apresenta-se o autor como porta-voz de «comunistas renovadores».

Trata-se obviamente de um texto apócrifo («apócrifo: do grego *apokryfos*, «oculto», diz-se do documento cujo autor e data não correspondem à verdade. Exemplo: os evangelhos apócrifos»).

E lembra-me isto uma história da minha infância: um santo frade conhecido pela sua credulidade é chamado à janela por outros frades: «Venha ver, irmão, um boi a voar!» Ele foi. E perante as risadas da confraria explicou: «Julguei mais natural um boi voar que um frade mentir»...

Também eu, como o fradinho da história, acho mais natural ver um boi a voar do que um comunista alinhar assim nas campanhas contra o seu partido - onde ele sabe muito bem que, por muito crítico que seja, tem sempre espaço e direito para discutir as suas opiniões (reconhecendo, naturalmente, outro direito: o de que delas se discorde).

Posto isto, vejamos o que dali saiu. Bem sei que se trata dum simples jogo de computador, desses para entreter os amadores do virtual. Mas fiquei curioso de procurar a lógica do jogo.

Logo nos primeiros painéis acusa ele o PCP de «MRPPismo» por andar a «morder as canelas do PS» em vez de alinhar numa «alternativa de esquerda» - para que não venha

af «a direita pura e dura». Alternativa de esquerda? Venha ela! Mas qual a contribuição do suposto B-L para essa alternativa?

Ideias sobre o conteúdo de tal alternativa: zero. Mas curiosamente, desfere raivosas caneladas às propostas do PCP para uma política de esquerda, concreta, ela sim (e basta abrir o «Avante!» ou o Diário da Assembleia da República para ver a coerência e constância com que o PCP as faz). E entretanto nem um beliscão (nem um!) à descarada política de direita empenhadamente seguida pelo PS e o seu Governo! Que significado atribuir então à evidente falsidade de lançar sobre o PCP a responsabilidade de ainda não se ter concretizado uma alternativa de esquerda na política portuguesa? Será uma «bengalização» do PCP o que se quer, quando o PS cambaleia, procurando desesperadamente bengalas que o amparem? Deus me livre de cair em suspeição - mas o que se pretende, em vez de alternativa de esquerda, será um PCP alternativo, acomodaticio? Assim a modos que um PCP (b-l)? Bengalizado.

Por curiosa coincidência caiu o texto B-L na Internet quando a remodelação governamental confirmava a mais evidente submissão à tal «direita pura e dura».

Por isso digo: cá para mim, o tal joguinho virtual deve ser apócrifo. Tão apócrifo como o Evangelho de Jesus Cristo atribuído ao ex-apóstolo Judas Iscariotes.



Olhos nos olhos

• Anabela Fino

Olhos nos olhos, como António Guterres não se cansa de repetir há um ror de anos, os governantes portugueses têm andado a garantir-nos que o País está decididamente lançado na senda do desenvolvimento.

A moda vem dos tempos de Cavaco Silva, que nos pôs no «pelotão da frente» e serviu a teoria do «oásis»; seguiu-se Guterres, que à força de pedalar na tecla do «paraíso rosa» chegou a convencer alguns de ter ganho a camisola amarela.

Pois bem, sem que se perceba nem como nem porquê, o período de graça acabou.

Enchida a barriga com as privatizações, o capital arrotou e exigiu mais. Ofendido com a simples possibilidade de ver beliscadas as suas mais-valias, tocou a reunir. Crítica hoje o que antes aplaudiu, exige as cabeças dos favoritos de ontem, ameaça sem dó nem piedade os fiéis amigos.

Atarantado com tanta incompreensão, o Governo mete as mãos pelos pés. Porque é preciso «dizer a verdade aos portugueses», Guterres vai à televisão contar as mentiras combinadas com os ministros descartáveis; porque a reforma fiscal «é para cumprir», o novo titular das Finanças parte para a Europa a colher experiências dos parceiros comunitários e a falar de «ajustamentos»; porque a remodelação governamental não podia ser melhor, Jorge Coelho ciranda pelo País a convencer o partido de que não há razões para sustos.

Como uma desgraça nunca vem só, eis que a ONU escolhe precisamente este conturbado período para vir dizer o que já muitos sabiam ou desconfiavam: Portugal continua alegremente a vinte anos - vinte! - dos seus parceiros da União Europeia. Duas décadas de atraso perfeitamente consolidado: em 1995 estávamos ao nível

que os outros tinham alcançado em 1975; em 2000 não fomos além do patamar registado pelos nossos parceiros em 1980.

Em primeiro lugar, só mesmo no que toca à corrupção, segundo o relatório das Nações Unidas. Resta a consolação de saber que alguns parceiros não entraram na contagem, o que eventualmente vicia um pouco as regras do jogo.

De olhos nos olhos, Guterres assegura que o mal não está no País, está na cauda do mundo, que no Burundi ou na Etiópia as coisas são muito piores.

O capital esfrega as mãos e puxa a brasa à sua sardinha, encontrando aqui a prova provada da sua insatisfação. É preciso apertar o cinto aos trabalhadores e aumentar a produtividade para ganhar a batalha... do crescimento económico. O desenvolvimento virá depois.

A receita é a mesma de há vinte anos. Até de olhos fechados podemos afiançar que nessa política radica a causa do nosso atraso.



Frases

“Nós mudámos de Governo sob a aparência de uma remodelação. E não seria necessária muita subtilidade para suspeitar que mudámos de “regime”?”

(Eduardo Lourenço, *Visão*, 05.07.01)

“O que teve lugar, em dois dias, sob o nosso olhar, nem sequer espantado, foi (...) uma espécie de naufrágio do PS. Não do Governo PS, mas do partido de que esse Governo é expressão?”

(idem, *ibidem*)

“O PSD tinha os seus barões e estes mantinham com a imprensa uma natural relação de compadrio e receio. Os socialistas, que durante anos se especializaram em conspirações e em segredos mal guardados, não têm baronato. São uns pândegos.”

(Francisco José Viegas, *Jornal de Notícias*, 05.07.01)

“Pensava eu que os crimes de guerra eram imprescritíveis - o que faz com que se agora há um TPI destinado a julgar esses crimes na Jugoslávia, como é que desculpamos o que os americanos fizeram no Vietname, os franceses na Argélia, e os portugueses nas antigas colónias da Guiné, Angola e Moçambique (...) Alguém acredita (...) que em Moçambique, na Argélia, no Vietname, não se cometeram crimes idênticos, só que contra árabes, pretos e vietnamitas e não contra brancos?”

(José Pacheco Pereira, *Público*, 05.07.01)

“Será que os juízes e a senhora procuradora [do TPI] tirarão certidões para abrir mais processos agora contra o senhor Robin Cook, o eng. Guterres, ou o presidente Clinton?”

(idem, *ibidem*)

“Se existisse uma culpabilização universal dos crimes de guerra, a única que permitia uma justiça equitativa, muitos dos acusados viriam de nações poderosas e não de obscuros locais de África - e mesmo assim nem todos - e dos derrotados nos Balcãs?”

(idem, *ibidem*)

“A eventual credibilidade de um tribunal global como o TPI vai muito para além do julgamento de Slobodan Milosevic. O próprio cenário balcânico da última década forneceu uma série de candidatos potenciais a réus. Mas onde estão eles? Serão esquecidos apenas porque foram aliados das potências ocidentais? Num mundo unipolar como este, em que a capital está em Washington, é bom que se perceba que os culpados estarão sempre do lado dos inimigos do império?”

(M. Bettencourt Resendes, *Diário de Notícias*, 06.07.01)

“Em vez de pedir a demissão do Governo por grosso ou a retalho - actividade em que parecem ocupar os seus tempos livres -, o sr. Barroso e o sr. Portas deviam, a bem da Pátria, pedir a deles. Como Guterres, provaram abundantemente a sua incompetência. E o País percebeu.”

(Vasco Pulido Valente, *idem*)

“Sobre o verdadeiro significado desta governação - se dúvidas houvesse, elas já foram, em boa parte, dissipadas, com as notícias sobre as anunciadas alterações à reforma fiscal naquilo que se refere à tributação das mais-valias. Pelo menos, fica claro quem manda e quem obedece. Mas, se o que está em causa é governar à direita, não será preferível, em nome da apregoada transparência, que seja a direita, ela própria, a governar?”

(Mário Mesquita, *Público*, 08.07.01)



Santarém discute Desenvolvimento Um distrito complexo mas com futuro

«**P**ensar Desenvolvimento» foi o lema da reunião que a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP realizou, há uma semana, visando uma reflexão sobre a realidade do distrito e a abordagem de alguns factores determinantes para o seu desenvolvimento e valorização.

Os participantes, cerca de quatro centenas, eram quadros do Partido ligados a diversos sectores de actividade, destacando-se, entre eles, autarcas, sindicalistas e especialistas em áreas decisivas para o desenvolvimento do distrito.

Luísa Araújo, membro da Comissão Política, avançou os objectivos da reunião para a qual foram preparadas duas matérias: a sistematização de alguns dados específicos,

essenciais para o diagnóstico do distrito – a cargo de José Ferreira Tão – e uma análise ao Plano de Desenvolvimento Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo feita por Sérgio Ribeiro.

Ao desenvolvimento do distrito «não são indiferentes os índices de natalidade e de velhice, a taxa de desemprego da população agrícola, a percentagem do poder de compra e o valor médio da pensão anual por pensionista»,

começou por lembrar Luísa Araújo, chamando a atenção também para a necessidade de se ter em conta a integração de Santarém na Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo, a principal região metropolitana do país.

Estava lançado o debate sobre a realidade de um distrito que integra 21 concelhos, distribuídos por quatro regiões de turismo, um deles - Ourém - integrando duas das várias Associações de Municípios, enquanto Fátima, o pólo de maior incidência turística, se encontra ligada a uma região de turismo (Leiria) que não pertence ao distrito.

Portanto, um distrito complexo, que sofre ainda as consequências de estar integrado na Área Metropolitana de Lisboa, como se pôde verificar quando da atribuição dos fun-

dos estruturais, de que foi «centrifugado».

Contudo, Santarém «tem futuro», ainda que o seu desenvolvimento dependa, em grande parte, da política seguida pelo Governo, até aqui caracterizada pelos ataques aos direitos dos trabalhadores que, só nos últimos dez anos, viram encerradas mais de 80 empresas do distrito e a quem o patronato deve mais de 3 milhões de contos de indemnizações.

Combater assimetrias

O problema dos transportes públicos apareceu, no decurso da reunião, como uma questão essencial para o dis-

trito, nomeadamente para o seu turismo e para uma boa gestão dos equipamentos existentes. Apesar disso, como foi sobejamente denunciado, a situação dos transportes tem piorado muito nos últimos anos, quer a nível de qualidade quer de quantidade.

O desenvolvimento passa «pelo combate às assimetrias» que marcam o distrito e pelo «exercício do princípio da solidariedade entre concelhos», avança um participante. Preservar o que «somos hoje como paisagem e como ecossistema», alerta outro. Definir que política agrícola pretendemos, diz ainda um outro, para quem «sem a regularização do Vale do Tejo e do Sorraia não

há desenvolvimento» no distrito, já que a água e a floresta são os dois pilares deste desenvolvimento.

Os problemas da juventude, ao nível do associativismo, do ensino e do emprego; a necessidade de passar a encarar o Tejo não só como um pólo de desenvolvimento turístico e de aumento da qualidade de vida da população mas também sob a vertente da sua navegabilidade; a aposta na parceria indústria-agricultura-formação para vencer os atrasos que, em última instância, podem constituir uma «vantagem» - a de não cometer os mesmos erros dos outros -, foram outras das muitas questões levantadas naquele debate que, por sugestão de alguns camaradas, deveria repetir-se em Fevereiro próximo.

A realidade

Dados apresentados no debate mostram que, apesar de o Censos 2001 apontar para um aumento da população do distrito de Santarém de mais 9035 indivíduos, houve dez concelhos que perderam população, com particular destaque para Abrantes, Coruche e Mação, hoje em processo de desertificação acelerada e com saldos naturais (diferença entre o número de nascimentos e de mortes) e migratórios negativos.

Houve um crescimento do parque habitacional do distrito, mas Mação, por exemplo, nos últimos dez anos construiu apenas um edifício, correspondente a mais 47 alojamentos.

Relativamente ao índice de envelhecimento médio do país (92%), constata-se que só Benavente e Entroncamento tiveram um índice inferior à média nacional, tendo todos os outros concelhos índices superiores, com destaque para Mação (328%).

A população agrícola do distrito de Santarém (25%) ultrapassa a média nacional em 6 pontos percentuais, sendo que em três concelhos - Ferreira do Zêzere, Mação e Sardoal -, ela é da ordem dos 70%.

A taxa média de mortalidade infantil desceu para níveis razoáveis mas há ainda três concelhos - Abrantes, Ferreira do Zêzere e Rio Maior - onde ela supera o valor da taxa média nacional.

Só cinco concelhos do distrito de Santarém (Constância, Coruche, Salvaterra de Magos, Rio Maior e Tomar) exportaram mais do que importaram. Todos os outros têm balanças comerciais negativas, com destaque para Alcanena com um défice de 25,9 milhões de contos.

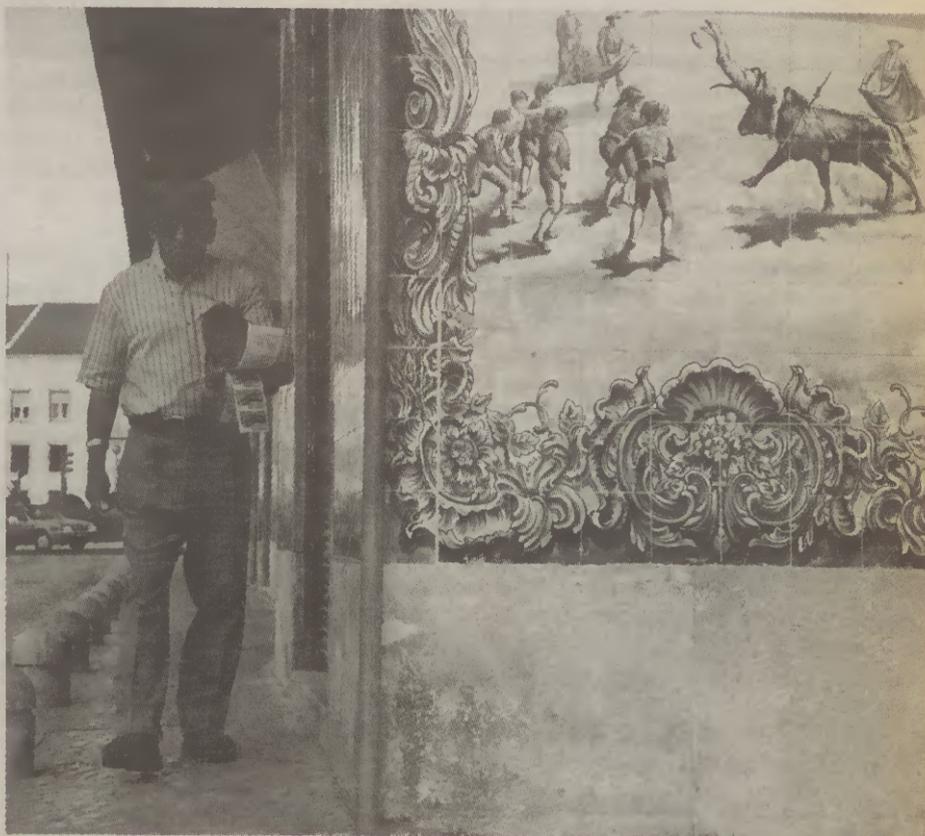
Os depósitos bancários dos concelhos são inferiores aos créditos concedidos em cerca de 52 milhões de contos mas este facto não se traduz, como deveria, por uma actividade

económica visível ou, pelo menos, significativa.

O índice *per capita* em 1999 (poder de compra manifestado quotidianamente por habitante) atinge o seu valor máximo no Entroncamento (109.546%, para um valor médio nacional de 100%) e o mínimo em Mação (49.5464%).

Ainda relativamente a 1999, dos 21 concelhos do distrito, só quatro - Alcanena, Benavente, Ourém e Salvaterra de Magos - tiram ganhos com a indústria turística.

Em conclusão, a realidade do distrito de Santarém revela a existência de fortes assimetrias e de uma população envelhecida, um quarto da qual se dedica à agricultura; um aumento de população graças aos fluxos migratórios mas saldo natural negativo na maioria dos concelhos; uma balança comercial deficitária; e inexistência de indústria turística na grande maioria dos concelhos.



A complexidade do distrito é agravada pelas assimetrias que marcam os seus 21 concelhos e dificultam um desenvolvimento harmonioso. Entretanto, como factor decisivo para alterar a situação, os comunistas apontam a regularização urgente do Vale do Tejo e do Sorraia, uma vez que a água e a floresta são dois importantes pilares desse desenvolvimento

PCP expressa apoio à afirmação
do português como língua internacional

Um veículo de cooperação

No âmbito do «Ano Europeu das Línguas», o PCP promoveu, na segunda-feira, no C.T. Vitória, em Lisboa, um encontro-convívio sobre «A língua portuguesa e a sua presença no mundo», com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, em que estiveram presentes agentes e representantes de associações culturais, nomeadamente dos PALOP. Para além da intervenção de Carlos Carvalhas (que a seguir transcrevemos), usaram da palavra José Sucena, da Editorial Caminho, e a deputada Luísa Mesquita (cujas intervenções serão publicadas na próxima edição do «Avante!»).

Quero em meu nome e em nome do meu Partido agradecer a vossa generosa presença, a vossa resposta positiva ao convite que vos foi dirigido.

Com esta iniciativa integrada no Ano Europeu das Línguas, o PCP quer assinalar esta efeméride e dar o seu contributo para a reflexão sobre defesa, valorização e difusão da língua portuguesa.

No nosso Programa Eleitoral para as legislativas de Outubro/99, sublinhávamos que a democratização da Cultura, no nosso ponto de vista, é uma orientação estratégica para o desenvolvimento democrático de Portugal. Significando o entendimento da Cultura, não como um privilégio nem como um mero sector da produção e circulação de mercadorias, mas como um factor de transformação da vida, assente na elevação do exercício dos direitos culturais e no reconhecimento das necessidades, aptidões e aspirações culturais do povo português. Neste quadro, defendíamos e defendemos o apoio à afirmação do português, na sua diversidade, como língua internacional, bem como, a promoção da criação cultural portuguesa no mundo, designadamente no espaço europeu, no Brasil, e no espaço africano lusófono, no mundo ibero-americano e no oriente, e a recepção crítica das culturas internacionais.

E nesse sentido definimos seis objectivos estratégicos entre os quais salientávamos o apoio à afirmação do português, na sua diversidade, como língua internacional.

Na verdade não basta a auto-satisfação e a repetição, sempre que esta questão é tratada, que a língua portuguesa é uma das mais faladas no mundo. A língua portuguesa precisa de ser defendida, valorizada, promovida e difundida.

É necessário defender e ganhar para a língua portuguesa um lugar de prestígio, o que não se consegue se não houver uma efectiva política da língua portuguesa.

E a primeira interrogação que colocamos é se temos uma efectiva política da língua portuguesa e tendo-a, levantamos ainda a questão de ver se o seu conteúdo e prática são dignos desse nome, quer nos países em que o português é língua materna quer em relação à difusão e fortalecimento do português no estrangeiro.

Políticas desgarradas

A importância de uma política de ensino da língua portuguesa para se poder projectar a cultura portuguesa de forma continuada e sustentada é uma evidência.

Mas como muitos afirmam o que temos tido não é uma política da língua, global, coordenada e continuada. Temos tido políticas desgarradas com mais ou menos impulsos, umas vezes do ministério dos Negócios Estrangeiros, outras vezes dos ministérios da Cultura e da Educação, outras ainda do ministério da Economia, de forma avulsa e desencontrada.

E tem também significado que ainda agora no debate sobre o estado da Nação, tal como tem acontecido noutros debates, o Governo tenha falado da situação da saúde, do ensino, da economia, das forças armadas, da justiça, mas nada ou muito pouco tenha dito sobre a política de valorização da língua portuguesa, mesmo neste Ano Europeu das Línguas.

A língua é um veículo de comunicação, de cultura, mas na concepção do imperialismo é também um veículo de domínio e subordinação no campo ideológico e económico. Não temos naturalmente, esta última concepção. Para um Partido que se reclama dos atributos de patriota e internacionalista, a língua é também e no caso do português em particular, um veículo de cooperação, de interajuda, de valorização e diálogo das culturas dos diversos cidadãos, povos e nações que se exprimem em português.

E esta é também uma questão que devia preocupar e ocupar, por exemplo, a CPLP, se almejar ter funções úteis e reconhecidas.

Mas ao celebrarmos hoje e aqui, a nossa língua, a língua de Camões, de Pessoa, de Eça, de Ferreira de Castro, de Cardoso Pires, de Saramago, de Sofia de Mello Breyner, de Urbano Tavares Rodrigues, de Orlando da Costa, de Manuel Alegre, de Ary, de Alexandre O'Neill, de Mário Sá Carneiro, de Lin-

dley Sintra, Jacinto Prado Coelho, Óscar Lopes, de Amália, de Carlos do Carmo e de tantos outros que foram e são grandes embaixadores da nossa identidade, da nossa maneira de ser e estar, da nossa cultura, queremos também prestar homenagem aos milhares de cidadãos anónimos, gente simples que em Paris, no Luxemburgo, em Macau ou em Timor, nas sete partidas do Mundo continuam a fazer mil sacrifícios para que os seus descendentes falem o português e não o percam, que o mesmo é dizer para que não percam as raízes com a mãe pátria.

E queremos também prestar homenagem ao esforço das editoras e aos professores e leitores de português no estrangeiro que muitas vezes sem apoios, enfrentando tantas dificuldades e incompreensões, longe dos seus, ensinam o português nos PALOP's e aos descendentes da diáspora nos países de emigração portuguesa.

Para todos a nossa saudação e o nosso reconhecimento.

Direito à cultura e às tradições

Um dos grandes deveres do Estado português é o de apoiar o ensino de português aos portugueses emigrados. Infelizmente este dever é muitas vezes esquecido pois os emigrantes continuam a ser olhados sobretudo como os que nos remetem as suas poupanças em divisas. Os emigrantes mereciam melhor sorte. Ainda recentemente na Assembleia da República alertámos para a triste situação que se vive, dando inclusivamente alguns exemplos significativos: em França foram reduzidos nove horários com cerca de 22 horas cada; na Holanda, a grande maioria dos professores portugueses que lecciona a língua portuguesa é paga pelo governo holandês e não tem acesso às poucas acções de formação pedagógica dadas pelo governo português; na Suíça foi extinto o ensino recorrente apesar da discordância da comunidade portuguesa aí residente; na Alemanha há centenas de alunos sem aulas de língua portuguesa, havendo ainda a registar o facto de existirem professores estrangeiros a leccionar a língua portuguesa à comunidade; o mais importante instrumento legislativo (o Decreto-Lei 13/98), relativo ao exercício da função docente no estrangeiro, não é cumprido pelo Governo.

Mas não ficámos pela denúncia. Apresentámos também um projecto de resolução, que foi aprovado, visando a criação de um programa de expansão e qualificação do ensino da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro; bem como a elaboração de um "Livro Branco" sobre a situação actual.

Sabemos que o português é muitas vezes olhado pela grande burguesia dos países de acolhimento dos nossos emigrantes, não como língua de comunicação internacional mas como língua de emigrante, língua de pobre. E também por isso, e como já foi afirmado, mais necessário se torna intervir e procurar que «os que já a herdaram e a falam a não percam».

E nesse sentido, temos levado à prática várias iniciativas. Assinalo entre outras, nos últimos anos, a mesa-redonda que promovemos acerca da integração no sistema de ensino português dos jovens luso-descendentes que regressam a Portugal, os muitos debates, e as diversas jornadas de reflexão realizadas no nosso país e no estrangeiro, bem como as várias iniciativas legislativas, como temos procurado dar resposta aos problemas.

E se reivindicamos para os nosso emigrantes o direito de quererem transmitir aos seus a nossa cultura, também as escolas do nosso país deverão reconhecer aos descendentes dos imigrantes o direito à sua cultura, às suas tradições, o direito a não renunciarem às suas origens, à igualdade de tratamento e de oportunidades.

É também de grande interesse que os imigrantes que não falam o português, como é o caso dos imigrantes dos países do Leste a aprendam e a façam a sua segunda língua. Também por aqui difundimos a nossa cultura e abrimos as portas ao entendimento, à cooperação, ao diálogo das culturas e à paz entre os povos. Também por isso, queremos daqui saudar as autarquias e os sindicatos que têm desenvolvido acções generosas no ensino do português a estes trabalhadores.

Calcula-se que o número de imigrantes é de cerca de 250 mil de diferentes nacionalidades que não podem nem devem ser discriminados e amputados nos seus direitos cívicos, sociais e culturais. E para muitos o conhecimento da língua portuguesa também se insere na luta contra a desigualdade, a exclusão social, a marginalização, numa concepção política que combatendo na raiz fenómenos racistas e xenófobos se inscreve num conceito de cidadania que privilegia o exercício de direitos e a justiça social para todos.

Uma língua multinacional

Nesta celebração ainda duas palavras, uma para os problemas que se prendem com o alargamento da União Europeia, outra para o novo Dicionário da Academia editado há poucos meses depois de durante muitos anos ter sido equi-

parado às obras de St.ª Engrácia. Quebrou-se a maldição da letra A, mas não a da polémica. Ainda esta semana na Revista "Expresso" vários depoimentos críticos dão a conhecer ao grande público diferentes pontos de vista, com o sublinhado de que se trata de um «Dicionário padrão da língua», mas não um dicionário da «língua-padrão», isto é: o dicionário da Academia é um dicionário normativo, mas não é um dicionário que faça lei.

Temos um instrumento. Foi editado. São muitas as vozes autorizadas a dizer que este vai precisar de ser revisto e aprofundado.

Malaca Casteleiro, afirmou que «se agitaram as águas», havendo quem se interrogue se um dicionário da Academia deve ser polémico ou consensual. E seria possível ser consensual? E quantos anos mais seriam necessários?

Ainda em 1998, Óscar Lopes numa entrevista, lamentava o facto da nossa Academia, que se tinha proposto fazer um dicionário, não ter passado da palavra azurrar. Temos agora a sua edição, tendo sido assumido que o nosso idioma se modificou com as mudanças sociais, culturais, técnicas, com o encontro e diálogo com outras versões de português e com outras línguas, ombreado com o dicionário "Aurélio", editado no Brasil e não se confinando ao rectângulo europeu e ao habitual eurocentrismo. Se necessita de ser revisto e aprofundado que o seja e que não seja esquecida, naturalmente, a introdução dos novos vocábulos que da vida e da criatividade dos falantes em português vão continuar a surgir.

É que a nossa língua e cultura não é só a de Camões, Alexandre Herculano, Eça e de Pessoa, não é só a dos portugueses de Portugal, é também dos escritores como Machado de Assis, Jorge Amado, João Ubaldo, Cecília Meireles..., ou dos africanos Mia Couto, Pepetela ou Baltazar Lopes..., ou dos artistas como Vinicius de Moraes, Chico Buarque, Adriana Calcanhoto, Maria Betânia, Valdemar Bastos, Cesária Évora, Celina Pereira..., e dos milhões de falantes que se exprimem em português nas mais diversas paragens do mundo.

O acolhimento de vocábulos oriundos dos países de língua oficial portuguesa e a referência a tantos escritores de diversos países lusófonos, é o reconhecimento do português enquanto facto social e multinacional. É que o português de Angola, que é «mais quente», como já alguém disse, ou o português do Brasil, «gostoso» como afirmou Manuel Bandeira, é tão português como o de Lisboa, de Coimbra ou do Porto.

E nesta pequena intervenção não quero entrar na polémica dos que afirmam que a língua portuguesa embora seja das menos sexistas da Europa (Elsa Rodrigues dos Santos, vice-presidente da Sociedade da Língua Portuguesa), a verdade é que nela continua a existir muitas interdições ao feminino. Mas as línguas mudam e absorvem as mudanças da sociedade. Apesar de em Portugal, por exemplo, o cargo de general não ter sido ainda ocupado por uma mulher, a gramática contempla o género feminino da palavra, uma realidade que não acontece por exemplo, na língua francesa (in "Notícias da Amadora" /2001-07-05).

A importância do português

Uma outra questão mais localizada, mas também de grande importância para a língua portuguesa, é o tema das línguas oficiais da União Europeia.

As línguas oficiais e de trabalho com o alargamento vão ser substancialmente reduzidas. Como alguns têm vindo a alertar é necessário desenvolver acções coordenadas de modo a que a nossa língua faça parte do núcleo das línguas oficiais reconhecidas como línguas de trabalho. E tendo em atenção que o número dos que falam português na União Europeia é pequeno, esta batalha tem de ser centrada, como tem vindo a ser referido, na importância que o português tem no mundo e nas ligações da União Europeia com os PALOP's e com outros continentes, o que tem de contar com a acção diplomática e política convergentes dos diversos países que falam português. Esta é uma acção que poderia ser também cometida, entre outras instâncias, à CPLP que teria de desenvolver um trabalho sistemático, dinâmico e determinado.

O PCP tem estado a preparar ainda no quadro do Ano Europeu das Línguas, uma iniciativa de maior fôlego com o objectivo de debater e aprofundar a questão de uma efectiva política para a Língua Portuguesa que terá lugar mais adiante.

Hoje foi sobretudo uma iniciativa para sublinhar a importância que conferimos a esta problemática, a necessidade de se encontrarem respostas, e repostas conjuntas ou coordenadas nos diversos países, e também uma iniciativa de convívio com muitos daqueles que na América, na Europa, em Portugal e nos PALOP's se preocupam com o prestígio da nossa língua e das nossas culturas.

Saudando todos os povos que se expressam em português e saudando todos os portugueses emigrados, agradeço mais uma vez a vossa presença amiga e fraterna.

MÉRTOLA Registo Predial desfalcado

A Comissão Concelhia de Mértola do PCP, na sua última reunião, analisou a situação de alguns serviços públicos locais, particularmente a Conservatória do Registo Predial, onde a falta de funcionários tem vindo a lesar os interesses da população, traduzindo-se por grande morosidade no andamento dos processos. Estes atrasos, alguns de seis meses, impedem muitas vezes a concretização atempada de transacções imobiliárias, obras de construção civil e outras actividades.

A Concelhia do PCP exige, assim, do Governo e dos seus responsáveis regionais a solução urgente do problema que, em sua opinião, só não atinge maiores proporções, graças à «entrega profissional dos poucos funcionários que ainda restam nos serviços». As populações de Mértola, por seu lado, esperam que os anunciados cortes financeiros na administração pública não penalizem ainda mais as populações do interior, nomeadamente em áreas como a Saúde ou a Justiça.

AÇORES

Flores sem RTP 1

O Grupo Parlamentar do PCP/Açores apresentou, na semana passada, na Assembleia Legislativa Regional, um requerimento sobre a não captação na Ilha das Flores do Canal 1 da RTP em toda a ilha e todos os dias.

Sendo a RTP 1 «um serviço público a que todos os portugueses têm direito» e uma vez que o pagamento efectuado pelo Estado para que este canal de televisão chegue a todos os lares açorianos «pressupõe que esse sinal chegue em boas condições», o PCP quer saber do Governo que razões levam a que, nas Flores, não se consiga captar desde há dias o sinal do Canal 1 da RTP.

PORTO

Obras do Metro suspensas

O anúncio da suspensão do financiamento das obras da 2.ª fase do Metro Ligeiro do Porto foi recebido com indignação pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que acusa o Governo de pôr em causa o alargamento da rede de Metro do Porto -

nomeadamente a Gondomar, à zona ocidental de Vila Nova de Gaia e ao centro de Maia -, alheando-se da urgente resolução do grave problema de transportes públicos na Área Metropolitana do Porto.

Esta atitude, na opinião da DORP, contrasta com a manutenção de importantes investimentos para a Área Metropolitana de Lisboa, «aprofundando as assimetrias económicas e sociais» existentes entre estas duas áreas.

Mas a suspensão das obras - que o PCP critica com veemência -, demonstra também que o Governo PS «não respeita os seus próprios compromissos», preferindo continuar a «sacrificar» as populações da Região do Porto. Por seu lado, os comunistas vão continuar a lutar pelo alargamento da Rede do Metro Ligeiro e pelo bom andamento das obras, quer na Assembleia da República quer nos órgãos autárquicos da Região.

De Gotemburgo a Génova

Reflexão necessária

Durante a última Cimeira da União Europeia, as ruas de Gotemburgo foram palco de violência policial e acções de destruição que tiveram um grande impacto mediático sobre o qual importa reflectir.



Albano Nunes
Membro do Secretariado do CC

Claro que o interesse da comunicação social não é injustificado. Não é todos os dias que, numa cidade em ambiente de quase estado de sítio para proteger uma «cimeira», manifestantes levantam barricadas, recorrem a «cocktails molotov», incendiam viaturas, destroem estabelecimentos comerciais, tudo isto perante uma legião de forças policiais aparentemente impotente.

Mas como foi isto possível tratando-se de grupos minoritários de «anarquistas» (diz a imprensa) em contraste com o comportamento da grande massa dos manifestantes? Por que é que os promotores das acções de destruição e violência gratuita puderam desenvolver boa parte da sua acção sem serem perturbados? Esta situação, que aliás se tem verificado nou-

repressivas. O facto do próprio acordo Schengen ter sido «suspensão» na Áustria para impedir a liberdade de circulação é particularmente significativo. Como significativo é que a Bélgica tenha anunciado como uma «prioridade» da sua presidência da U.E. a adopção de medidas para «proteger» as suas cimeiras. Já se fala na criação de uma «task force» para «lidar com manifestações violentas» e na criação de «bases de dados de agitadores» (Público, 27.6.01).

Depois do modo surpreendente como foram noticiadas as «acções directas» de Seattle, Washington ou Praga, depois do fêrreo «black out» a grandes manifestações, com marca de classe, como foram as de Lisboa e Porto por ocasião das «cimeiras» da

U.E. no primeiro semestre de 2000 - em contraste com a valorização folclórica de grupos e acções sem expressão popular, - eis que soa «o alarme». E quando seria lógico que se assestassem baterias para os perigos inerentes à vitória de

Berlusconi em Itália e ao avanço da extrema-direita na Europa, eis que, por obra e graça de actuações como as de Gotemburgo, a tónica vai-se deslocando para o perigo da «violência da extrema-esquerda», que seria inerente às manifestações antiglobalização.

Convergir esforços

A cooperação e a solidariedade internacionalistas são uma exigência incontornável da luta pela emancipação social e humana.

// A cooperação e a solidariedade internacionalistas são uma exigência //

tras ocasiões e noutros países, causa estranheza. Não falta quem considere haver autêntica encenação para projectar internacionalmente uma imagem negativa e desmobilizadora das manifestações. E mesmo quem veja o dedo das polícias no desenrolar dos acontecimentos.

Seja como for, o sensacionalismo que caracterizou a mediatização selectiva das acções marginais às manifestações contribuiu já para criar na opinião pública sueca um clima favorável à (re)introdução na Suécia de orientações e práticas policiais

Numa situação em que as receitas neoliberais entram em estrepitosa falência, se estreita a olhos vistos a base de apoio do capitalismo na sua forma actual, e se alarga e diversifica a frente «antineoliberal» e «antiglobalização» - é inevitável que no movimento de massas se manifestem reacções, tanto de impaciência e «contestação» inconsequente, como de oportunismo reformista de coloração diversa. É necessário combater tais tendências que prejudicam o avanço da luta.

A acção conjunta no plano internacional é indispensável. Não se trata obviamente de «saltar de cimeira em cimeira» como por vezes se sugere. Os partidos comunistas e de esquerda não podem andar a reboque da agenda dos principais centros de articulação do grande capital, têm sim que mergulhar o mais profundamente possível no terreno concreto da luta de classes, a começar pelo marco nacional e pelo local de trabalho.

Mas a realização de acções internacionais, e em particular o aproveitamento de tal ou tal «cimeira» para convergir esforços e dar projecção à luta antimonopolista e anti-imperialista, é de uma grande importância. A manifestação de Génova, em 21 de Julho, por ocasião da próxima reunião do G/8, é uma dessas oportunidades e tanto mais quanto os camaradas da Fundação Comunista estão muito empenhados no seu êxito. Após a vitória de Berlusconi, ela assumirá necessariamente um significado particular.

É, por isso, necessário desmascarar os propósitos do imperialismo para responder com o reforço de medidas de policiamento e repressão ao avanço das acções conjuntas das forças progressistas. E, simultaneamente, intervir com coragem política na intensa luta ideológica em curso no campo das forças e acções «antiglobalização» para impedir que, separadas da dinâmica das lutas populares, elas possam frustrar energias e generosidades de grande valor.



Vidreiros protestam

Uma concentração convocada pelo Sindicato da Indústria Vidreira, reuniu, na quarta-feira, na Marinha Grande, os trabalhadores vidreiros e as populações que com eles se solidarizaram, em protesto contra a crise que de novo ameaça o sector de cristalaria, agora confrontado com o anúncio da eventual deslocalização de pelo menos uma empresa garrafeira para fora da região, envolvendo cerca de 500 postos de trabalho.

Passados três anos sobre o encerramento definitivo da Manuel Pereira Roldão e de sete anos de luta que gerou um movimento de solidariedade em todo o País, volta a pairar sobre os trabalhadores, designadamente os da empresa Mandata, um clima de incerteza e insegurança quanto ao seu futuro.

Assim, com salários e subsídios de férias em dívida e um futuro particularmente incerto, os trabalhadores não tiveram outra alternativa que não fosse a de recorrer à greve.

A denúncia cabe à Direcção da Organização Regional de Leiria, que responsabiliza o Governo — que controla as

empresas de capital de risco que acordaram um plano de viabilização da empresa — e a parte maioritária do capital social da Mandata pela falta de entendimento para encontrar soluções para a empresa, levando esta a um estado de degradação de consequências imprevisíveis.

Entretanto, a J.M. Glass, para além de ter em atraso o pagamento dos salários de Junho, anuncia a sua intenção de despedir 120 trabalhadores e, de uma forma que o PCP classifica de «repugnantemente ilegal» e «desprovida de escrúpulos», diz que o fará sem o pagamento de indemnizações a que a lei obriga.

A Atlantis, em Alcobaça, por sua vez, anunciou também o despedimento de 100 trabalhadores e os indicadores que se conhecem não são de molde a descansar os trabalhadores, já preocupados com a situação do sector.

Solidário com a luta dos trabalhadores vidreiros, o PCP alerta-os para o previsível agravamento da situação caso o Governo não tome com urgência as medidas que se impõem no sector.

Carlos Carvalhas defende o aproveitamento das potencialidades do movimento cooperativo

Um factor de desenvolvimento

A propósito do Dia Internacional das Cooperativas, que se comemorou na passada sexta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontrou-se com dirigentes do Movimento Cooperativo e visitou algumas daquelas estruturas, nomeadamente as instalações da CoopLisboa e a Pluricoop, no distrito de Setúbal.

Na Pluricoop, onde se encontravam diversos dirigentes cooperativistas, Carlos Carvalhas começou por alertar para a necessidade de se proceder, no nosso país, a uma «reflexão preocupada e interventiva» sobre os problemas do movimento cooperativo.

Referindo-se, depois, à CoopLisboa, que havia visitado de manhã, e à própria Pluricoop, o dirigente comunista lembrou que só estas 2 cooperativas movimentaram em conjunto no ano 2000 «cerca de 13 milhões de contos», servindo os seus mais de

100 000 cooperantes e garantindo perto de 500 postos de trabalho. Aliás, das cerca de 3000 cooperativas que existem em Portugal, envolvendo muitas centenas de milhar de cooperantes em múltiplos sectores de actividade, só as 100 maiores movimentaram, em 2000, cerca de 500 milhões de contos e garantiram 11 000 empregos.

Trata-se, pois, de um «importantíssimo património» com 150 anos de intervenção que, apesar de «protegido» na Constituição da República, se confronta hoje com a «ditadura» do pensamento único, a

ofensiva do neoliberalismo, a lei do mais forte, o domínio económico globalizado das multinacionais e das actividades financeiras e especulativas».

Na legislatura anterior, a Assembleia da República reconheceu finalmente o papel do sector no desenvolvimento social do País, aprovando por unanimidade o Código e o Estatuto Fiscal Cooperativo, mas... prosseguiu o secretário-geral do PCP, as políticas seguidas nos últimos anos «de concentração de riqueza e benefício das actividades especulativas e financeiras» e de «substituição da produção nacional pela importada», têm levantado crescentes dificuldades ao desenvolvimento do cooperativismo.

Governo marginaliza

Como Carlos Carvalhas denunciou, a política do Governo é de «marginalização e desinteresse» em relação ao sector, sendo de sublinhar o facto de o pacote das 50 medidas de austeridade que o Governo aprovou, tal como o orçamento rectificativo,

significarem «mais dificuldades para os trabalhadores, para os pequenos empresários, para os reformados e pensionistas, para os cooperantes e para o movimento cooperativo em geral».

O Governo PS aprovou um Programa de Desenvolvimento Cooperativo (PRODESCOOP), mas na prática desprezou as propostas concretas apresentadas pelo sector, sendo os apoios e incentivos definidos «em muitos casos inferiores aos estabelecidos para os sectores empresariais privados», gerando não a discriminação positiva mas negativa das cooperativas.

Pela sua parte, o PCP defende o aproveitamento das potencialidades do movimento cooperativo no terreno económico e social «como factor de desenvolvimento do país, de justiça social e de educação para a cidadania», assim como o «reconhecimento efectivo da especificidade, interesse e vantagem das cooperativas e da sua função social» e a implementação de medidas concretas de discriminação positiva, nomeadamente no acesso aos apoios comunitários.

Mais, os comunistas querem o reconhecimento das cooperativas como parceiros estratégicos das políticas de desenvolvimento rural e local; o apoio efectivo às estruturas representativas do movimento cooperativo, acabando com as discriminações negativas implícitas e explícitas; e a inclusão dos temas cooperativos em programas de ensino.

Só 100 grandes cooperativas movimentam quase 500 milhões de contos



As cooperativas são um património com 150 anos de intervenção

Noite de fados na Moita

Uma noite de «fado vadio», promovida pela célula dos trabalhadores da Câmara Municipal da Moita, reuniu, na sexta-feira, no Pátio da Capriço Moitense, mais de 150 pessoas. Entre os fadistas convidados viam-se Duarte de Oliveira, Carmen Garcia, Américo Correia, Sol Fernandes, Miléne Candeias e Pedro Romão, encontrando-se à guitarra e à viola Paulo Luís e João Martins. Mas, numa noite como esta, não podia, naturalmente, faltar a voz de António Domingos, maduro nestas andanças, e agora cabeça de lista da CDU à Junta de Freguesia da Moita, sendo que, para além dele, usaram também da palavra Joaquim Gonçalves e João de Almeida, respectivamente presidentes da

Assembleia Municipal e da Câmara Municipal da Moita e cabeças de lista aos mesmos órgãos.

Baixa da Banheira

Horas antes, dera-se a abertura das Festas Populares da Baixa da Banheira, onde em plena Rua Primeiro de Maio está montado um Pavilhão PCP/CDU.

Com exposição política, materiais de propaganda CDU e um bar a funcionar, o espaço será o local de um almoço-convívio, no próximo sábado, antevéspera do encerramento das festas, em que participará Carrasco, cabeça de lista da CDU à Junta de Freguesia da Baixa da Banheira.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António José Mendes Bravo

Faleceu, com 81 anos de idade, o camarada António José Mendes Bravo. Membro do Partido desde 1941, militou na clandestinidade com o pseudónimo de «Braga». Participou na campanha eleitoral de Norton de Matos, integrado no Movimento de Unidade Democrática. Emigrou para o Brasil nos finais dos anos 50, integrando desde logo o Movimento Democrático dos portugueses exilados no Brasil. Actualmente fazia parte do núcleo de comunistas portugueses no Rio de Janeiro.

Avelino Gonçalves Martins

Faleceu o camarada Avelino Gonçalves Martins, de 63 anos de idade. O camarada pertencia à organização da freguesia de Minde, concelho de Alcanena, onde tinha a tarefa de cobrança de quotas.

Saul Josefa Rodrigues

Faleceu, no dia 5 de Julho, com 79 anos de idade, o camarada Saul Josefa Rodrigues, natural de Nogueira, concelho de Bragança. Era membro do Partido desde 1977.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Castelo Branco

Governo «passa ao lado»

A visita do primeiro-ministro a alguns concelhos do distrito de Castelo Branco saldou-se por um programa «vazio de conteúdo», que se resumiu à apresentação do Pólis «em segunda versão», à promessa de derrube de um edifício e a um «almoço popular».

A denúncia cabe à Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP que acusa ainda António Guterres de ter «passado ao lado» dos graves problemas do aparelho produtivo do distrito, dos pro-

blemas de milhares de trabalhadores do sector têxtil, dos cortes nos apoios à educação e da falta de investimentos em equipamentos e acessibilidades rodó e ferroviárias.

Aliás, a visita do primeiro-ministro confundiu-se «escandalosamente» com a de secretário-geral do PS, mais parecendo tratar-se de uma visita de campanha eleitoral para resolver problemas do PS no que diz respeito às autárquicas.

Na verdade, o primeiro-ministro deixou também sem resposta questões como a

construção do IC-6 e do túnel de Alvoaça; a supressão de comboios pela CP; a electrificação da linha da Beira Baixa até à Covilhã ou a construção de infra-estruturas como o Quartel da GNR em Caria e da PSP na Covilhã.

Entretanto, o distrito de Castelo Branco continua a despovoar-se, diz a DORCB, responsabilizando a política de investimentos do Governo pela acentuação das assimetrias entre o interior e o litoral. Fruto dessa política, muitas empresas atravessam já difi-

culdades, com todas as consequências sociais que daí resultam para os trabalhadores: salários em atraso, despedimentos, precariedade laboral. Se algumas empresas vivem já essas dificuldades — como a Camila, a Sotima, a Delphy —, outras poderão em breve vir a enfrentá-las.

O PCP não deixará, assim, de continuar a denunciar as injustiças sociais provocadas por esta política do Governo que, afinal, visa fazer com que sejam os trabalhadores e as suas famílias a pagar a crise.

LOURES Legalizado bairro ilegal

O Bairro da Fraternidade, localizado na freguesia de São João da Talha e a segunda maior área urbana de génese ilegal (AUGI), está desde esta semana legalizado, com a aprovação em simultâneo pela Câmara Municipal de Loures do estudo de reconversão e da emissão do alvará de loteamento. Pela sua dimensão – mais de 51 hectares de implantação – o Bairro da Fraternidade foi dividido, para efeitos de legalização, em oito células onde se distribuem as cerca de 5 mil pessoas que vivem nos mais de 1500 fogos do bairro. Área essencialmente residencial, o bairro contempla também espaços públicos, uma vez que as áreas cedidas para a construção de equipamentos, zonas verdes e de lazer rondam os cinco hectares. Com a aprovação de mais este estudo de reconversão e alvará de loteamento, o município de Loures prossegue o trabalho de recuperação e legalização das AUGI's do concelho, em estreita colaboração com associações de moradores e proprietários.

ODIVELAS PS mentiu

A CDU de Odivelas acusou, no passado dia 5, o PS, quer na Comissão Instaladora quer no Governo, de mentir às populações e aos utentes da EN 250 e da EN 250-2. Depois de sucessivas promessas, acusa a CDU, «mais uma vez os anunciados trabalhos de beneficiação das referidas estradas são uma fraude». A CDU exige o terminar imediato de «promessas e propagandas» e o rápido início das obras, marcadas para meados de Junho, como informou a própria Comissão Instaladora do Município em 11 de Junho, cujo edital foi novamente distribuído, agora pela CDU, à população e aos utentes.

GOUVEIA Câmara beneficia privados

A CDU exige à Câmara Municipal de Gouveia que os fundos comunitários sejam canalizados para o proveito público, dando o exemplo da necessidade de requalificar o Parque do Curral do Negro, que «actualmente se encontra num estado de degradação e subaproveitamento». Datado do dia 5, o comunicado da CDU veio a propósito da intenção do executivo rosa da Câmara – com o apoio tácito do PSD – de captar fundos comunitários para, «em benefício de privados, construir as infra-estruturas de um tal Complexo Termal de Gouveia, o qual, como ficou bem claro em plena Assembleia Municipal de 20 de Junho passado, pela insuspeita voz do empresário, não passa de uma miragem, sem pernas para andar, um bluff com mais de 15 anos»

CDU é a primeira a definir candidatos às freguesias Estar mais perto dos problemas

A CDU definiu e apresentou, em iniciativa com centenas de apoiantes, realizada no passado sábado num hotel da cidade, os seus primeiros candidatos a treze das quinze freguesias do concelho do Porto.

António Neto, candidato à freguesia de Paranhos, que apresentou a sessão, declarou que «iniciamos uma empolgante tarefa que é o processo de constituição das listas CDU» cujo primeiro passo foi a apresentação dos candidatos aos órgãos municipais – Rui Sá e Emídio

Ribeiro, presentes na sessão – assim como dos segundos nomes a estes órgãos, Cristina Pimenta e Teresa Medina.

Para a CDU, afirmou António Neto, «os órgãos autárquicos ao nível da freguesia assumem importância determinante porque são aqueles que permitem um contacto muito directo com os proble-

mas concretos das populações», sendo através das freguesias que a democracia de proximidade, «componente essencial do Estilo CDU», atinge maior dimensão.

As competências das juntas, afirma, não podem ser ignoradas, visto ser a estes órgãos que

compete, entre outras atribuições, «participar no processo de elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território; aprovar operações de loteamento urbano e obras de urbanização respeitantes a terrenos integrados no domínio patrimonial privado da freguesia; gerir, conservar e promover



Centenas de pessoas estiveram presentes para conhecer os primeiros candidatos às freguesias apresentados no concelho

a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gerir e manter parques infantis públicos; gerir, conservar e promover a limpeza dos cemitérios; ter também um papel fundamental nas áreas culturais, educativas e desportivas, nomeadamente na promoção e desenvolvimento das actividades das escolas, colectividades e outras entidades».

Experiência e diversidade

Com diversas vivências e formações profissionais, os candidatos às freguesias do concelho do Porto «têm uma enorme experiência acumulada, uma vez que, em geral, ou são ou já foram eleitos nas respectivas freguesias», lembrou António Neto. Dos treze candidatos, afirmou, apenas três repetem a condição de cabeças de lista. Dos dez que assumem, pela primeira vez, esse papel, dois são eleitos nos executivos das respectivas juntas – Cedofeita e Foz –, dois nas Assembleias das Freguesias de Aldoar e Ramalde e quatro – candidatos às freguesias de Bonfim, Campanhã, Sé e Vitória – foram eleitos ou candidatos em outros órgãos ou ocasiões.

Os candidatos às freguesias de Lordelo e Santo Ildefonso, «com importante participação em iniciativas e movimentos de ordem social, iniciam agora de modo directo o seu envolvimento na frente autárquica». Ou seja, «das treze freguesias cujos candidatos são hoje divulgados, em dez verifica-se renovação de nomes relativamente às anteriores eleições».

O candidato à freguesia de Paranhos assinalou o facto de se estar «em presença de sindicalistas, activistas de comissões de moradores, dirigentes de colectividades, do movimento cooperativo, membros de estruturas ligadas aos católicos, à juventude, à ciência, à cultura, ao desporto», cuja média de idades é de 47 anos, tendo uma das candidatas 22.

Maia

Mais e melhor com a CDU

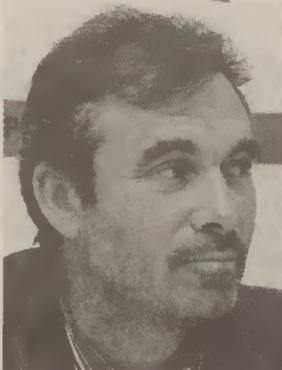
João Torres, coordenador da União de Sindicatos do Porto e membro do Comité Central do PCP, é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal da Maia, tendo sido apresentado no passado dia 5 juntamente com Manuel Basto Cunha, primeiro candidato à Assembleia Municipal. João Torres começou por lembrar as provas dadas pela CDU, quer em maioria quer em minoria, afirmando que, também na Maia, a CDU faz falta. «Há realizações, desde a primeira hora defendidas pela CDU, que têm a nossa marca», afirmou, considerando que, se por um lado na Maia há obra da CDU, por outro, a coligação não se sente responsável por muito do que aí tem sido feito. «Nos últimos 25 anos, o concelho da Maia sofreu múltiplas e profundas alterações e nem sempre, infelizmente, se primou pelo bom gosto, pela qualidade e pelo bem-estar de todos os maiairos» disse João Torres que considerou a Maia um concelho «sem vida, onde os cidadãos têm estado em segundo plano, e daí termos um espaço engolido pelo betão, de arquitectura tão exibicionista como característica, acanhada nas vias, sem parques, sem zonas verdes, sem animação, desenraizada».

Considerando que «esta cidade não é a metrô-

pole que alguns, ridiculamente, apregoam», João Torres contestou «a opção centralizadora de muitos anos», em que o centro é alvo de projectos megalómanos, dos quais a maioria da população não retira qualquer proveito.

«Nós, na CDU, sabemos que é possível fazer mais e, sobretudo, melhor» e é possível uma Maia em que dê gosto viver afirma o candidato que, para isso, defende a melhoria das acessibilidades, a construção de zonas de lazer e convívio e a criação de condições para a fruição de actividades culturais e desportivas. Também é possível, na sua opinião, «constituir órgãos autárquicos mais identificados com os trabalhadores e outras camadas sociais, cuja voz não encontra eco nos gabinetes».

Mas tudo isto só é possível, destaca o candidato, «com uma candidatura de esquerda, uma candidatura que se opõe à arrogância e propensão absolutista de quem tem dirigido os destinos da autarquia», uma candidatura CDU. A única «para todos quantos não se revêem nas políticas e soluções de direita, que têm sido protagonizadas pelo PSD e pelo PP, e que nos aspectos fundamentais têm merecido a cumplicidade do PS».



João Torres

Ovar

Inquérito dá razão à CDU

No decorrer da Assembleia de Freguesia de Ovar de Abril do corrente ano, Manuela Mourão, representante da CDU naquele órgão autárquico, apresentou uma proposta de construção de um parque infantil na zona sul do Furadouro, junto ao Conjunto Habitacional do Furadouro, considerada pela coligação como uma «velha aspiração dos moradores daquela localidade», e já foi por diversas vezes prometido por vários executivos municipais.

Perante a ausência de qualquer perspectiva por parte da Câmara em avançar com obras de requalificação para aquele espaço – a avaliar pelos sucessivos Planos de Actividades da Câmara dos últimos mandatos –, a Comissão Coordenadora de Ovar da CDU promoveu durante o mês de Junho um inquérito destinado aos moradores do Furadouro, pretendendo aus-

cultar a população relativamente a esta matéria. Posto isto, a Comissão Coordenadora da CDU, através da sua representante na Assembleia de Freguesia de Ovar, procedeu durante a última Assembleia de Freguesia, à entrega dos resultados do inquérito, que decorreu de 5 a 26 de Junho. O inquérito revelou que, das 195 pessoas inquiridas, 89 preferiam que se construísse o parque infantil em vez do parque de estacionamento, que recolheu seis preferências, ou a zona verde, com 33 respostas; 58 pessoas optaram por uma resposta que congregasse a zona verde e o parque infantil. Duas pessoas inquiridas optariam pelo parque de desportos radicais, uma por um skate park e outra por um polidesportivo.

Com a entrega dos resultados, a CDU espera que Junta e Câmara tirem as ilações necessárias.

Marco de Canaveses Eleições viciadas

Rodrigo Lopes Pinto, advogado de 36 anos, repete este ano a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, à qual já foi candidato nos dois últimos actos eleitorais. Apresentado no dia 8 de Julho, Rodrigo Lopes considerou que as próximas eleições autárquicas no concelho estão viciadas à partida e «irão decorrer num ambiente que, do ponto de vista ético e de transparência, deixa muito a desejar». O candidato lembrou que, nas últimas eleições, o PSD, que concorreu coligado com o PP, elegeu um elemento que, logo após ter tomado posse, renunciou ao mandato e assumiu o cargo de assessor jurídico. Para além disto, muitas das pessoas que desconfiaram desta coligação, refugiaram-se no PS que, «utilizando uma campanha forte, servindo-se do forte aparelho partidário e do facto de estar a governar o País, fez crer, ao eleitorado, que era possível a mudança». Esta foi outra das mentiras que o candidato da CDU detectou, acusando o PS de não ter utilizado o apoio popular que obteve para defender a população do concelho, tendo permitido que as obras de fachada continuassem, que se cometessem as maiores irregularidades e que fossem aprovadas as mais nefastas medidas para o concelho.

«Daí que quer o PSD quer o PS são responsáveis pela actual situação em que se encontra o Marco», afirmou o candidato referindo-se ao «caos urbanístico, a uma teia de cumplicidades e interesses instalados» que hipotecam o desenvolvimento do concelho, esquecendo questões como o saneamento, a protecção do meio ambiente, da água, do apoio às associações culturais, recreativas e desportivas.

Sobre as próximas eleições, o candidato voltou a considerar que decorrerão num clima de mentira, pois o PSD, não assumindo uma nova coligação com o PP, apresenta um candidato que já foi vereador pelo Partido Popular, o que, para a CDU é dar, apenas, a «aparência de oposição».

Rodrigo Lopes lembrou também a acusação de peculato feita ao presidente, o popular Avelino Ferreira Torres, que, a ser provada, implicará a perda de mandato do presidente e de mais dois vereadores.



Rodrigo Lopes

PONDE DE SOR Abuso de meios

A Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP considera um escândalo o uso que os eleitos do PS fazem nos programas da Câmara na Rádio Tempos Livres. O PCP afirma que «depois de três anos de uso e abuso dos dinheiros municipais, em que os tempos pagos pelo município àquele emissor nunca foram usados para servir o concelho e foram cedidos aos seus amigos e homens de mão, o PS passou agora a utilizar os referidos períodos para responder politicamente às intervenções públicas que temos efectuado». A este exemplo da «arbitrariedade e do desespero de quem vê o seu tempo chegar ao fim», o PCP afirma que não responderá «às provocações antidemocráticas», o que não significa que aceite o uso que o PS faz «dos meios municipais, pagos pelo erário público».

SANTO TIRSO Presidente confessa irregularidades

A CDU, em conferência de imprensa realizada do passado dia 3, acusou o presidente da autarquia de Santo Tirso, António Castro Fernandes, de ter cometido irregularidades na atribuição de subsídios ao Futebol Clube Tirsense, no valor de 120 mil contos. Este facto foi, aliás, divulgado por uma rádio nacional e reconhecida pelo próprio Castro Fernandes numa entrevista a uma rádio local. Na conferência de imprensa, o candidato da CDU às próximas eleições, Fernando Moreira, informou que a coligação emitiu um comunicado em que «convitava publicamente o órgão executivo a uma reflexão, quer da sua conduta quer da sua permanência no exercício das suas – infelizes – funções». A CDU considera que o presidente da Câmara, na sua entrevista, não desmentiu a veracidade das acusações, afirmando apenas que não se trata ainda de uma condenação mas sim de uma pré-acusação. Para a CDU, estas declarações esclarecem sobre a ocorrência de práticas ilegais na gestão socialista da Câmara.

TROFA Perigo na escola

A CDU alertou, no passado dia 4, para a situação das balizas dos campos de jogos das escolas da freguesia de S. Martinho de Bougado, na Trofa, que, não estando presas, constituem «um perigo iminente para muitas dezenas de crianças». A CDU lamenta que, «apesar dos lamentáveis acidentes ocorridos recentemente em locais deste tipo e do alerta que tem sido lançado através da comunicação social, a situação mantém-se, sendo urgente a resolução deste problema, para segurança das crianças» e apresentou a sua indignação às entidades competentes – DREN, Junta de Freguesia e Comissão Instaladora do concelho.

Juventude CDU do distrito de Setúbal discute formas de participação e contribui para programas eleitorais

Ter voz na elaboração dos programas

O Encontro Regional de Setúbal da Juventude CDU decorreu no passado sábado nas Piscinas do Barreiro e juntou várias dezenas de jovens de toda a Península.

Na mesa do Encontro, para além de Teresa Chaveiro e Vanessa Silva, ambas da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP e da DORS do PCP, e de João Martins, da Ecojovem, esteve Vasco Paleta, que moderou os trabalhos, José Capucho, da DORS e do Comité Central, e o candidato da CDU à autarquia barreirense, o actual vereador Carlos Maurício.

Na intervenção de abertura, Teresa Chaveiro destacou a importância da participação dos jovens na discussão das linhas programáticas da CDU em cada concelho, para que constem dos programas iniciativas e infra-estruturas voltadas para a juventude. Também a importância do recenseamento atempado e da recolha de nomes de jovens para as listas de apoiantes da CDU foram

questões levantadas pela dirigente da JCP.

Carlos Maurício falou de seguida para partilhar com os

presentes a sua convicção de que o Barreiro «está a melhorar» e que é preciso avançar para novas formas de gestão autárquica, aprofundando a participação das populações, quer ao nível da auscul-

tação e tomada de posições quer ao nível da prestação de contas do trabalho realizado. Seguidamente, o candidato deixou uma pergunta, que considera essencial: «Qual o papel que as autarquias têm na vida e formação dos jovens e de que forma os jovens influenciam a vida da autarquia?» Carlos Maurício considerou que, a este nível, na Câmara do Barreiro, «fizemos um bom trabalho e devemos estar confiantes no que foi feito», apoi-

As autarquias
CDU apoiam
todas as
expressões
do movimento
juvenil



Os jovens presentes trocaram experiências sobre as diferentes realidades dos seus concelhos

ando o movimento juvenil, mas sempre «garantindo a sua autonomia».

Um dos presentes destacou ainda o enorme apoio dado pela autarquia do Barreiro à luta dos estudantes do ensino secundário, tendo sido secundado por outros presentes, oriundos de Almada e do Seixal.

Uma intervenção variada

Em seguida, os jovens discutiram o trabalho específico para a juventude das autarquias da Península, bem como as propostas das diversas coordenadoras concelhias da Juventude CDU para incluir nos programas para o próximo mandato. José Capucho, do Comité Central, afirmou que «se não propomos agora, não nos podemos queixar se

depois não se faz». Um dos presentes, de Almada, destacou o trabalho realizado pela sua autarquia, que abriu recentemente a segunda casa municipal da juventude, vocacionada para o apoio a jovens, na área das artes, do teatro ou da música. Para além disto, lembrou a existência de mais de 200 bandas de música em Almada, que sobrevivem e têm oportunidade de tocar, muitas delas, graças à autarquia e aos diversos espaços e apoios que põe à disposição.

Outro participante, do Seixal, notou que, embora não exista ainda uma Casa Municipal da Juventude, o município do Seixal presta um grande apoio ao movimento juvenil e propôs uma série de medidas para a inclusão no programa eleitoral. A venda de habitações a custo controlado para jovens e a constru-

ção de um parque industrial tecnológico foram algumas das sugestões deixadas.

A construção de mais parques urbanos e a preservação do rico património ambiental do estuário do Tejo foram algumas das preocupações deixadas pelos elementos da Ecojovem.

A encerrar, Vanessa Silva, do Comité Central, afirmou que é necessário promover iniciativas variadas «que levem a cada vez mais jovens a mensagem do nosso projecto» e que mais do que na forma, na CDU, «somos diferentes principalmente no conteúdo», pois «movemo-nos por sonhos e ideais, por acreditar que as nossas cidades podem ser espaços de realização humana, espaços de cultura, de solidariedade, de desenvolvimento integrado e equilíbrio ambiental».

Leiria

Valor reconhecido

Decorreu na quinta-feira, dia 5, num restaurante de Leiria, a apresentação dos candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do concelho, com a presença de José Casanova, da Comissão Política. Ana Rita Carvalhais, professora do ensino secundário, de 47 anos, e Fernando Vendeirinho, de 60 anos, são, respectivamente, os candidatos.

Ana Rita considerou que a CDU se apresenta às próximas eleições «assumindo toda a experiência colectiva de um projecto e de um combate que os nossos principais adversários



Ana Rita Carvalhais

os reconhecem de valor na resolução dos problemas do concelho de Leiria», tendo apresentado um plano de propostas no âmbito do Plano de Actividades que, segundo a candidata, resolveram «um conjunto vasto de problemas das populações do concelho».

Entre os objectivos que nortearam e nortearão a postura da CDU na autarquia, Ana Rita destacou a importância de «criar cidade na periferia urba-

na e renovar o centro histórico». Ligado a isto, está a revisão do PDM, que mereceu da candidata umas palavras de reprovação devido ao plano contemplar uma «excessiva carga urbanizável prevista na zona urbana da cidade e as limitações à expansão dos núcleos urbanos de algumas freguesias rurais». «Leiria não pode manter o mesmo ritmo na expansão urbana e ao mesmo tempo deixar cada vez mais cidade consolidada em ruínas», disse.

Ligado às questões do PDM surgem outras, afirma a candidata, como a elaboração de uma carta estratégica para 2010, «que reequacione e sustente as opções do desenvolvimento do concelho», e que se elabore também as «cartas de equipamento escolar, cultural, de saúde e desportivo, que perspectivem o investimento municipal para aquele período».

A candidata lembrou que foi o PCP e a CDU que propôs – e foi aceite – a elaboração de um Plano de Salvaguarda e Reabilitação para o Centro Histórico, integrado no programa POLIS.

O combate à «mobilidade caótica» foi outra das prioridades assumidas para a intervenção da coligação na autarquia.

Membro da DORLEI do PCP e do seu executivo, Ana Carvalhais está ligada ao movimento sindical, sendo coordenadora do Executivo Distrital de Leiria do Sindicato dos Professores da Região Centro e membro do Secretariado Nacional da FENPROF. Ainda no âmbito sindical, desempenha as funções de membro do Conselho Nacional da CGTP-INT.

Anadia

Afirmar o concelho na região

A Comissão Coordenadora de Anadia da CDU apresentou, no passado dia 3 de Julho, em conferência de imprensa, os cabeças de lista da coligação aos órgãos municipais deste concelho bairradino. Rui Bastos, 31 anos, engenheiro electrotécnico de formação e professor do ensino secundário de profissão, é o candidato à Câmara. José Paixão Correia, de 37 anos, membro da Comissão Executiva da Direcção do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda e da Direcção Nacional da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos – FEQUIMETAL, bem como da DORAV do PCP, encabeça a lista à Assembleia Municipal.

Na sua intervenção, Rui Bastos declarou que «a CDU sendo, como é, uma coligação de dimensão nacional, apresenta-se em Anadia com as credenciais que resultam da elevada qualidade do trabalho desenvolvido nas autarquias a que preside, bem como naquelas onde está em minoria, credenciais que são

a melhor garantia da nossa actuação futura». O candidato lembrou que a CDU «tem apresentado propostas, tem transmitido o sentir da população face aos desmandos do poder instalado desde há mais de duas décadas no nosso concelho», e tem



Rui Bastos

criticado e denunciado casos em que as prioridades camarárias não correspondem às preocupações dos anadienses.

Para que o concelho se afirme na região bairradina, afir-

ma, muito há a fazer, pois são «muitas as carências». As obras de fim de mandato, espalhadas um pouco por todo o concelho, não resolvem o problema, considera o cabeça de lista da CDU.

«Anadia precisa de quem sirva sem se servir, de quem esteja de facto disponível para planear e decidir os destinos do concelho, e não de quem tenha como preocupação primeira interesses particulares próprios», afirmou Rui Bastos, que informou depois os presentes que a CDU inicia um processo de levantamento exaustivo das reais aspirações dos municípios, «de modo a aproximar o seu programa do sentir dos anadienses».

O candidato destacou ainda que a CDU «instituirá uma nova forma de relacionamento com todos os municípios, com os funcionários da autarquia, com as instituições da nossa terra, com os municípios vizinhos e com o poder central, projectando uma nova imagem do concelho e da sua autarquia».



Hemâni Mergulhão



Carlos Tomé

Rectificação

Por lapso, na última edição do Avante!, as fotografias dos candidatos às câmaras da Lourinhã e de Torres Novas, respectivamente Hernâni Mergulhão e Carlos Tomé, surgem trocadas. Aos visados e aos leitores, a Redacção pede desculpas.

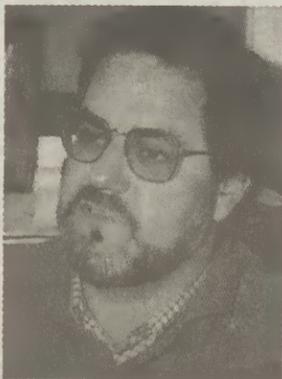
Alvito

Contrariar desertificação

Decorreu, no passado dia 7 de Julho, com a presença de Agostinho Lopes, da Comissão Política do Comité Central do PCP, a apresentação dos candidatos a todos os órgãos autárquicos do concelho de Alvito: Câmara, Assembleia Municipal e assembleias de freguesia de Alvito e Vila Nova da Baronia. O mandatário da candidatura, Joaquim Patrício, confirmou a convicção de que, «com os candidatos que agora vos vou apresentar, não vão restar dúvidas que poderemos lutar pelo pleno». Após apresentar a candidata à Assembleia Municipal, Clara Martins, professora de Inglês, seguiu-se a apresentação do candidato à câmara, Lopes Guerreiro, actual presidente. 47 anos, militante comunista desde 1975, tem largo currículo autárquico: vereador-substituto do presidente da Câmara de Beja de 1983 a 1993, presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja entre 89 e 94, e, actualmente é, a par de edil de Alvito, presidente da Associação de Municípios do Alentejo Central. O mandatário considerou ainda como grande trunfo eleitoral, o facto da CDU ter conseguido «não só estancar a situação de desertificação no concelho, como iniciar um processo de recuperação populacional, como é comprovado pelos números já conhecidos no recente censo».

O candidato considerou que «fazer de Alvito um bom concelho não se limita a ser um bonito slogan mas é, fundamentalmente, um projecto com conteúdo que temos corporizado nos programas elei-

torais que apresentámos há 4 e 8 anos» e que importa avaliar a sua concretização. Considerando não ser a melhor pessoa para fazer essa avaliação, Lopes Guerreiro entende estar a CDU a cumprir os compromissos, tudo fazendo para que Alvito seja um bom concelho, não sendo por acaso, afirma, que foi o único concelho do distrito que aumentou a sua população residente na última década. Mesmo tendo em conta que o «saldo fisiológico, isto é, a diferença entre



Lopes Guerreiro

os nascidos e os falecidos é dos mais negativos; logo, foi o saldo migratório, isto é, a diferença entre os que saem e os que passam a residir de novo no concelho, que é dos mais positivos», concluindo que o concelho se tornou atractivo.

«E se por aqui não passa nenhuma auto-estrada, não foi instalada nenhuma grande fábrica, não começou a ser explorada nenhuma mina, nem tão-pouco foi ainda instalado o bloco de rega prevista a partir de Alqueva», lembrou o candidato, talvez tenha sido por acção do plano de desenvolvimento previsto pela CDU que o concelho se tenha tornado atractivo.

Entroncamento

Continuar o bom trabalho

A CDU apresentou, na sexta-feira, dia 6, os seus três cabeças de lista aos três órgãos autárquicos do concelho, Câmara, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia, sendo os candidatos, respectivamente, António Ferreira, Mário Duarte e Idalina Jantareta, todos actualmente eleitos nos diversos órgãos. A iniciativa decorreu no salão da Cooperativa de Habitação de Ferroviários e foi apresentada pelo camarada Martins Jorge, membro da Coordenadora Concelhia da CDU que lembrou que o dia 6 de Julho é, em todo o mundo, dedicado às cooperativas e que no concelho existe, para além da que recebeu o evento, a de consumo, fundada por alturas da Primeira República.

Para além dos candidatos, que destacaram o trabalho feito pelos oito eleitos da CDU nos diversos órgãos (quatro homens e quatro mulheres), tomaram a palavra Mário Rodrigues, mandatário concelhio, e Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP.



António Ferreira

António Ferreira tem 44 anos e reside no Entroncamento desde 1987. Licenciado em Economia e Mestre em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia. A nível profissional, foi técnico na Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém e gestor comercial da Cooperativa Agrícola de Torres Novas e Barquinha. Assessor de várias PME, é também formador profissional na área agrícola.

Militante comunista desde 1974, na UEC, aderiu ao Partido dois anos mais tarde. Entre 1975 e 1977 foi presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Jacom Ratton, em Tomar. Antes de ser vereador da CDU na Câmara do Entroncamento, cargo que assumiu em 2000 como efectivo – depois de o ter sido um ano antes em substituição do vereador eleito, que prescindiu por motivos de saúde –, foi director da Cooperativa de Consumidores de Santarém.

Centenas de pessoas em Setúbal

Requalificar a cidade

Com a presença de mais de 300 pessoas, realizou-se no passado sábado o jantar de apresentação dos candidatos da CDU à Câmara Municipal e cabeças de lista às freguesias do concelho de Setúbal.

Depois dum momento musical, seguiu-se a apresentação dos candidatos e a intervenção do cabeça de lista à Câmara, Carlos de Sousa, que referiu as mais de três dezenas de reuniões realizadas com instituições e entidades do concelho e os contactos com a população, ambos traduzindo o desgaste da gestão PS/Mata Cáceres na autarquia. O candidato avançou com propostas concretas, como a requalificação do centro histórico e da baixa comercial da cidade, a promoção das actividades e desportos ligados ao rio, a reabilitação dos bairros sociais, o relançamento do Festival de Teatro de Setúbal, a criação do Festival Sabores do Mar, de um Centro Municipal de Juventude, o aproveitamento de instalações militares desactivadas para instalação de equipamentos culturais, entre outras. Carlos de Sousa terminou, concluindo que, com a CDU e a participação de todos, será possível construir um futuro melhor.

Depois do candidato, interveio Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central do PCP, que realçou o trabalho dos eleitos da CDU no concelho, contributo fundamental para tornar possível a conquista do município. O dirigente comunista classificou a gestão do PS em Setúbal como um «iogurte fora de prazo», considerando que Carlos de Sousa será, sem dúvida, o próximo presidente da Câmara Municipal e alertou ainda para as manobras do PS no Governo e para a utilização indevida dos meios públicos para o alcançar dos objectivos.

Palmela e Alcochete

Dois dias antes, no concelho de Palmela, mais de três centenas de pessoas responderam ao apelo da CDU local para estarem presentes no Salão dos Bombeiros Voluntários de Palmela a fim de conhecerem os nomes dos candidatos da CDU à Câmara Municipal e do cabeça de lista à Assembleia Municipal. Jerónimo de Sousa esteve presente na apresentação de uma lista renovada, a começar na cabeça de lista, Ana Teresa Vicente, mas ao mesmo tempo experiente com a participação

na lista de dois actuais vereadores – a contar com a cabeça de lista – e a inclusão na lista de muitas outras pessoas com experiência autárquica em vários órgãos do concelho. Vítor Borrego, actual presidente, é o primeiro candidato à Assembleia Municipal.

No sábado, realizaram-se em Alcochete as jornadas concelhias da CDU. Não se tratando de uma grande iniciativa, mas sim de uma reunião de trabalho, nas Jornadas CDU fez-se uma primeira abordagem das linhas de acção para o programa eleitoral a apresentar à população. A iniciativa contou com a presença de José Caetano e Nuno Costa, do Comité

Central e da DORS, de Miguel Boicero e José Jorge, candidatos aos órgãos municipais, dos cabeças de lista às freguesias e de outros activistas da CDU, muitos dos quais sem filiação partidária e abordou questões como o

urbanismo, as acessibilidades, a cultura e o desenvolvimento económico do concelho.

O balanço das iniciativas realizadas até ao momento, das quais se destacam as apresentações dos candidatos, e das reuniões com o movimento associativo e a planificação de futuras acções de campanha, esclarecimento e auscultação foram também efectuadas nesta reunião.

Requalificar a cidade, após vários anos de poder PS, é prioridade



Tanto em Setúbal como em Palmela, centenas de pessoas quiseram estar presentes para apoiar os candidatos da CDU

Almada

«Alguns dos melhores autarcas»

João Galdes, da ID, Isabel de Castro, do PEV, e Jorge Pires, da Comissão Política do PCP, juntaram-se às muitas centenas de pessoas que quiseram estar presentes na apresentação das listas ao concelho de Almada, realizada no dia 6, no átrio da Academia Almadense.

«Vejam o que o PS vale no poder autárquico, recorrendo a alguns exemplos – Sesimbra, Montijo e Setúbal –, que nesta região são expressão viva duma gestão sem princípios nem valores, de promiscuidade entre público e privado», afirmou Jorge Pires, lembrando que são essas autarquias as que «têm a mais baixa taxa de concretização de investimento, considerando as câmaras da região, e são aquelas que mais desbaratam recursos».

Por outro lado, o dirigente

do PCP valorizou a gestão CDU, considerando que o concelho de Almada «atingiu níveis de qualidade de vida, sobretudo nas áreas de intervenção autárquica, superiores à média nacional», destacando o trabalho feito no apoio aos mais necessitados, no acesso ao desporto, à cultura e ao lazer e ao nível do desenvolvimento sustentado. O concelho, «onde temos alguns dos melhores autarcas no plano nacional», tem-se assumido cada vez mais como uma nova centralidade no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, para isso contribuindo, e muito, o projecto autárquico da CDU, considerado pelo dirigente do PCP como um «projecto que se renova nas propostas, nas formas de concretização mas também nos seus protagonistas, sempre com a preocupa-

ção de encontrar a cada momento as soluções que melhor sirvam os interesses do concelho».

Antes de Jorge Pires, já Isabel de Castro tinha-se confessado emocionada pelo ambiente que se vivia na sala e no concelho, profundamente marcado por uma intensa vida cultural, acessível a todos. João Galdes aproveitou a ocasião para «saudar os candidatos vencedores das próximas eleições».

As listas apresentadas, quer para a Câmara quer para a Assembleia, combinam experiência com renovação, mantendo alguns dos actuais eleitos e apresentando muitas caras novas.

Na sessão foram também apresentados os cabeças de lista às freguesias. A CDU tem a maioria de nove das onze freguesias do concelho.

Vila Nova da Barquinha

CDU apresenta candidatos

A CDU apresentou, no dia 28 do passado mês de Junho, os seus candidatos aos órgãos municipais do concelho ribatejano de Vila Nova da Barquinha, no distrito de Santarém. José Imaginário, ferroviário de 43 anos, é o candi-

dato à Câmara Municipal. Independente, licenciado em gestão de empresas pelo Instituto Politécnico de Tomar, foi eleito na Assembleia Municipal no mandato 1989/1993 e, no mandato seguinte (1993/1997), na Assembleia

de Freguesia de Moita do Norte, de onde é natural. Nas últimas eleições participou também na lista para a Câmara.

Carlos Timóteo Pires, de 25 anos de idade, é o candidato à Assembleia Municipal.

Ferrovários

O horário flexível, que a CP estabeleceu no complexo do Rossio «apesar da oposição generalizada dos trabalhadores», «pode ser uma primeira experiência, com vista à alteração deste sistema noutros serviços da CP e das outras empresas», alertou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário. Em comunicado que fez chegar à nossa redacção, o sindicato refere ainda que desencadeou um processo de negociações com a administração do Metro do Porto, de modo a que «sejam salvaguardados, sem margem para dúvidas, todos os direitos dos trabalhadores da CP e Refer transferidos para o novo concessionário da Linha da Póvoa».

Parede

Os carteiros do Centro de Distribuição da Parede, Cascais, poderão avançar para a realização de greves parciais, caso os CTT não admitam no quadro da empresa os trabalhadores contratados a prazo. Matos Neves, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, falando à Lusa após um plenário realizado sexta-feira, admitiu que seja também decidido o cumprimento rigoroso do horário de trabalho, «o que levará a que metade do correio fique por entregar». Num total de 56 trabalhadores, 15 estão com contrato a termo certo, embora ocupem postos de trabalho efectivo, referiu o sindicalista, que apontou ainda como motivo do descontentamento a falta de condições das actuais instalações, arrastando-se há três anos as promessas de mudança para a Abóboda. Os trabalhadores querem ainda que seja aplicado o regime de horário contínuo, pois «fazem o serviço todo seguido, sem paragens, mas a empresa impõem-lhes um intervalo de descanso».

Transmaçor

A greve às horas extraordinárias na Transmaçor, que esteve prevista para segunda-feira, foi desconvocada dia 6 pelo Sindicato dos Marinheiros Mercantes, que acordou com a empresa aumentos salariais de 5 por cento. Uma fonte sindical, citada pela Lusa, adiantou que o entendimento estabelecido abre também caminho à negociação do Acordo de Empresa na transportadora que assegura as deslocações marítimas de passageiros entre as ilhas do Faial e do Pico.

Beira Agueira

A direcção técnico-pedagógica da Escola Profissional Beira Agueira (com sede em Mortágua e pólo em Penacova) «está há alguns meses a ser desempenhada por uma pessoa que não reúne condições», acusa o Sindicato dos Professores da Região Centro, que denunciou segunda-feira, em Coimbra, os «momentos de grande instabilidade» que vivem professores e trabalhadores não docentes.

Administração da Mandata comprometeu-se a pagar até dia 20 os salários em atraso

Riscos no vidro

Cerca de mil postos de trabalho estão ameaçados na Marinha Grande e em Alcobaça, alerta o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que convocou para ontem uma manifestação.

Os vidreiros da Mandata, na Marinha Grande, suspenderam terça-feira a greve que iniciaram no dia 2. A decisão foi tomada em plenário, de manhã, depois de a administração ter assegurado, por escrito, que os salários em atraso serão liquidados até ao fim da próxima semana, revelou Sérgio Moiteiro à Agência Lusa. No entanto, ressaltou o dirigente do STIV/CGTP, os vidreiros (que já passaram por um duro processo de resistência na encerrada Manuel Pereira Roldão) estão dispostos a regressar à greve «ainda com mais força», se o compromisso da empresa não for respeitado.

Os cerca de 200 trabalha-

dores da Mandata entraram em greve, no primeiro dia útil do mês, reclamando o pagamento de parte dos salários de Maio, dos vencimentos de Junho e dos subsídios de férias. Com plenários diários, os vidreiros realizaram protestos nas ruas da cidade e chegaram a bloquear, por cerca de três horas, o trânsito na EN 242. A solução que exigem passa

pela viabilização da empresa, que apresenta um passivo de três milhões de contos.

No dia 5 estiveram na Mandata os deputados comunistas Agostinho Lopes e Vicente Merendas, que acusaram o Govern

no de não ter apoiado a recu-

peração da vidreira, faltando ao cumprimento de um acordo para-social. O IAPMEI deveria ter investido a totalidade do capital de risco acordado com a nova administração da Mandata, em Outubro de 2000, mas dos 800 mil contos previstos, falta ainda investir 300 mil contos na reconversão estrutural. Os deputados do PCP vão questionar o ministro da Economia sobre a situação da Mandata e pretendem chamar o IAPMEI à Comissão Parlamentar de Economia.

Durante uma acção de protesto realizada quinta-feira de manhã, o STIV alertou para o perigo de uma crise grave, que pode levar a despedimentos em massa na Marinha Grande e em Alcobaça, nomeadamente na JMglass e Atlantide e na Barbosa & Almeida (esta última emprega meio milhar de pessoas e poderá retirar-se

da Marinha Grande, para outro concelho).

«Aproximam-se tempos difíceis para os vidreiros, porque os empresários não souberam aproveitar o processo de reestruturação do sector da cristalaria», afirmou então Sérgio Moiteiro, apontando o uso de financiamentos estatais para um sobredimensionamento das fábricas e de muitos fornos, face ao mercado existente. Entretanto, subsistem dificuldades em ampliar a zona industrial da Marinha Grande de forma a acolher as vidreiras Ricardo Gallo e Barbosa & Almeida, localizadas no centro da cidade.

Perante esta situação, o sindicato convocou para ontem à tarde uma manifestação, frente à Câmara Municipal da Marinha Grande. A Direcção Regional de Leiria do PCP expressou solidariedade aos vidreiros e apelou à participação no protesto (ver pág. 8).

Foram mal usados os financiamentos para reestruturação da cristalaria

Recheio «empata»



«O diálogo é apenas um expediente para a direcção do Recheio empatar e ganhar tempo, para se organizar e responder “de golpe”, tentando fugir a pagar o que deve», acusam o Cesp e o Cesnorte. As estruturas da CGTP para o sector do comércio, escritórios e serviços promoveram segunda-feira uma concentração de delegados e dirigentes sindicais em Lisboa, frente à sede do grupo Jerónimo Martins Retalho, para exigirem o cumprimento do contrato colectivo de trabalho que vigora no sector e exigir o pagamento de complementos salariais em dívida.

O temporal veio depois da chuva

Após uma inundação, a 21 de Março, a GraçaFil passou a laborar em instalações alugadas... a 135 quilómetros de distância. Aos trabalhadores que não aceitam estar ao serviço da empresa 12 horas por dia (8 horas de trabalho e 4 horas de deslocação) foram enviadas notas de culpa para instauração de processos disciplinares, com intenção de despedimento.

A denúncia deste caso foi feita na semana passada, pelo Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, que enviou uma exposição ao Governador Civil de Braga, ao Inspector

Geral do Trabalho, à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, aos grupos parlamentares, ao presidente da AR, ao ministro do Trabalho, ao Procurador Geral da República, ao Provedor de Justiça e ao Presidente da República.

No documento, o sindicato recorda que a laboração na GraçaFil, em Padim de Graça (Braga), ficou paralisada devido à inundação provocada por fortes chuvas. A administração, «sem se perceber muito bem porquê», tratou de «alugar» as instalações da Cardifil, em Valongo do

Vouga (Aveiro). Receando o encerramento da empresa e o desemprego, alguns trabalhadores sujeitaram-se ao sacrifício imposto, saindo da fábrica de Braga 2 horas mais cedo e regressando 2 horas mais tarde, depois de cumprirem a jornada de 8 horas de trabalho. Outros «não puderam aceitar a ordem dada pela administração», nestes se incluindo uma dirigente do sindicato; agora são «ameaçados, impedidos de trabalhar, acusados de faltarem injustificadamente (com os respectivos descontos no salário) e ameaçados de despedimento.

Manifestam-se disponíveis para irem trabalhar para Aveiro, mas querem que seja respeitado o seu horário de trabalho normal (disponíveis para a empresa das 6 às 14 horas).

O sindicato refere que a Inspeção do Trabalho (IDICT) «conhece todo este conflito», que dura há já 2 meses, mas mostrou-se «completamente impotente» e informou que não iria aplicar qualquer sanção à empresa, nem sequer instaurar um auto, entendendo que a empresa não está a violar nenhum direito dos trabalhadores (mulheres, na sua maioria).

Jaime Dias

A greve iniciada à meia-noite de segunda-feira na empresa de transportes internacionais Jaime Dias foi suspensa ao princípio da tarde, depois de os trabalhadores terem chegado a acordo com a administração. O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra, citado pela Lusa, informou que a administração apresentou uma proposta com quinze pontos, que contempla o pagamento faseado dos salários, em atraso desde Fevereiro. A administração comprometeu-se a pagar, até Agosto do próximo ano, a massa salarial e subsídios de férias relativos a 1997 (cerca de 100 mil contos) e garantiu que, no futuro, os salários serão pagos pontualmente nos primeiros oito dias do mês seguinte àquele a que dizem respeito. Com um passivo de quatro milhões de contos, a Jaime Dias encontra-se num processo especial de recuperação. Segundo António Moreira, a greve teve a adesão total dos motoristas e paralisou a frota internacional da empresa.

Enatur

Um plano de reestruturação global em desenvolvimento na Enatur (Pousadas de Portugal) aponta, entre outros cenários, para a redução dos postos de trabalho e a cisão da empresa, revelou a Fesah/CGTP, num comunicado em que expressa preocupação quanto ao futuro. «O estudo e o desenrolar do plano foi encomendado pelo Governo à administração da empresa, face às dificuldades que esta atravessa», refere a federação, que imputa as responsabilidades aos «modelos políticos de desenvolvimento» e aos «sucessivos erros de gestão». Em causa, para os representantes sindicais e os trabalhadores, está a garantia dos direitos e dos postos de trabalho e a continuação da Enatur como empresa única, onde o Estado tem investido milhões de contos – permitindo que se mantenham «os baixos salários, as más condições de trabalho, o despesismo irresponsável e todas as políticas de gestão desenquadradas da realidade da empresa, a começar pela política comercial, demasiado elitista e selectiva».

Imaterial TV

Quatro dezenas de jornalistas estão desde Fevereiro sem salários e sem possibilidade de recorrer ao subsídio de desemprego, porque a Neurónio – empresa que lançou o sítio Imaterial TV, que nem chegou a ser disponibilizado na Internet – não fez descontos para a Segurança Social. O Sindicato dos Jornalistas, que decidiu realizar em Setembro um encontro de jornalistas de meios on-line, revelou ainda que a Neurónio nega qualquer relação com aqueles profissionais, que deixaram de ter também local de trabalho.



Por todo o País faixas como esta declaram que os trabalhadores recusam «pagar a factura da incompetência do Governo»

Plenário da Administração Pública Medidas de luta

Às 50 medidas do Governo a Frente Comum de Sindicatos e os trabalhadores da Administração Pública respondem com uma campanha de esclarecimento, avançam para a luta e propõem acções efectivas de controlo da despesa.

Para hoje à tarde está convocado um plenário nacional, no Pavilhão Carlos Lopes, de onde os trabalhadores se dirigirão para a residência oficial do primeiro-ministro. Durante toda a semana, 900 faixas vão colocar o protesto nas ruas. Desde já, a Frente Comum considerou «significativa e sintomática de uma revolta profunda» a participação de

**Está em marcha
uma grande
ofensiva contra
os serviços
públicos**

mais de meia centena de dirigentes, representando 30 organizações sindicais, na reunião alargada que teve lugar sexta-feira, na sede da CGTP. No plenário de hoje serão analisadas outras acções a realizar nos próximos tempos.

Ataque «feroz»

Os representantes dos tra-

balhadores consideram que «no fundamental, as 50 medidas ora anunciadas não passam de um mero arrolar de indicações de gestão, de absoluta responsabilidade do Governo, constituindo-se num ataque feroz e irracional aos serviços públicos de qualidade e aos direitos dos trabalhadores».

Nas opções políticas do Governo, «fica clara a tentativa de desresponsabilização de políticos e gestores públicos, ao mesmo tempo que se desnuda, definitivamente, a escandalosa submissão do Governo aos interesses dos grandes grupos económicos, bem como às pressões políticas da direita e do patronato». «É sintomático que, numa altura em que o Governo aponta as baterias contra os trabalhadores, venha anunciar um recuo relativamente à tributação das mais-valias especulativas», comentou Paulo Trindade, em conferência de imprensa dada anteontem pela Frente Comum. Dirigentes sindicais dos vários sectores afirmaram, no jardim contíguo à residência oficial de António Guterres, que as anunciadas 50 medidas «não respondem aos grandes problemas de ordem estrutural do País, “limitando-se” a pretender desregular o direito laboral na Administração Pública, a reduzir ainda mais o poder de compra dos salários, a destruir serviços públicos essenciais, para satisfação do grande capital».

Uma vez que o executivo «não avança com quaisquer medidas práticas e construtivas que prevejam o controlo do despesismo do Governo e outros órgãos políticos de soberania», as organizações sindicais que estiveram na reunião alargada de dia 6 apelaram a «uma forte participação de todos os trabalhadores» no plenário nacional de hoje, «convidando também toda a sociedade portuguesa a participar neste necessário combate pela defesa dos direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos essenciais».

Para reduzir despesas

A Frente Comum responsabiliza o Governo «pelos erros e natureza das suas opções políticas», «pela má gestão dos serviços públicos», «pelos erros deliberados das suas previsões macroeconómicas», «pelo desbaratamento de dinheiros públicos», «pelas “derrapagens” orçamentais» e «pela conflitualidade social que a sua política vier a gerar».

Em alternativa às 50 medidas do executivo do PS, as estruturas representativas da grande maioria dos trabalhadores do Estado sugerem «algumas medidas essenciais para a redução da despesa e para o aumento da receita»:

– diminuição do número de institutos públicos e abolição dos vencimentos principescos e das mordomias dos respectivos gestores e presidentes;

– emagrecimento dos gabinetes ministeriais e diminuição das despesas de representação, assessorias, mobiliários, viaturas e outras benesses atribuídas aos cargos político-partidários da Administração Pública;

– responsabilização cível pelo desbaratamento de fundos comunitários;

– combate efectivo à fraude e evasão fiscais, nomeadamente por via da tributação das mais-valias especulativas e do património imobiliário;

– responsabilização pelas derrapagens orçamentais nas empreitadas de obras públicas;

– fim da política privatizadora de serviços públicos e da promiscuidade entre interesses públicos e privados em importantes áreas, como a Saúde.

Protesto dos aduaneiros

Uma acção de protesto, frente ao Ministério das Finanças, foi convocada para a passada quinta-feira pela Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública e a Comissão Nacional de Trabalhadores das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo. Os aduaneiros, em plenários realizados no Funchal, Ponta Delgada, Leixões, Peniche, Setúbal, Braga, Viana do Castelo e Lisboa, aprovaram a realização da concentração no Terreiro do Paço e também junto das entradas das restantes alfândegas e delegações. Os trabalhadores exigem que o Governo lhes atribua, como se comprometeu, o estatuto de «corpo especial» da Função Pública.

O movimento sindical reforça-se e rejuvenesce

• Américo Nunes

No seguimento de uma importante deliberação do último congresso da CGTP-IN, que apontou o objectivo de 200 mil novas sindicalizações e eleição de 4 mil delegados durante o mandato, de quatro anos, os sindicatos redobram os esforços no trabalho de organização e têm ultrapassado largamente os objectivos propostos.

Na hotelaria, por exemplo

Merece a pena registar, a título de exemplo, o que se passou nos processos eleitorais de quatro sindicatos do sector de hotelaria, já realizados este ano, no Norte, no Centro, no Sul e na Madeira. Em todos eles houve apenas uma lista concorrente; não obstante, o grau de participação nos actos eleitorais subiu bastante relativamente aos anteriores.

No sindicato do Norte, foram eleitos 105 dirigentes (53 homens e 52 mulheres); durante o processo eleitoral realizaram-se 288 sindicalizações e foram eleitos 12 novos delegados sindicais. No Centro, os dirigentes eleitos foram 35 (16 homens e 19 mulheres), tendo o mais idoso 61 anos e o mais jovem 21, numa média etária de 35 anos. Durante o processo eleitoral foram feitas 281 sindicalizações e eleitos 10 novos delegados.

No Sul, os dirigentes eleitos foram 114 (58 homens e 56 mulheres), o mais velho com 60 anos e o mais novo com 18, numa média etária de 40

anos. Os dirigentes que transitaram dos corpos gerentes anteriores foram 43, verificando-se por isso uma renovação de 70 por cento. Nos três dias do acto eleitoral fizeram-se 233 sindicalizações, elegeram-se 17 delegados sindicais e três comissões de trabalhadores.

Na Madeira, os dirigentes eleitos foram 25 (17 homens e 8 mulheres), o mais novo com 30 anos, o mais velho com 60, sendo a média etária de 40 anos. Estes números,

percentagens e médias, quicá enfadonhos, se vistos em abstracto, servem contudo para provar que o movimento sindical se reforça, renova e rejuvenesce.

Demonstram ainda, felizmente, que aqueles que desconhecendo a realidade discorrem em discursos e artigos de opinião sobre uma hipotética falta de renovação e rejuvenescimento do

movimento sindical se enganam redondamente.

Como se pode ver também nestes exemplos, as mulheres ocupam já nos órgãos sindicais um lugar proporcional à taxa da mão-de-obra feminina. A entrada de jovens nos sindicatos também se verifica regularmente, com maior dimensão na base, o que é natural, garantindo a sua afluência a partir da base, a melhor e mais sustentada via de renovação e rejuvenescimento: paulatinamente e da base para o topo da pirâmide. O movimento sindical português, pela sua organização, representatividade e acção, encontra-se, pois, de boa saúde e recomenda-se.

Números expressivos

As 56 443 novas sindicalizações no ano 2000 (51,7 por cento homens, 48,5 por cento mulheres), de entre as quais 24 101 (42,7 por cento) são jovens trabalhadores de idade até 30 anos, ilustram um resultado excelente e significativo.

Todavia, foi no reforço da organização de base através da eleição de 4880 delegados (57,6 por cento homens, 42,4 por cento mulheres), dos quais 654 são jovens com menos de 30 anos, que os resultados foram absolutamente surpreendentes, atingindo-se num ano a meta estabelecida para quatro. Este trabalho permitiu que 2000 tivesse sido o quarto ano consecutivo



em que o crescimento da quotização paga pelos trabalhadores aos sindicatos ultrapassou largamente o valor da inflação, situando-se hoje o seu volume em 6 milhões de contos por ano, no que respeita aos sindicatos filiados na CGTP-IN.

Estes valores demonstram de forma consistente que a curva descendente do índice de sindicalização não só foi sustida como foi invertida a partir do ano de 1997.

Também nas eleições dos sindicatos se registaram incontestáveis sinais de aumento da participação dos trabalhadores, e de renovação e rejuvenescimento dos órgãos dirigentes eleitos.

Igualdade ao sabor das conjunturas

A criação da Secretaria de Estado para a Igualdade, no âmbito da remodelação governamental, suscita um alerta por parte da Comissão junto do CC do PCP para os problemas e movimento das mulheres, que sublinha que «a temática da igualdade e a criação de cargos governamentais nesta área está a ser usada pelo partido socialista ao sabor das conjunturas políticas e para minorar a imagem negativa que as crises governamentais têm vindo a gerar».

A Comissão lembra, em particular, que «na última remodelação ministerial foi extinto o cargo de ministra da Igualdade que nunca dispôs dos recursos adequados ao cumprimento dos objectivos inicialmente propostos».

A concluir, a Comissão salienta que «só o firme empenhamento e a luta das mulheres contra as políticas geradoras de desigualdades e discriminações exigindo o cumprimento dos seus direitos, e penalizando os partidos que realizam e apoiam as políticas de direita, poderão alterar a situação das mulheres, contribuindo para a efectiva igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres».

Jovens reivindicam

Em nota de imprensa, a Juventude Comunista de Vila Franca de Xira lembra a necessidade de «piscinas cobertas que permitam a prática de natação durante todo o ano. Uma promessa que tem vindo a ser sucessivamente protelada».

Os jovens comunistas lembram que «este equipamento, pelas suas características, tem uma importância significativa na saúde pública, permitindo a aprendizagem da natação, a prática desportiva e a competição, bem como actividades de manutenção e de fisioterapia, principalmente para os idosos».

Em Santiago, a Comissão de Jovens realizou, no passado dia 5, um debate sobre a instalação de uma Estação de Pré-Tratamento de Resíduos Tóxicos.

O debate, que teve lugar na Biblioteca Municipal de Santiago do Cacém, contou com a participação dos presidentes das câmaras de Santiago do Cacém e de Sines, da vereadora do Ambiente da Câmara de Sines, da presidente do Instituto dos Resíduos e de um engenheiro do Ambiente.

«Verdes» contestam extracção de areias

A deputada Isabel Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», apresentou na Assembleia da República um conjunto de requerimentos que exigem do Governo explicações sobre a extracção de areias que ilegalmente continua a ser consentida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território no litoral e nas bacias dos rios.

«Os Verdes» consideram inadmissível que, mesmo depois da tragédia de Entre-os-Rios, persista, por parte do Governo, «a mesma atitude laxista, de inoperância e cumplicidade com esta pilhagem dos areeiros».

A deputada de «Os Verdes» denunciou ainda o facto, que testemunhou, de mesmo num Parque Natural, o da Ria Formosa, este escândalo ser consentido e exigiu explicações públicas.

Os números da SIDA

Portugal tem, desde 1983, 15 mil casos de VIH oficialmente notificados, mas estima-se a existência de cerca de mais 15 a 30 mil infecções desconhecidas, as quais contribuem para a expansão da infecção. Uma informação avançada pelo coordenador da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA (CNLCS), quando da apresentação do Plano Estratégico de Luta Contra a Infecção pelo VIH/SIDA.

Do rol de vertentes que o combate à pandemia deve abranger, o coordenador da comissão salientou «a necessidade do desenvolvimento de apoio extra-hospitalar aos doentes com SIDA, mais premente nos grandes centros urbanos e no contexto da toxicoddependência».

O Plano Estratégico de Luta Contra a Infecção pelo VIH/SIDA preconiza que «a criação de uma rede de respostas sociais que respondam de forma adequada aos problemas individuais e familiares deve basear-se numa estreita articulação entre as instituições estatais, as organizações não governamentais e instituições particulares de solidariedade social».

Fenprof acusa IPSS

A Fenprof acusa Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Misericórdias Portuguesas e Mutualidades de terem recebido cerca de 50 milhões de contos do Ministério da Educação mas não pagarem às educadoras do pré-escolar.

A Federação Nacional dos Professores tem uma lista de cerca de 50 instituições que não cumprem o protocolo de cooperação assinado com o Ministério da Educação e Segurança Social, no âmbito da expansão da rede da educação pré-escolar.

Com base num levantamento efectuado pela estrutura sindical, de Norte a Sul do País, muitas instituições estão a «utilizar as verbas da educação pré-escolar, que receberam entre 1998 e 2001, para outros fins».



A maioria dos novos imigrantes é ucraniana

Frente Anti-Racista denuncia nova lei de imigração

Contra uma nova escravatura

Dezenas de milhar de imigrantes obtiveram, este ano, autorizações de permanência no nosso país. Uma forma de legalização que se processa, entretanto, ao abrigo de uma lei profundamente contestável. Como uma vez mais foi denunciado pela Frente Anti-Racista.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) concedeu, desde Janeiro, 76 510 autorizações de permanência em território nacional, a maioria dos quais oriundos da Ucrânia.

Neste período de legalização – que não tem entretanto definida uma data-limite – o SEF emitiu autorizações de permanência a 40 194 cidadãos provenientes da Ucrânia, 13 993 do Brasil, 5697 da Moldávia, 4413 da Roménia, 3403 de Cabo Verde e 3192 da Rússia.

Dos dados contabilizados constam ainda autorizações a 3064 angolanos, 2446 paquistaneses, 2230 cidadãos da Guiné-Bissau, 2060 da Índia e 2100 da China.

A Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do SEF foi a que concedeu mais autorizações desde 22 de Janeiro, com um total de 40 194, se-

guida da do Algarve (12 145), do Norte (11 443), do Centro (10 558), da Madeira (1438) e dos Açores (732).

Entretanto, por detrás destes números ocultam-se realidades complexas e os vícios de uma lei que claramente limita direitos aos imigrantes.

Os portugueses não esquecem os «bidon-villes» espalhados pelo mundo

Lei discriminatória e insuficiente

Uma lei discriminatória, tendenciosa, injusta e insuficiente. É assim que a Frente Anti-Racista classificou o Decreto-Lei 4/2001, na audição pública sobre a regularização da situação dos imigrantes clandestinos.

Falando em nome da Frente Anti-Racista, Fernanda Vicente denunciou o carácter discriminatório desta lei, por colocar os imigrantes que obtêm a autorização de permanência numa posição de

«diferença negativa» em relação aos detentores de uma autorização de residência.

A lei é ainda apontada como tendenciosa porque, ao obrigar à apresentação de um contrato de trabalho, coloca os imigrantes nas mãos do patronato, «onde proliferam empresários oportunistas e sem escrúpulos que apenas se preocupam em antever cifrões».

É injusta, na medida em que na prática exclui todos os que pretendam trabalhar por conta própria, «como é o caso, entre outros, das trabalhadoras domésticas».

Por último, é insuficiente, ao não prever o reagrupamento familiar, apenas permitindo uma estada temporária aos familiares dos imigrantes, mesmo os mais directos.

Arbitrariedade e solidariedade

Em termos práticos, a aplicação do novo Decreto-Lei acabou por gerar situações em que «as arbitrariedades tornam-se ainda mais agravantes e graves».

Estas situações têm passado, nomeadamente, por uma maior movimentação por parte

das mafias, pela obrigação de trabalhos a baixos preços, o aparecimento de pseudo-empresas que colocam os trabalhadores à sua mercê através da retenção de passaportes e outros documentos pessoais, pela venda fraudulenta de contratos de trabalho.

Entretanto, face a esta situação, cresce o movimento de protesto e solidariedade, abarcando, de par do movimento anti-racista, o movimento sindical, associações, autarquias e a própria Igreja.

Exigindo, para os imigrantes, os mesmos direitos e deveres que os outros trabalhadores, Fernanda Vicente lembrou que «os portugueses, ao longo da sua história, sempre foram um povo de emigrantes» e por isso não esquecer facilmente «todos os bidon-villes que se encontram, ainda hoje, espalhados um pouco por todo o mundo».

Um objectivo tanto mais viável quanto «há cada vez mais gente sensível às questões da dignidade humana e consciente que é necessário que se tomem medidas de fundo para que não assistamos ao desabrochar de uma nova escravatura em pleno século XXI».

Conhecer o nosso tempo

Na passada quinta-feira, dia 5 de Julho, o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (STEFFA's) e a Comissão Sindical do Arsenal do Alfeite organizaram uma sessão comemorativa do centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, realizada em Almada, no Fórum Municipal Romeu Correia. A iniciativa contou com a participação, para além dos representantes do sindicato e da Comissão Sindical do Arsenal, do secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, de José Lourenço, vereador da Câmara Municipal de Almada, do escritor Modesto Navarro e de Regina Marques, da Universidade Popular de Setúbal.

Carvalho da Silva lembrou a afirmação de Caraça, que assinalou a importância de conhecer o tempo em que se vive, e seguidamente deu nota da situação social e laboral que se vive em Portugal, contando algumas das experiências que presenciou, em diversos plenários e visitas efectuadas em empresas de diversa dimensão. Considerando que o nosso tempo se caracteriza em muito pela extrema precariedade que se vive no trabalho, o secretário-geral da CGTP-IN contou um episódio passado nas obras da barragem do Alqueva em que, para uma mesma função, os salários/hora variavam entre os 380 e os 1300 escudos, estando o valor mais baixo guardado

para os trabalhadores oriundos dos países africanos de língua não portuguesa e o valor mais alto reservado aos espanhóis. Citando novamente Bento de Jesus Caraça – «o que o mundo for amanhã é o que o esforço de cada um de nós determinará» – Carvalho da Silva apelou à luta dos trabalhadores para mudar esta situação.

Modesto Navarro contou a história da vida do matemático, lembrando a sua ligação ao PCP e o seu papel destacado no movimento antifascista. O escritor recordou que, sob a orientação de Bento Gonçalves, na altura preso no Tarrafal, Bento de Jesus Caraça estaria também ligado à Biblioteca Cosmos, criada com

o fim de combater o obscurantismo fascista.

Regina Marques, dirigente da Universidade Popular de Setúbal – que editou recentemente «A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo» –, lembrou que a UPS se integra no espírito crítico das universidades populares de Caraça que tinham o objectivo de, como afirmava o próprio, «despertar a consciência colectiva das massas».

José Lourenço destacou a importância da obra científica de Bento Caraça, ressaltando a sua forte componente humanista e revolucionária, afirmando que o sua obra é um exemplo para todos os que continuam a lutar pela «tão necessária revolução».



Avante! festa!

FESTADO *Avante!* 2001

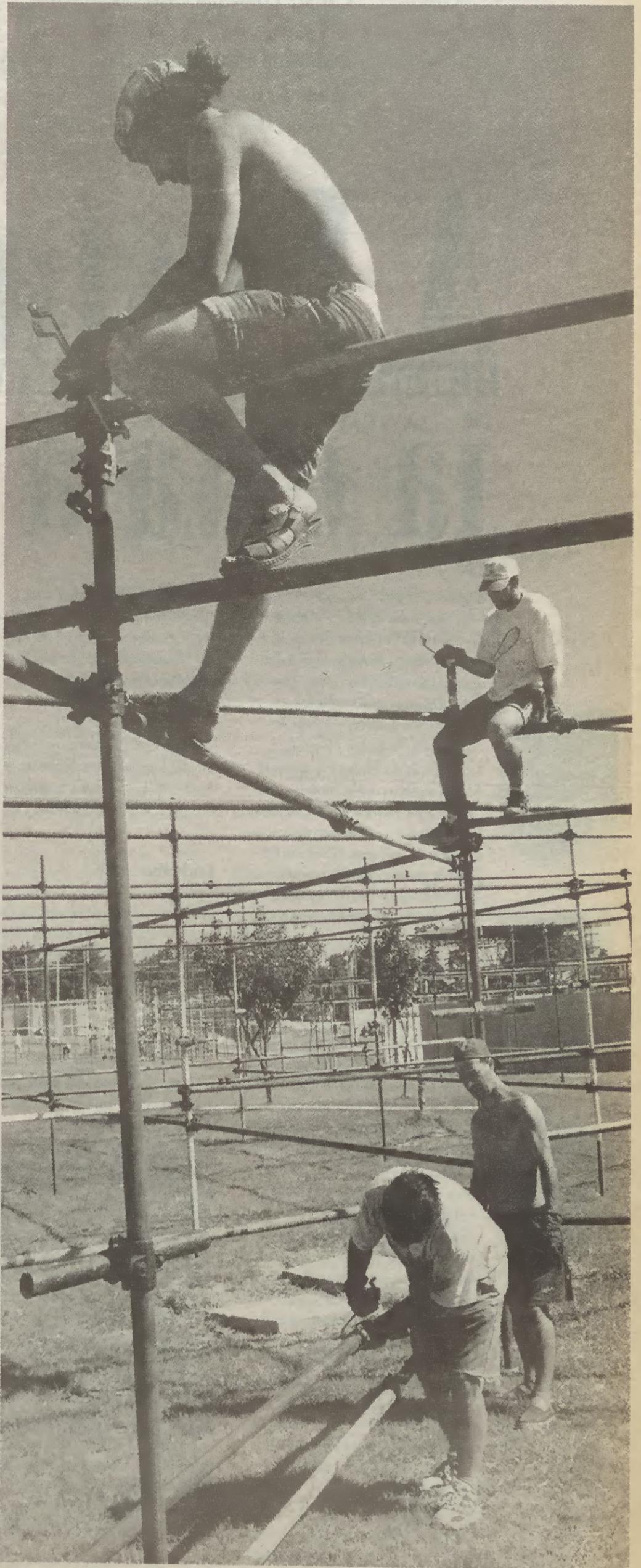
7, 8, 9 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Projecto e Trabalho

A Festa faz-se de pedreiros e arquitectos, mão-de-obra qualificada e ajuda de «aprendizes». Tudo isto juntámos neste primeiro suplemento sobre a Festa do «Avante!» de 2001, com entrevistas a Celestino Castro - responsável pelo projecto de remodelação da Praça Central -, Vítor Santos, do Gabinete de Projecto, e Licínio Carvalho e Manuel Lopes, responsáveis pela implantação. E há de tudo, desde histórias das jornadas de trabalho a concepções sobre a função da arquitectura na sociedade.

Compra já a EP e poupa mil escudos

A Entrada Permanente (EP) para a Festa do *Avante!* já está à venda. Comprada até 6 de Setembro custa 2500\$00. Nos três dias da Festa o preço é de 3500\$00. Por isso não te esqueças: compra já a tua e as da tua família e amigos.





Todos os anos há novidades na Atalaia, para além dos espectáculos e dos pavilhões.

As infra-estruturas são melhoradas e mais condições são oferecidas aos visitantes. Licínio Carvalho e Manuel Lopes anunciam as novas obras feitas no terreno da Festa e falam das jornadas de trabalho.

A Festa

Infra-estruturas melhoradas na Quinta da Atalaia

já está a crescer

Licínio Carvalho, responsável pela implantação da Festa do «Avante!», divide a construção em três fases: a das infra-estruturas (que tipo de iluminação pública escolher, que zonas arrelvar, como melhorar as instalações sanitárias e a rede de distribuição de água e energia...); a construção da Festa propriamente dita, com todo o trabalho de carpintaria e pintura nas estruturas e pavilhões; e a «fase mais dolorosa», a de desimplantação. «Também faz parte da construção desmanchar, arrumar os materiais...», comenta.

Na Quinta da Atalaia está agora a terminar a primeira fase. As jornadas de trabalho começaram dia 23 e, principalmente aos fins-de-semana, muitas são as mãos que vêm construir a Festa de 2001. Infelizmente, não têm sido tantas como a comissão de implantação desejava: «Há que fazer um apelo forte ao Partido para elevar o nível de participações. Se não, teremos dificuldades em conseguir levar por diante os nossos objectivos no quarto de século da Festa.»

Todos os anos há novidades nas infra-estruturas da Atalaia, visando oferecer melhores condições aos visitantes. Esta edição não é excepção. Mais ruas vão ser alcotoadas, está a ser construída uma nova rede de iluminação, a rega automática está a ser melhorada, as instalações sanitárias – especialmente para as senhoras – serão mais e melhores, e haverá mais ajardinamentos e canteiros de flores. Também os participantes nas jornadas de trabalho vêm as suas condições melhoradas, nomeadamente nos equipamentos, balneários e estaleiros. A maior obra está a ser feita na área da Praça 1.º de Maio, onde habitualmente

é feita a inauguração da Festa. «É uma intervenção arquitectónica, com a construção de jogos de água e arrelvamento», explica Licínio Carvalho (ver texto ao lado.) «Isto diz-se em duas penas, fazer é mais complicado», diz Licínio Carvalho. «Mais doloroso», acrescenta Manuel Lopes, que trabalha na Atalaia desde 1988, «... e mais gostoso, mais alegre...», responde Licínio.

Trabalho

Qualquer um que visite agora a Quinta da Atalaia depara-se com um espaço bastante diferente do que encontra nos três dias da Festa. Parece outro local, quase vazio, sem a cor e o movimento a que os visitantes estão habituados. O verde domina, com extensos relvados a cobrir todo o solo. Bandos de andorinhas e pombos voam por todo o terreno. É claro que a magnífica vista para a Baía do Seixal se mantém a mesma. O canto das aves é entrecortado pelo ressoar dos martelos, ferramenta fundamental na construção das estruturas. No dia em que o «Avante!» foi visitar o terreno da Festa, o lago estava praticamente sem água devido às obras de renovação da comporta. Como explica Manuel Lopes, é um «bom dia para trabalhar, porque não está muito calor».

Mal dão as quatro, os trabalhadores dirigem-se para o bar. É a hora do lanche e da conversa. E de mais uns cigarrinhos... Homens com o corpo queimado do sol da Atalaia contam anedotas, bebem uma cerveja e discutem o trabalho. Duas semanas antes da abertura da Festa chegará um grupo de militantes



do PCE, originário da Catalunha, que se juntarão a estes e outros homens e mulheres. Como começa a ser tradição, vêm ajudar na construção da Festa. «E cada vez são mais», diz Manuel Lopes.

Tudo diferente

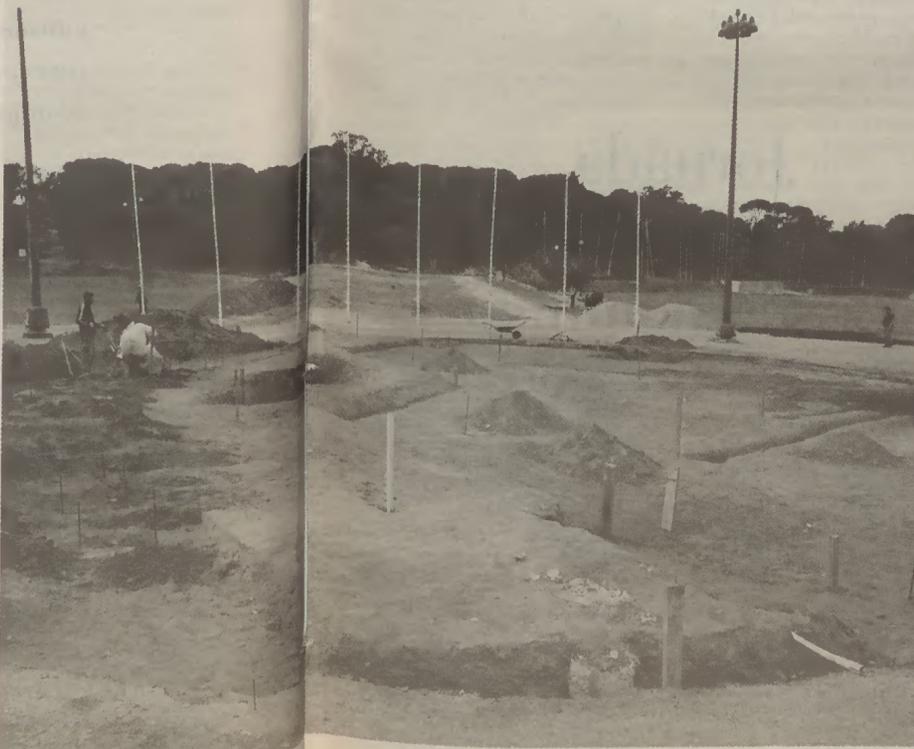
A rotatividade dos stands e pavilhões das organizações regionais contribui para que a Festa tenha uma imagem renovada. Desta vez praticamente todos estes espaços mudam de localização.

Segundo disse ao «Avante!» Vítor Santos, do Gabinete de Projecto da Festa, só o espaço da Juventude mantém a sua localização, todas os outros sectores e organizações do Partido surgem em locais diferentes dos do ano passado.

A principal ideia para este ano foi colocar pequenas e grandes organizações lado a lado, o que pode resultar numa maior diversidade de hábitos e costumes das várias regiões do país, dos seus produtos, artesanato, cultura e especificidades.

No entanto, mantém a sua localização os espaços centrais de espectáculos (Avanteatro, Palco Arraial, Auditório 1.º de Maio e Palco 25 de Abril), assim como a cidade internacional, junto à entrada da Quinta da Princesa. A zona da várzea continua também como uma área-escape da Festa, uma espécie de silêncio da Festa onde é possível descansar e retemperar forças. Daí que o fraco índice de construção, que ainda assim permite que este ano ali esteja patente uma exposição interactiva sobre astronomia, sobre a qual o «Avante!» dará mais informações em próximos números.

Entre outras obras, a Praça Central está a ser remodelada. Na rotunda irá surgir um espelho de água com a forma de um crescente de lua, enquadrado por um pequeno anfiteatro com bancos e relva



Uma Praça nova

A Quinta da Atalaia está cada vez mais bonita. Os melhoramentos e arranjos exteriores sucedem-se de ano para ano, seguindo planos e estudos prévios que permitem que cada elemento novo se encaixe na perfeição no conjunto coerente do terreno.

Nesta edição, os visitantes vão encontrar a Praça Central, onde anualmente se procede à abertura oficial da Festa, completamente remodelada. No espaço da rotunda, até aqui um relvado elevado em meia esfera, irá surgir um espelho de água com a forma de um crescente de lua, enquadrado por um pequeno anfiteatro com bancos e relva.

Em frente, em direcção ao maciço de pinheiros, desenvolvem-se duas alamedas com tanques de água que sugerem pela sua disposição uma série de cascatas. Bancos e floreiras são outros elementos que convidam os visitantes a uma pausa. Para além de

abrir um novo espaço de encontro e convívio, a introdução da água nesta zona mais seca da Quinta produz uma relação nova com o grande lago da várzea, como que provocando a ilusão de uma nascente que desagua misteriosamente junto ao rio.

Celestino Castro é o arquitecto responsável pelo projecto, embora, como fez questão de sublinhar, tenha partido de um estudo já existente, cujos princípios procurou respeitar, enriquecendo-o no entanto com ideias originais.

A ideia para a rotunda teve-a desta maneira: «Eu gosto muito de ver a lua, nas várias fases. Estava também a ler um livro do Mia Couto, a Terra Sonâmbula, cuja capa é exactamente uma lua num crescente. Era num domingo, peguei num lápis e comecei a desenhar um círculo e um crescente de lua. Foi a partir daqui que isto nasceu.

Celestino Castro A arquitectura deve servir o povo

Celestino Castro é arquitecto, tem 81 anos e desde há muito que o Gabinete de Projecto da Festa conta com a sua larga experiência profissional. Militante do PCP desde 1953, exilado nove anos, recorda: «Quem me levou para o Partido foi José Dias Coelho, o escultor que a PIDE assassinou.»

«Um dia, estávamos nós na Célula dos Arquitectos, no Vitória, apareceu o Fernando Vicente a perguntar se alguém podia ir trabalhar para a Festa, que naquele ano se realizou na Quinta do Infantado, em Loures. Eu ofereci-me e, mais tarde, já estávamos na Atalaia, atingi o limite de idade na função pública e passei a trabalhar a tempo inteiro para a Festa.»
A motivação para enfrentar desafios e superar dificuldades encontrou-a sempre «na militância consciente»: Trabalhava porque sabia para onde trabalhava. E isso para mim sempre foi o mais importante.»
Perguntado sobre a dimensão política da arquitectura, Celestino recua aos longínquos anos 50, quando aderiu ao Partido, altura em que a arquitectura

da União Soviética surgia para muitos comunistas como uma referência. «Mas eu nunca pude concordar com aquilo, com aquela arquitectura de fachada.» Em contrapartida, acrescenta, «nos anos 20, houve uma corrente de arquitectura soviética espantosa, de que é um exemplo o edifício da Central das Cooperativas em Moscovo, que não tem nada a ver com coisas que foram feitas depois.»

Na sua opinião, «o Partido, nas suas representações, na arquitectura, pintura, artes plásticas, deve procurar as coisas melhores, não devemos estar agarrados a coisas que não têm interesse». Neste sentido, considera que «servir o Partido é fazer o melhor que sabemos e não sujeitarmo-nos a opiniões com as quais não estamos de acordo. Somos um partido revolucionário. Temos de ser revolucionários também nas coisas que fazemos.»

É com estas convicções que tem contribuído para a grande realização colectiva que é a Festa do «Avante!»: «Aqui em tudo o que fazemos há sempre participação. O que o fazemos é sempre submetido a discussão no organismo e as sugestões que aparecem contribuem para ajustar a ideia inicial. Isto acontece em todos os trabalhos.»
As palavras do brasileiro Vilanova Artigas traduzem com clareza a ideia de Celestino sobre a finalidade da arquitectura: «A primeira coisa que a gente tem de servir é o povo. E até sentir-me-ia muito orgulhoso se pudesse submeter os meus projectos a uma assembleia de operários numa fábrica.» Em suma, explica Celestino, «a relação política da arquitectura é com os fins que serve».



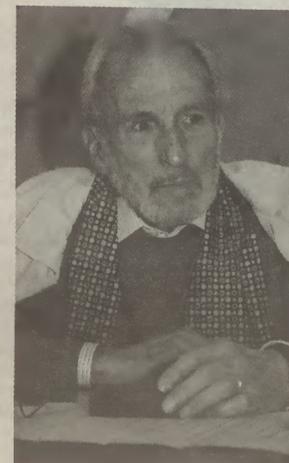
Vítor Santos



Licínio Carvalho



Manuel Lopes



Celestino Castro



Jornadas de trabalho Construir é emocionante



Emelhor construir a Festa ou usufruir dela durante os três dias em que as portas se abrem aos visitantes? Quem participa nas jornadas de trabalho duvida entre uma das respostas. O convívio, a aprendizagem e o ambiente contribuem para tal hesitação.

Desde que a Festa do Avante! se mudou para a Quinta da Atalaia que se passou a fazer outro tipo de construções. No Jamor, na Ajuda e em Loures tudo tinha de ser desmontado, dos pavilhões às casas de banho. Hoje o terreno pertence ao Partido, o que permite outro tipo de trabalhos. «Algumas das infra-estruturas são construídas com maior durabilidade, com mais cuidado e mais pormenor», explica Licínio Carvalho. «E com mais gosto», diz Manuel Lopes.

As diferenças são muitas. «Pode ser que o pessoal mais jovem não dê por isso, mas para quem tem mais anos é notório que a Festa que fazemos hoje não tem comparação com a que fazíamos há 15 ou 20 anos», afirma Licínio, dando o exemplo das casas de banho. «E comparando com as dos festivais de Verão as nossas são luxuosas.»

Graças às condições, têm lugar na Atalaia muitas iniciativas. «Ainda há pouco tempo realizou-se um acampamento ibérico», recorda Manuel.

E como é ver milhares de pessoas usufruir do que construíram durante meses? Manuel Lopes responde rapidamente: «Sinto-me contente, sinto-me realizado pelo trabalho que fiz.» Licínio desenvolve: «É grato, porque é pelos visitantes e pelo uso que dão à Festa que aqui estamos.

Qualquer músico fica satisfeito quando a sua música vende; nós, como construtores, ficamos muito satisfeitos que as pessoas usem a construção e que apreciem o trabalho, mesmo que digam mal. Quando as pessoas vêm, usam e usufruem sentimo-nos compensados.»

Meses de festa

Naturalmente, os valores do Partido reflectem-se na Festa: camaradagem, franqueza, lealdade, solidariedade.

«Uma vez uma jornalista perguntou-me se a Festa podia constituir o modelo para a sociedade que o Partido quer construir», recorda Licínio. «Eu respondi que não, que para a sociedade que queremos construir somos bastante mais ambiciosos. Mas, na maneira de estar, a Festa reflecte os nossos ideais.»

Para muitos, há mais festa na construção do que nos três dias em que as portas estão abertas aos visitantes. É o caso de Licínio. «Para mim, há algum tempo que a Festa é principalmente o período de construção. O convívio, os laços que se estabelecem, os conhecimentos que se adquirem, o empenhamento, o trabalho com outros camaradas, aquilo que vamos fazendo de novo, o que vamos experimentando – tudo isto é um factor de realização muito gratificante.»

Os que participam pela primeira vez nas jornadas de trabalho depressa aderem ao espírito. «Gostam da camaradagem, do convívio, do trabalho, mesmo sendo ele pesado», diz Manuel Lopes. Foi o que aconteceu com os camaradas que vieram há duas semanas, que estiveram a trabalhar no muro de

gaviões que está a ser construído junto da Praça 1.º de Maio, uma estrutura em pedra que funcionará como miradouro e local de descanso. «Nunca tinham feito aquilo e gostaram.»

A aprendizagem é, de facto, um dos traços mais marcantes nas jornadas. «É o meu caso», conta Manuel Lopes. «Quando vim para cá não sabia fazer praticamente nada e aqui aprendi muita coisa... e aprendi também a ser homem.»

Bem-vindos!

«Lidamos com muitos materiais, improvisamos muito. O canalizador faz canalizações, o pedreiro faz paredes, o carpinteiro prega madeiras e nós acabamos por fazer um bocado de tudo. Um dos valores da Festa é fazer com que muitas dezenas de jovens entrem no mundo do trabalho. Construir alguma coisa, saber o que é um martelo de orelhas ou uma marreta – foi aqui que tomaram contacto com isso. Esse conhecimento não se perde e fica-se com uma ligação afectiva à Festa», sublinha Licínio.

Toda a gente é bem-vinda. Licínio Carvalho e Manuel Lopes afirmam que todas as profissões fazem falta, em especial quem sabe trabalhar com enxadas e ancinhos, bem como electricistas, carpinteiros, pintores e montadores de estruturas. Quem não sabe é prontamente ensinado.

«Quem ninguém deixe de vir porque a sua profissão não é mencionada ou porque não trabalha nesta área», alerta Licínio. «Até porque temos sempre casos de pessoas que, nas jornadas, preferem não fazer o seu trabalho habitual», lembra Manuel.

Jornada de trabalho no domingo

A Comissão Concelhia de Oeiras organiza uma jornada de trabalho na Festa do «Avante!», no próximo domingo. A camioneta passa às 7.30 horas na estação de Caxias, às 7.40 horas no mercado de Paço D'Arcos, às 7.45 horas na estação de Oeiras, às 7.55 horas em Porto Salvo (SIMPS), às 8.05 horas na Tercena (GRT), às 8.15 horas na Igreja de Queijas, às 8.20 horas em Carnaxide (ex-Vimeca), às 8.25 horas na Caixa Geral de Depósitos de Linda-a-Velha e às 8.30 horas em Algés, na Praça D. Manuel. O regresso da Atalaia está marcado para as 17 horas. Não faltes!



Inflação «cega» BCE

A actividade do Banco Central Europeu no ano de 2000 foi apoiada pela maioria dos eurodeputados que, num relatório, se congratulam com o alcance da estabilidade monetária no contexto do aumento dos preços do petróleo e da alta volatilidade dos mercados de câmbios. O documento foi no entanto criticado pelos deputados do PCP que acusam o BCE de ter como objectivo fundamental a moderação salarial. Como sublinhou Ilda Figueiredo, trata-se de «um objectivo cego, baseado no controlo da inflação, que esquece o contributo da política monetária para o crescimento económico e o emprego. Preocupação que, levada ao extremo, pode provocar deflação e desemprego». É na base deste objectivo, acrescenta a deputada, que o BCE, «mesmo face ao abrandamento económico, não alivia as taxas de juro para estimular e reduzir os custos do excessivo endividamento das famílias e dos restantes agentes económicos, esquecendo que a zona euro não é um espaço homogéneo e que existem dificuldades estruturais específicas, sobretudo para os países da coesão como Portugal».

Prodi admite antecipar CIG

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, admitiu que, se o Tratado de Nice não for ratificado no prazo previsto, a próxima Conferência Intergovernamental (CIG), prevista para 2004, terá de ser antecipada. Um «não» a Nice atrasaria inevitavelmente o processo de alargamento, sublinhou Prodi, no plenário do Parlamento Europeu, embora seja uma possibilidade que quer «afastar a todo o custo». «Todos dissemos que o Tratado de Nice é necessário para o alargamento», disse Prodi, acrescentando que «o não irlandês diz-nos claramente, entre outras coisas, que devemos ultrapassar a distância que se criou entre as instituições e os cidadãos». Os europeus querem uma União que responda às suas novas exigências e uma União «clara e compreensível, na qual as competências das instituições estejam bem definidas e as decisões sejam adoptadas ao nível adequado», frisou o presidente da Comissão Europeia.

Bulgária afasta-se da UE

O principal negociador da Bulgária com a União Europeia, Vladimir Kissiov, demitiu-se do cargo, na sequência da vitória do partido liderado pelo herdeiro do trono, Simeão II. Kissiov referiu a existência de divergências entre o governo cessante e o Movimento Nacional Simeão II na forma de conduzir as negociações de adesão à União Europeia. «Há mais de um mês revelei preocupações quanto ao futuro das negociações», afirmou. «Estas preocupações não se dissiparam, pelo contrário, tornaram-se mais fortes.»

Marcha em Aveiro

Pela agricultura familiar

Um desfile promovido pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) juntou em Aveiro centenas de pessoas e tractores para exigir uma nova política agrícola nacional e comunitária que proteja a agricultura familiar.

A marcha integrou centena e meia de tractores que convergiram no sábado para o centro de Aveiro, com o objectivo de passar frente ao recinto de feiras da cidade, na momento da inauguração da Agrovouga, mas forças da PSP dispostas nos topos da rua, com barreiras metálicas, impediram o acesso.

Os manifestantes optaram então por se dirigir à feira a pé, onde se concentraram e procuraram fazer entrega de um documento em que é reclamada a manutenção das quotas leiteiras na União Europeia e aumento da quota portuguesa.

O aumento do preço do leite à produção e apoio financeiro à recolha, o pagamento pelo Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA) do abate dos bovinos fora de produção, e a criação de uma organização comum de mercado para a batata, são algumas entre muitas outras medidas exigidas no documento.

João Dinis, dirigente da CNA, lembrou que, a manifestação da lavoura às portas da Agrovouga se realiza desde 1992 e lamentou a ausência do ministro da Agri-

cultura, Capoulas Santos, notando que «está na região, mas tem horror a encarar os agricultores olhos nos olhos».

«Em vez de pôr aqui tanta polícia para não deixar passar os tractores numa feira agrícola, para não sujar as rodas ao carro do governador civil, o Governo devia era pôr as forças policiais a vigiar as fronteiras e impedir a entrada do que vem arruinar a produção nacional e envenenar a

saúde dos portugueses», afirmou.

O dirigente da CNA reagiu também ao anúncio do fim do embargo da UE à carne de vaca portuguesa, dizendo que «demorou de mais, foi à custa do sacrifício dos produtores e desde 1995 que Capoulas Santos é responsável pelo assunto».

A eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo, que esteve presente na manifestação, garantiu transmitir em Bruxelas as posições dos agricultores e fazer sentir a necessidade de uma política agrícola comum que apoie a

manutenção das pequenas explorações.

Os cerca de 600 participantes entraram depois no recinto de feiras e só receberam autorização para circular com os tractores depois de inaugurado o certame.

Com o apoio da CNA, esta iniciativa foi promovida pela ALDA (Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro), pela BALFLORA (Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu) e pela ADACO - Associação Distrital dos Agricultores do Distrito de Coimbra.

Mais de 600 agricultores e 150 tractores desfilarão pelo centro de Aveiro



A manifestação da lavoura às portas da Agrovouga realiza-se desde 1992, mas desta vez a polícia impediu o desfile de tractores

PE pede moratória à pena de morte

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução da iniciativa comum de deputados de vários grupos políticos, entre os quais Joaquim Miranda, sobre a pena de morte no mundo e a instauração de um Dia Europeu contra a Pena de Morte.

O texto reafirma que a abolição da pena de morte (pena iníqua, degradante e contrária aos princípios universais de justiça), é essencial para permitir a afirma-

ção da dignidade da pessoa e o desenvolvimento progressivo dos direitos do Homem, o primeiro dos quais é o direito à vida.

Assim, o PE apoia o «Apelo de Estrasburgo» de 22 de Junho de 2001 a favor da abolição e de uma moratória universal imediata sobre as execuções e condenação a uma vez mais com firmeza a existência em 87 países desta pena.

A resolução exorta a presi-

dência belga do Conselho a apresentar novamente na reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas uma resolução sobre a abolição da pena de morte e exorta os EUA a suspenderem todas as execuções e a respeitarem a proibição da pena de morte, no caso de menores e deficientes mentais. O PE exorta também a Federação da Rússia, a Turquia e a Arménia a cumprirem as obrigações que lhes incumbem enquan-

to membros do Conselho da Europa e a abolirem sem tardar a pena de morte. A resolução manifesta igualmente a sua preocupação pelo recurso à execuções na República Popular da China, solicitando à Comissão e ao Conselho que considere a abolição da pena de morte e a moratória universal sobre as execuções capitais como um elemento essencial das relações entre a UE e os países terceiros.

Alemanha selecciona imigrantes

A Alemanha terá de acolher 50 mil imigrantes por ano para contrabalançar a falta de mão-de-obra em alguns sectores e a baixa taxa de natalidade, concluiu um estudo encomendado pelo governo em e divulgado em Berlim na passada semana. O documento propõe que os novos imigrantes sejam seleccionados mediante o sistema de pontos em vigor, por exemplo, no Canadá, baseado na idade e na qualificação dos candidatos.

Com base na previsão de que a população alemã, actualmente de 82 milhões de pessoas, poderá diminuir 25 por cento nos próximos 50 anos, a comissão que elab-

borou o estudo recomenda que se facilite o acesso ao mercado de trabalho aos estudantes estrangeiros e aos refugiados já residentes no país que quiserem trabalhar em sectores de actividade com falta de mão-de-obra, concedendo-lhes uma autorização de permanência de cinco anos.

O número de ingressos deverá ser contingentado, de acordo com as recomendações de um conselho de imigração a criar, mas a comissão avançou já com uma proposta de admissão de 20 mil novos imigrantes e respectivas famílias por ano.

Quanto aos quadros superiores, deverão ter hipóte-

ses de acesso ao mercado de trabalho alemão ainda mais facilitadas, e ter direito a uma autorização de permanência ilimitada. A vinda de imigrantes destina-se, segundo a responsável pelo estudo, a «garantir a nossa prosperidade, o nosso futuro».

Num cenário de quase quatro milhões de desempregados – no leste, as taxas de desemprego continuam a rondar os 20 por cento e no ocidente estão ligeiramente abaixo dos 10 por cento – não será fácil ao governo SPD/Verdes explicar a necessidade de mais mão-de-obra, tanto mais que uma nova vaga constituirá

uma forte pressão para reduzir salários e direitos.

A Alemanha só abriu as portas a imigrantes nos anos 50 e 60, ao abrigo de contratos bilaterais com alguns países, nomeadamente a Turquia, a Grécia, a Espanha e Portugal, embora no pós-guerra tenha beneficiado de um grande número de trabalhadores oriundos da Alemanha de Leste.

Estima-se em 130 mil o número de portugueses neste país, onde os turcos continuam a ser a maior comunidade imigrante, com cerca de 2,5 milhões de pessoas, num total de cerca de oito milhões de estrangeiros.

Especulação e pensões

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a proposta de directiva que visa harmonizar as condições de prestação de serviços por parte das instituições gestoras de reformas profissionais e as suas regras de investimento. Como explicou a deputada Ilda Figueiredo, «de um modo mais lato, a directiva pretende a criação de um mercado único de pensões complementares» cujo sentido é «reduzir ao mínimo as regras prudenciais, liberalizado os procedimentos e os investimentos dos fundos em instrumentos financeiros mais voláteis», o que «é um risco sério para os direitos dos trabalhadores», alerta. A directiva pode pôr em causa as regras prudenciais no nosso país, designadamente a obrigatoriedade de 50 por cento dos fundos de pensões serem investidos em títulos da dívida pública, além de poder constituir uma «pressão inadmissível» sobre os fundos de pensões de capitalização do regime público da segurança social.

Perdão da dívida

A organização não governamental (ONG) «Drop the Debt» (Anulem a Dívida) apelou no sábado aos ministros das Finanças do G7, reunidos em Roma, a assumirem um compromisso para a anulação da dívida dos países mais pobres. A «Drop the Debt» quer que Giulio Tremonti, o novo ministro das Finanças italiano e presidente do encontro, consiga um acordo garantindo que novos compromissos são assumidos sobre a dívida no quadro do esforço contra a pobreza nos países mais pobres. Segundo um comunicado da organização, «as esperanças dadas pelo novo milénio e as primeiras promessas de aligeirar a dívida correm o risco de cair em ruínas romanas». Os ministros das Finanças do Grupo dos Sete (G7) países mais industrializados do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França Grã-Bretanha, Itália e Japão) discutiram no fim-de-semana o abrandamento económico mundial e as formas de relançar o seu crescimento.

Embargo

Os inspectores veterinários europeus consideram que Portugal está em condições para retomar as exportações de carne bovina, recomendando que a Comissão Europeia fixe a data para o levantamento do embargo. Antes, porém, as autoridades portuguesas devem criar uma base jurídica que sustente o esquema de exportação de base data. Os responsáveis, que estiveram em Portugal a 25 de Junho para verificar o funcionamento do esquema de exportação de base data, concluíram que Portugal está em conformidade com as regras europeias, dispendo mesmo de um «eficiente» esquema de rastreabilidade e de destruição dos bovinos descendentes de animais doentes com BSE.

O campeão da euro-ignorância

• Sandra Pimenta

O Euro, o alargamento e o futuro da Europa. Três grandes temas que marcam actualmente o debate europeu. Dia 1 de Janeiro de 2002. É o primeiro dia de entrada em circulação da moeda única. Quando ainda muitos europeus se preparam para o desejado descanso após as festividades de mais uma passagem do ano, muitos outros preparam-se para enfrentar o dia que já muitos especialistas apelidaram de «caótico». Afinal de contas, o que sabem os europeus sobre o euro? Segundo um inquérito do

Desvalorizou esta sondagem e apressou-se a apresentar números bem mais simpáticos, mas de origem duvidosa. Segundo a CNE, este «relativo mas normal» atraso deve-se em parte «às pessoas que não queriam ser informadas antes, dado que se tratava de algo que não entrava no seu dia-a-dia e ainda estaria muito distante a data parar que tal sucedesse». Perante este cenário de desconhecimento, desinteresse e pessimismo, o que é que do ponto de vista de uma leiga nesta matéria - como eu - poderá advir para os portugueses? Na passada semana, Mário Soares

defendeu que «a moeda única na Europa será um factor de unificação europeia e terá reflexos a nível das mentalidades». Eu, ao contrário do nosso ex-presidente da República, acredito que a entrada em circulação da moeda única e as consequências monetaristas e federalistas que daí advém não são um factor de coesão económica e social, mas antes um factor de acentuação das desigualdades regionais e sociais e pior ainda, um factor de divisão da Europa. Os grandes perigos que pairaram sobre o emprego e o emprego com direitos, os salários, os serviços públicos, os direitos de cidadania, a produção nacional e a soberania, são sem sombra de dúvida superiores às vantagens que provavelmente existem na

entrada em circulação da moeda única. Daí que o nosso Partido tenha defendido a via do referendo antes da passagem à moeda única, entendendo assim que o povo português tinha o direito a ser consultado nesta matéria. Mas entrar no «comboio europeu» era mais urgente. E a política do «seguidismo» continuou...

«Uma perda de tempo»

No que diz respeito ao alargamento da UE e ao «futuro da Europa», as conclusões do Eurobarómetro em relação a Portugal também não são muito optimistas.

Existe uma grande falta de interesse em debater estas matérias (81 por cento); «a maioria dos portugueses não consegue identificar qualquer país candidato à adesão à UE, não tem opinião sobre quais os países que deveriam aceder primeiro à UE, nem quais os países que não deveriam aceder». O aumento da imigração numa Europa alargada, assim como, o previsível aumento de desemprego em território nacional, são alguns dos problemas que os portugueses admitem poder vir a acontecer quando ocorrer a entrada dos países candidatas à UE. Afinal, o desconhecimento da real situação não será assim tão grande... Em jeito de conclusão, a Comissão Europeia afirma que os portugueses «revelam uma grande falta de informação em relação aos três temas abordados, o que gera um grande alheamento em relação às questões europeias», mas todavia, recordou que a «responsabilidade» das várias campanhas de informação era de cada um dos países da UE.

Eurobarómetro sobre «O euro, o alargamento e o futuro da Europa», que a Comissão Europeia (CE) apresentou a semana passada em Bruxelas, os portugueses são os cidadãos pior informados sobre o euro, revelando um «desconhecimento superior à média dos restantes 15 países da zona euro quanto a quase toda as questões específicas sobre o calendário de introdução da moeda única europeia em Janeiro de 2002».

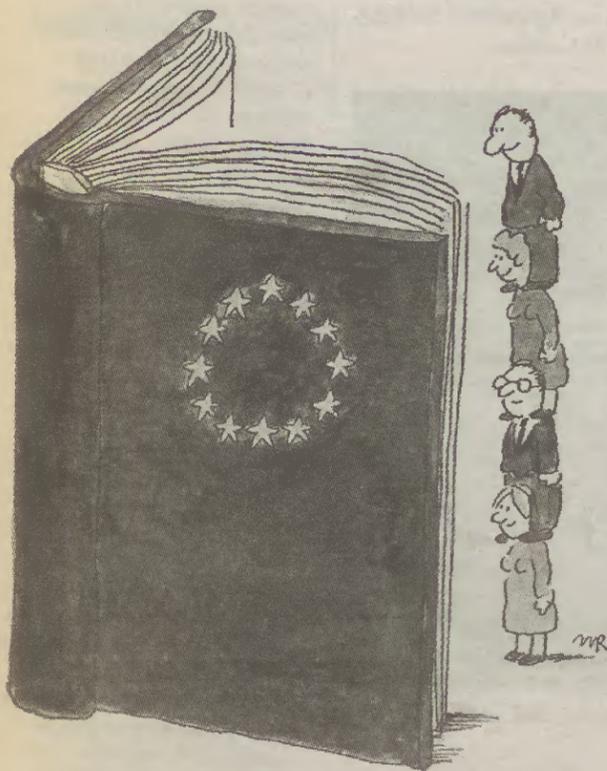
Os números falam por si: 73 por cento dos portugueses sentem-se «não muito bem» ou «nada» informados acerca do euro. Esta falta de informação encontra-se mais difundida nos grupos sociais com mais baixo nível de rendimento, nos mais idosos, com menos anos de escolaridade, nas mulheres e nos residentes em meios rurais.

Portugal é o país da zona euro onde as campanhas de informação sobre a moeda única atingiram uma menor percentagem da população. Cerca de 23 por cento da população portuguesa afirma não ter recebido qualquer informação sobre a moeda única, tão-só e unicamente a maior percentagem dos países da eurolândia.

O inquérito provou ainda que 30 por cento dos portugueses não identifica o seu país como sendo um dos membros da zona euro e mais de 50 por cento só conseguiu identificar correctamente quatro países membros da mesma zona.

Desinteresse e pessimismo

Por cá, a Comissão Nacional do Euro (CNE) mais não fez que tentar a todo o custo limpar a sua pobre imagem.



Governo sem respostas para o flagelo do alcoolismo

Passar das palavras

O consumo excessivo do álcool continua a ser em Portugal - que detém neste capítulo um lamentável lugar cimeiro a nível mundial - um flagelo que mata e com enormes custos sociais. As respostas têm estado muito aquém da dimensão e gravidade do problema.

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, que desde há muito lhe presta uma particular atenção, o assunto voltou à Assembleia da República.

Desta feita sob a forma de uma concorrida audição parlamentar que juntou na Sala D. Maria mais de cinco dezenas de participantes em representação de inúmeras entidades ligadas à problemática do alcoolismo. Contando com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, esta foi uma iniciativa da qual bem se pode dizer que cumpriu os objectivos traçados. Sobretudo pelos testemunhos e pela valiosa troca de experiências, num debate vivo e participado, marcado pela qualidade e diversidade das intervenções.

Tratava-se, antes de mais, como salientou na intervenção de abertura a deputada Natália Filipe, de reflectir sobre a extensão do fenómeno, suas causas e incidências sociais, procedendo, simultaneamente, ao levantamento das capacidades e carências existentes ao nível dos serviços de prevenção, tratamento e reinserção dos indivíduos afectados pelo problema. Não menos importante - e esta foi outra das abordagens propostas - era a avaliação da eficácia e adequação das medidas de política preconizadas pelo Governo.

Algo anda mal gerido

Pois bem. Perante um problema tão sério e com tão elevados custos, o mínimo que se pode dizer é que o Governo

não tem andado bem. Demonstrou-o na intervenção de fundo que proferiu no início do debate a camarada Ana Feijão, médica, do Centro Regional de

O custo social do álcool em Portugal é superior ao de qualquer outra droga

Alcoologia do Centro. Ao denunciar, por exemplo, desde logo, a própria incapacidade do Governo para avaliar correctamente a situação. Uma incompetência de análise que o leva a gastar «pouco dinheiro com a prevenção e o tratamento dos problemas ligados ao álcool» e a não perceber que os custos sociais do alcoolismo são muitíssimo superiores aos de outras dependências.

Quando isto acontece, «algo parece estar a ser mal gerido», observou Ana Feijão, que se interrogou sobre as razões que levam o Governo a ter abissais diferenças de postura perante as várias toxicodependências. Referia-se aos diferentes meios empregues no combate, num caso, ao alcoolismo, e, no outro, à dependência de heroína.

É que em relação a este último caso, segundo o anúncio feito pelo próprio Primeiro-Ministro, aumentou o número de consultas a toxicodependentes, abriram mais CAT's, como abertas foram mais vagas para técnicos desta área, visando dar resposta ao problema dos heroíno-dependentes, cujo número está estimado em 80 mil. Não questionando os apoios dirigidos para esta frente, que admitiu mesmo serem insuficientes, o que Ana Feijão não aceita é que em relação ao combate ao alcoolismo - os números oficiais apontam para mais de um milhão de doentes

Custos sociais incomensuráveis

Uma das teses defendidas pela médica comunista Ana Feijão, numa bem estruturada intervenção que funcionou como pontapé de saída para o debate, foi a de que o custo social do álcool no nosso país é superior ao de qualquer outra droga.

Para aferir o custo social de uma droga, esclareceu, importa englobar tudo o que essa droga custa à sociedade, o que pressupõe ter em conta o consumo global e não apenas os casos dos que a consomem excessivamente ou adoececem. Defende assim que os custos não são atribuíveis a uma forma específica de consumo. E um dos exemplos por si dado foi o do «consumo inoportuno» de álcool nos jovens, o qual está muitas vezes relacionado com a mortalidade em acidentes de viação, que são a causa de morte mais frequen-

te na juventude, segundo dados oficiais.

Do ponto de vista económico, por outro lado, não são menos relevantes os custos directos e indirectos, e os custos centrais e laterais, resultantes do alcoolismo. As estimativas referem que o custo dos problemas associados ao álcool se situe entre os dois e os seis por cento do PIB.

Também aqui, no entender de Ana Feijão, os custos indirectos são muitas vezes superiores aos directos, tendo a este respeito citado, entre outros factores, a perda de produtividade, com diminuição dos rendimentos laborais e incapacidade para o trabalho.

Ora o problema parece residir no facto de a decisão política - que deve ponderar convenientemente a relação custos/benefícios - nem sempre levar em devida linha de conta

alcoólicos/bebedores excessivos - o Governo encare tranquilamente a existência de apenas três centros regionais de alcoologia no País.

Faltam estudos sérios

Isto só é possível, no entender daquela médica comunista, apesar das boas intenções que recheiam o discurso oficial, porque o Governo não tem sabido comparar os custos directos e indirectos, nem, muito menos, sabido «estudar os custos das opções». Era preciso «fazer estudos sérios, balanços sérios, pesar as pressões e os interesses e os riscos e os custos envolvidos nesta problemática».

Nada disso, porém, o Governo tem sido capaz de fazer. Nem mesmo as metas que se propôs atingir em relação aos problemas do alcoolismo consegue cumprir. Na audição não faltaram as críticas a esta situação e várias foram as referências à Lei da Publicidade que não é cumprida nem fiscalizada e à Rede Alcoológica Nacional que ainda não foi incrementada.

Carlos Carvalhas, na sua intervenção, considerou «inaceitável a carência de meios com que se debatem os centros regionais de Alcoologia» e manifestou a sua perplexidade pelo facto de a comissão interministerial ainda não ter avançado com o plano de acção prometido.

Falta uma política de prevenção

Outra das questões mais abordadas no decurso do debate foi a da prevenção. A de saber, concretamente, se deve existir um organismo central que coordene a política de saúde em relação ao abuso de substâncias ou vários organismos, separados, um para cada área ou cada um a fazer prevenção para seu lado.

a totalidade dos custos, mostrando-se mais sensível aos aparentes benefícios e, por via disso, condicionar em função deles a decisão.

Parece ser este o caso quando são apontados como benefícios atribuíveis ao álcool as exportações, os empregos e até alguns «discutíveis efeitos benéficos na Saúde». Um argumento a que Ana Feijão não se mostrou sensível, convidando os presentes a «imaginar um cenário irreal em que de súbito o álcool desaparecia». Que aconteceria? «A maioria dos empregos relacionados com o álcool poderiam não desaparecer, já que os produtores poderiam reconverter as culturas; os técnicos de saúde continuariam seguramente a ter doentes; os empregados de bar serviriam outras bebidas», sustentou.

aos actos



A ausência de uma correcta política de prevenção foi sublinhada na audição

Reconhecendo que a prevenção nesta matéria é «extremamente complexa», Ana Feijão lançou a questão de saber qual será o caminho mais correcto: «dispersar peritos em separações artificiais, dividindo recursos e talentos», ou, pelo contrário, perante um fenómeno de politoxicodpendência, «uma articulação maior entre as estruturas, uma interligação mais funcional e eficaz».

Seja como for - e neste aspecto toda a gente parece estar de acordo -, a forma de prevenção mais eficaz passa obrigatoriamente pela promoção de estilos de vida saudável. E para isso, como foi dito, a escola e a educação têm um papel decisivo.

Num debate onde o objectivo era acima de tudo suscitar a reflexão muitas outras questões saltaram ainda para cima

da mesa. Como a de saber se a Rede Alcoológica deve estar baseada nos serviços locais de Saúde Mental ou, pelo contrário, nos Cuidados Primários de Saúde, articulando-se estes com os primeiros. Ou ainda sobre o papel, e respectivo enquadramento, das IPSS ou dos grupos de Alcoólicos Tratados.

Outras perguntas, formuladas pelos participantes, ficaram também por responder. Para quando, por exemplo, um programa de trabalho protegido estabelecido com a Segurança Social, ou a obrigatoriedade de reinserção no seu posto de trabalho dos doentes alcoólicos tratados, ou a criação de estruturas intermédias

de reabilitação de doentes alcoólicos ou um programa de incentivos fiscais ao emprego de doentes tratados.

A várias destas questões, naturalmente, não foi possível dar respostas. Nem era esse o propósito da audição. O que resultou claro, isso sim, é que o Governo não tem sabido estar à altura da complexidade do problema. Disso deu já sobejas provas. Porque, como sublinhou Ana Feijão, ele não se resolve «com lei avulsas cuja aplicação não se fiscaliza, com o anunciar de boas intenções que coexistem com a asfixia financeira dos serviços especializados, com medidas pontuais ainda por cima com violação anunciada».

PCP inconformado com o actual estado das coisas Atacar a fundo os problemas

O PCP tem sido no espectro partidário nacional aquele que de modo mais sério e consequente tem desenvolvido uma intervenção no sentido de aprofundar o debate em matéria de alcoolismo e dos problemas a ele associados. Desde há muito que inscreveu este tema na ordem das suas preocupações, procurando analisar as suas múltiplas causas e consequências sociais, e, sobretudo, contribuir para a definição de uma correcta política susceptível de abrir caminho a soluções que permitam, se não debelar, pelo menos minorar tão grave flagelo na sociedade portuguesa.

É esta postura interventiva em torno da problemática do alcoolismo, à luz da qual deve ser entendida a audição parlamentar da passada semana, que explica também o acompanhamento e a permanente atenção que o Grupo Parlamentar do PCP tem prestado neste domínio à acção governativa. E que o tem levado a ser muito crítico relativamente ao desempenho do Executivo PS, a quem acusa de inércia, não obstante aquele reconhecer a gravidade do problema. Os comunistas vão mesmo

mais longe e consideram que os problemas ligados ao álcool resultam em larga medida de muitos anos de negligência por parte de sucessivos governos, com especiais responsabilidades nos casos dos dirigidos pelo PS.

Uma das exigências feitas pelo PCP é a de que o Governo concretize, conforme compromisso por este assumido, as dez medidas estratégicas na luta contra o alcoolismo contidas na Carta Europeia sobre o Álcool, aprovada em 1995.

Nada até agora foi feito e, pelos vistos, não são só os compromissos internacionais que são letra morta para o Executivo. Há cerca de um ano, na sequência de uma visita realizada a um Centro Regional de Alcoologia, o PCP alertava para o facto de nenhuma das medidas concretas de combate aos problemas ligados ao álcool assumidas no Programa do XIV Governo constitucional estar a ser incrementada, apesar de sistematicamente enunciadas em documentos do Ministério da Saúde.

Lembrada pela deputada Natália Filipe no decurso da audição foi ainda a denúncia feita pela sua bancada quanto

às carências de meios com que os Centros Regionais de Alcoologia se confrontam e a chocante permissividade que continua a existir em relação à publicidade ou à venda livre de «alcohol pop».

Em Julho do ano passado, em requerimento dirigido ao Governo, o Grupo comunista voltou a questionar a inexistência de um Plano de Acção Alcoológico. Este Plano, que deveria ter sido apresentado em Setembro de 1999, visava a adopção de «medidas imediatas mais amplas, quer de educação e promoção da saúde quer de natureza legislativa e fiscalizadora para a redução efectiva dos problemas ligados ao álcool».

Só em Dezembro de 2000 foi finalmente publicado pelo Governo o «Plano de Acção contra o Alcoolismo», mas continuam a faltar «medidas concretas, articuladas, eficazes e devidamente fundamentadas» que o concretizem. Essa, como sublinhou Natália Filipe, é uma responsabilidade política do Governo, como é a de levar à prática as recomendações da Assembleia da República aprovadas por unanimidade há seis meses.

Debate vivo e participado

O elevado número de participantes que respondeu ao convite do Grupo Parlamentar do PCP para participar na audição sobre o «Alcoolismo e os problemas ligados ao Alcool» atesta bem do interesse que esta despertou e da vontade dos intervenientes em contribuir para debelar um problema que, mais do que diagnósticos, carece de urgentes acções e medidas.

Para além de numerosos técnicos e individualidades interessadas e estudiosas pelo problema, como foi o caso, por

exemplo, do professor José Eduardo Lima Pinto da Costa (ex-Director do Instituto de Medicina Legal do Porto), estiveram representadas as seguintes entidades: os Centros Regionais de Alcoologia do Norte, Centro e Sul; diversas organizações de alcoólicos tratados ou recuperados das diversas zonas do País; os Sindicatos dos profissionais que intervêm nesta área assim como os Sindicatos que representam os trabalhadores dos transportes; a Interjovem/CGTP; o Serviço de Preven-

ção e Tratamento da Toxicodpendência (SPTT); o Instituto de Reinserção Social; a Brigada de Trânsito da GNR; o Centro Clínico da GNR; a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais; a Prevenção Rodoviária Portuguesa; as câmaras municipais de Loures e Cascais; o Hospital Militar Principal; a Associação dos Comerciantes de Bebidas Espirituosas e Vinhos; a Escola de Turismo de Lisboa; a DECO; a Juventude Comunista Portuguesa, bem como as Organizações Regionais do Partido.

O trabalho parlamentar

● Lino de Carvalho

Chegados ao fim do ano parlamentar, justifica-se um breve olhar, à laia de balanço, sobre esta decisiva frente de intervenção do Partido.

Sublinhando-se a elevada produção legislativa e a diversidade da intervenção, que mantém o PCP na primeira posição da actividade parlamentar importa viajar pelas temáticas abordadas e pelo contributo da frente parlamentar para a actividade geral do Partido, para a sua visibilidade, para a potenciação das lutas sociais, para o prestígio do PCP.

Por razões conjunturais, de oportunidade política ou relevância social ou até de condução das iniciativas, há sempre algumas que acabam por ganhar maior expressão pública e mediática do que outras. Estou a lembrar-me, só na sessão legislativa que agora termina, na incontornável intervenção do PCP na reforma dos Impostos sobre o Rendimento, em iniciativas da área laboral como a que institui um sistema de reparação aos trabalhadores pela morosidade da justiça em processos de falências ou a que alterou o regime jurídico do contrato de trabalho a termo e que, tendo sido aprovadas, constituíram avanços com significado real no reforço dos direitos e garantias dos trabalhadores. Ou na iniciativa sobre

Segurança Social. Os do associativismo dos militares e das forças de segurança. Dos Imigrantes. Da Imprensa Regional e Local com o combate em defesa do porte pago. Ou ainda na área da educação, da agricultura ou das pescas. E tantas outras que o espaço deste artigo não permite enunciar como no plano dos problemas especificamente regionais, dando voz a centenas de pequenos e grandes problemas das populações, sem expressão na imprensa nacional mas com grande impacto na vida local. Muitas beneficiando do trabalho de base e das orientações gerais do Partido. Mas outras partindo do nada ou quase nada e construindo orientações que acabaram por ser absorvidas e assumidas como orientações gerais do colectivo partidário. Mas todas elas, em articulação com as outras frentes e áreas de trabalho do Partido, contribuindo para animar a nossa intervenção geral. Esta actividade, persistentemente prosseguida ao longo de muitas legislaturas, permitiu também que, plenamente integrado nos princípios gerais e programáticos do PCP o Grupo Parlamentar criasse contudo a sua própria margem de autonomia adequada à especificidade da actividade parlamentar e ao diálogo com as restantes forças políticas e institucionais. E isso também foi



Alqueva que tem vindo a suscitar um amplo debate e apoios num espectro que em muito ultrapassa os limites do Partido. Ou na interpelação sobre a qualidade dos serviços públicos, que respondendo a problemas sentidos transversalmente por milhares de portugueses obteve referências positivas de vários sectores de opinião e ajudou, sem dúvida, a dinamizar uma nova área de trabalho no PCP. Ou ainda na que passou a garantir o acesso aos medicamentos contraceptivos de emergência bem como as medidas de protecção das uniões de facto ou de redução dos riscos para os toxicodpendentes. Ou na recente audição sobre o alcoolismo. Mas não se podem igualmente esquecer as iniciativas na área do poder local, a que visou a actualização das pensões degradadas da função pública, a que instituiu o Dia Nacional sobre a Prevenção e Segurança no Trabalho, a que permitiria revalorizar as pensões por acidentes de trabalho (mas que o PS inviabilizou). Ou ainda os dois importantes projectos que propõem uma nova visão para as Grandes Opções de Segurança Interna e de Defesa Nacional. No plano da fiscalização do Governo e de levar até à Assembleia temas de grande importância laboral, social e nacional estou a recordar os casos da Indelma, da Grundig, da Lisnave ou da TAP. Da regulamentação da Lei de Bases da

decisivo para o património de autoridade, qualidade técnica e política, maturidade e prestígio que os comunistas souberam granjear e para o contributo que tal deu na manutenção ou reforço dos apoios sociais e eleitorais do PCP. Quando termina mais uma sessão legislativa e outra se vai iniciar num quadro de grande instabilidade política, de crescente desprestígio do Partido Socialista, do Governo e do Eng.º António Guterres, importa que o PCP se saiba continuar a afirmar, a alargar a sua base de apoio, a manter um elevado nível de intervenção, a trabalhar para a construção de uma alternativa de esquerda e com a esquerda, a não dar margem de manobra para que as opções neoliberais do Governo do PS - porventura mais patentes de agora em diante com a recente remodelação à direita - sejam substituídas por outras opções do mesmo sinal, mais ou menos agravadas. É uma verdade inquestionável que, no essencial, tal não está nas mãos do PCP mas na natureza das orientações do Partido Socialista. Mas é também uma verdade incontornável que o PCP, como tem feito ao longo da vida, pode e deve, pela sua luta, pela sua crítica e pelas suas propostas dar voz e corpo a essa alternativa. E aí, a frente parlamentar deve continuar a cumprir um relevante papel.

Congresso do PC dos EUA

A 27.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos EUA realizou-se de 6 a 8 de Julho, em Milwaukee.

Os 362 delegados, oriundos de mais de 30 estados, elegeram o novo Conselho Nacional, de 120 membros, que por seu turno reelegeu Sam Webb como presidente do partido.

A composição dos delegados reflectia a diversidade da sociedade norte-americana: 39 por cento de mulheres; 15 por cento com menos de 25 anos e 21 por cento com mais de 65 anos; 55 por cento de sindicalistas; 11 por cento de afro-americanos; oito por cento de latinos; 44 por cento de brancos.

Na Convenção, que recebeu uma mensagem de saudação do Mayor da cidade, participaram ainda numerosos convidados, entre os quais 19 delegações estrangeiras da América Latina, Europa, África e Ásia, que levaram ao PC dos EUA a manifestação da sua solidariedade internacionalista.

O PCP foi representado por Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central.

Também o **Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos** realizou recentemente o seu 6.º Congresso. No evento, o PCP fez-se representar por Vítor Dias, membro da Comissão Política.

Confrontos em Bradford

Mais de 120 polícias feridos e 36 pessoas detidas foi o balanço dos confrontos raciais ocorridos sábado à noite na cidade de Bradford, no Norte da Inglaterra.

Os confrontos, entre jovens brancos e de origem asiática, ocorreram em consequência da tensão gerada pelo anúncio da Frente Nacional Britânica, uma organização neonazi, de que iria realizar uma manifestação em Bradford, que tem uma alta percentagem de população emigrada do subcontinente indiano.

A violência, que se concentrou na área de Manningham, de maioria asiática, começou quando um grupo de jovens brancos que saía de um bar começou a proferir insultos racistas. Agentes da polícia de choque que tentaram separar as duas partes foram atacados com tijolos, pedras, garrafas, bombas incendiárias e fogos de artifício.

Manifestação em Viena

Cerca de 50 000 pessoas participaram, na passada quinta-feira, na «Manifestação pela Democracia», em Viena, organizada pela Federação Austríaca de Sindicatos (OECB) em protesto contra a reforma do sistema de segurança social. Foi a primeira vez, em 100 anos de história, que os sindicatos apelaram à mobilização geral. Os sindicatos temem «a destruição do sistema social austríaco, um dos melhores do mundo».

O assassinato selectivo de dirigentes da Intifada faz parte da prática corrente de Israel

Arafat, um alvo a abater

Os serviços secretos israelitas acham que o «desaparecimento» de Arafat seria vantajoso para Telavive. Sem eufemismos, é de assassinato que se fala.

«(...) Arafat constitui uma séria ameaça para a segurança do Estado. Os perigos decorrentes do seu eventual desaparecimento da cena política são menores do que os resultantes da sua presença». O excerto é de um documento «confidencial» do Shin Beth, os serviços de segurança de Israel, parcialmente divulgado na passada sexta-feira pelo diário israelita *Maariv*.

Segundo o jornal, citado pela Lusa, o relatório data de 15 de Outubro do ano passado, tem a classificação de «top secret» e foi entregue ao então primeiro-ministro Ehud Barak.

O texto em causa analisa os prós e os contras do eventual «desaparecimento» do dirigente histórico palestino.

A seu favor, considera o Shin Beth, Arafat tem o facto de ter reconhecido Israel, de estar disposto a negociar a paz com este país e de ser um travão aos islamitas radicais. Pouco coisa, tendo em conta as desvantagens apontadas pela «secreta» israelita, em que avulta o facto de Arafat ser perigoso, continuar a considerar a violência e o terrorismo como meios de luta legítima, de não abrir mão de Jerusalém, de reivindicar o direito ao regresso dos refugiados palestinos à sua terra e de poder vir a exigir, a longo prazo, todo o território da Palestina.

Segundo o Shin Beth, as consequências do «desaparecimento» seriam favoráveis. A direcção palestiniana «pós-Arafat, mais jovem e pragmática, e menos influ-

enciada pela religião, seria mais aberta e disponível a compromissos com Israel», refere o relatório.

Tratando-se de Israel, é natural fazer «desaparecer» pessoas

Coincidências ou talvez não

A divulgação deste documento ocorre numa altura em que o primeiro-ministro Ariel

Sharon voltou a designar Arafat de «terrorista» e «assassino»; escassos dias depois de o governo israelita ter decidido prosseguir a

mento do terrorismo e a sua recusa em respeitar o cessar-fogo levam-nos a encerrar essa eventualidade num futuro não muito longínquo».

Curioso é o facto de nem o documento nem as declarações terem suscitado grandes reacções. Dir-se-ia que, tratando-se de Israel, é natural expulsar ou fazer «desaparecer» pessoas.

Entretanto, também na sexta-feira, terminou em Telavive mais um encontro de israelitas e palestinianos, sob a égide dos EUA. Os primeiros consideraram que o cessar-fogo decretado a 13 de Junho não foi respeitado, pelo que não é possível avançar com o plano Mit-

«tréguas», terem sido mortos nove israelitas. Do lado palestiniano as mortes ascendiam então a 16.

Entre outros, participou na reunião o chefe do Shin Beth, Avi Ditcher.

Coincidência ou não, na mesma semana, ao diário israelita *The Jerusalem Post*, o embaixador dos Estados Unidos em Israel, Martin Indyk, afirmou que «não acredita que Arafat tenha renunciado alguma vez ao uso da força como meio para alcançar os seus fins».

Quanto a Ariel Sharon, no regresso da sua visita à França e à Alemanha, voltou a afirmar «não haver negociações debaixo de fogo».

É preciso agir (*)

A situação de total dominação imposta aos palestinianos pelo governo de Ariel Sharon chegou a um ponto intolerável. Nada, nem o passado, nem o presente, nem o futuro do Estado hebreu justifica as humilhações, os assassinios e os bombardeamentos que sofrem de forma indiscriminada os palestinianos nos territórios ocupados. (...) O governo de unidade nacional de Israel, dirigido por Sharon, pratica massivamente uma política de sangue e lágrimas.

Os Estados Unidos, única potência garante dos acordos de paz, já não se opõe aos que, em Israel, programaram a morte dos acordos de Oslo. A Europa refugia-se no seu papel de fornecedora de fundos e de longe em longe faz recriminações, mas acaba sempre por se recusar a agir.

(...) Já não é possível ficar calado e passivo.

As forças da paz, independentemente do grupo ou país a que pertençam, devem unir as suas vozes para denunciar esta cruel situação de terror. As autoridades da ONU devem declarar em perigo o povo palestiniano, como fizeram com tanta rapidez no Kosovo. As autoridades europeias devem exigir o

envio de uma força internacional de interposição entre os protagonistas deste conflito. (...) O nosso texto é um grito. Mas é um grito de solidariedade dos amigos de ambos os povos. É o grito de quem acredita no respeito pelo direito, na palavra dada, na confiança recíproca. É o grito dos que querem que ambos os povos vivam livre e dignamente numa terra partilhada. É o grito de quem está convencido de que a única alternativa é a paz. Isto significa o reconhecimento do direito a um Estado palestiniano independente, soberano e livre nas suas relações com o exterior, assim como o de Israel nas suas fronteiras reconhecidas. O princípio da paz em troca de territórios é a única base de negociação justa. Para o futuro de ambos os povos há que dizer não, contra todas as razões de Estado, ao intolerável. É preciso agir.

(*) Excertos do Apelo divulgado no diário espanhol *El País*, da autoria de Juan Goytisolo, escritor, Edgar Morin, sociólogo, e Sami Nair, eurodeputado.



Destruição e morte é a política de Israel, que nem sequer reconhece aos refugiados palestinianos o direito a regressar à sua terra

sua política de assassinatos selectivos de activistas da Intifada; e quando membros do executivo de Telavive admitem a expulsão de Arafat dos territórios palestinianos, como o fez a semana passada o ministro das Finanças, Sylvan Shalom, ao afirmar que «o seu papel [de Arafat] no prosseguir-

chell; os segundos apresentaram um registo das «violações israelitas à trégua», pediram o fim das agressões, o levantamento do bloqueio aos territórios palestinianos, o congelamento dos colonatos e a aplicação do plano Mitchell.

Israel sublinhou o facto de, em três semanas de

«Se nos desviarmos desta posição – Deus não o permita – nunca alcançaremos a paz», garantiu o primeiro-ministro israelita, que na sua deslocação à Europa teve o cuidado de evitar a Bélgica, dada a investigação que ali decorre ao massacre de Sabra e Chatila, em que é o principal visado.

Armas ligeiras provocam meio milhão de mortes por ano

Mil e trezentas pessoas morrem diariamente em consequência da utilização de 550 milhões de armas ligeiras e de pequeno calibre que circulam pelo mundo. O balanço anual é de pelo menos meio milhão de mortes, o que permite classificar tais armas, «sem exagerar», de «verdadeiros instrumentos de destruição maciça».

Os dados constam de um relatório do Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, divulgado a semana passada, segundo o qual a maioria das referidas armas, 55

por cento, encontra-se legalmente nas mãos da população civil.

O relatório, citado pela Lusa, revela ainda que o negócio legal deste tipo de armamento envolve, anualmente, quantias estimadas entre os 4000 e os 6000 milhões de dólares (ou seja, entre 948 milhões de contos e 1,4 mil milhões de contos), o que representa 10 por cento das transacções de armas convencionais.

Mais de metade das cerca de 600 empresas que participam no fabrico das armas

localizam-se nos EUA, o país que produz 75 por cento destes instrumentos.

Os EUA são igualmente os maiores exportadores, ascendendo o valor do negócio a 1200 milhões de dólares (284 milhões de contos). Segue-se a Alemanha com 384 milhões de dólares (91 milhões de contos), o Brasil e a Rússia, ambos com 150 milhões de dólares.

Quanto ao comércio ilícito, dispõe também de um amplo mercado, calculado em 1000 milhões de dólares anuais, o que equivale a 10 ou 20 por

cento do comércio total. Segundo o relatório, é também nos EUA que se verifica a maior percentagem de armas por habitante (84 por cada 100 pessoas). As consequências do uso de armas ligeiras nos EUA, em gastos médicos e perdas de produtividade, são devastadoras: cerca de 100 000 milhões de dólares por ano.

O Instituto conclui que a persistente utilização deste armamento amplifica conflitos, gera sofrimento humano e compromete o desenvolvimento económico do mundo.

Guerra nos Balcãs

A «colheita essencial»

A NATO prepara-se para enviar uma força de três mil homens para a Macedónia. O nome da missão não podia ser mais sarcástico: «Colheita essencial».

A Macedónia é um pequeno Estado com dois milhões de habitantes, cuja independência foi imposta pela NATO no quadro da estratégia de desmantelamento da Jugoslávia. Ainda não há muito tempo, a Macedónia era uma região próspera com um elevado nível de vida, designada por Suíça dos Balcãs. Hoje o rendimento médio é de 36 contos por mês e o desemprego subiu para os trinta por cento.

Há dias, na câmara baixa do parlamento alemão (Bundestag), o porta-voz do SPD para a política externa, Erler, distraiu-se e, afastando-se do discurso oficial, acabou por apontar as verdadeiras causas da situação catastrófica em que a Macedónia se encontra, «vítima da decomposição dos Balcãs, economicamente abalada pelo embargo contra a Jugoslávia, pela vaga de refugiados durante a guerra do Kosovo e atacada por criminosos». Os mesmos criminosos que, em 1998, a NATO promoveu em Rambouillet a libertadores do Kosovo, e cujas reivindicações Solana, Leotard & Co procuram hoje impor a Skopje.

Em resposta ao pretexto invocado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, para uma nova intervenção da Bundeswehr (exército alemão) nos Balcãs (desarmar o UCK na Macedónia), o deputado do PDS, Wolfgang Gehrcke, pergunta: «Por que é que a NATO haveria de conseguir agora com três mil homens, em trinta dias, aquilo que não conseguiu com 50 000 soldados, em dois anos, no Kosovo?»

De facto, também na Macedónia a NATO se tem mostrado como o mais eficaz aliado do exército albanês. O correspondente do *Le Monde* em Skopje (26.6.2001), a propósito das exigências apresentadas por Solana, pela União Europeia e pela NATO ao governo macedónio, escreve que «a comunidade internacional julgou oportuno romper o isolamento diplomático de um UCK que não tem cessado de se reforçar desde o início do ano», e que era «qualificado de terrorista».

Quando a NATO, em finais de Junho, ajudou com os seus autocarros os paramilitares do UCK a mudarem-se, com as respectivas armas, de Ara-

cinovo para o noroeste do país onde passaram logo ao ataque, matando um polícia macedónio e ferindo quatro, a multidão irrompeu no Parlamento de Skopje exigindo a demissão do Presidente Trajkovski e gritando «NATO traidora».

A guerra continua

A este propósito, o diário alemão *Junge Welt*, num comentário intitulado «O espectáculo da guerra tem de continuar» (the war must go on), escreve: «A razão para a protecção prestada pelos soldados americanos da KFOR no evacuamento do UCK poderá residir no facto de nos autocarros dos turistas-armados de Skopje também se encontrarem alguns compatriotas americanos. 17 cidadãos americanos terão participado na invasão. Trata-se de antigos oficiais americanos que quiseram mostrar que ainda não tinham desaprendido totalmente o ofício. A camaradagem entre os ocupantes da NATO e os grupos armados albaneses é evidente. Com um grande à-vontade “os garantes dos direitos humanos” permitiram no Kosovo a limpeza étnica de todos os elementos que não pertencessem à raça ilíria. Setenta por cento das armas com que os bandos do UCK espalham a insegurança nos Balcãs são de origem americana. A agência americana MPRI colocou à disposição do exército croa-



Os mercenários alemães estão em actividade nos Balcãs. Tal como os membros do «Grupo armado de defesa Hoffmann», na foto, não escondem a sua formação neonazi

Mercenários alemães nos Balcãs

Após uma interpelação do deputado do PDS, Carsten Hübner, feita na sequência de uma entrevista à televisão do ex-membro da Bundeswehr, Roland Bertzko, presumível bombardeador do UCK, o governo alemão confirmou que até agora cerca de 100 mercenários alemães participaram no conflito nos Balcãs, quase exclusivamente ao lado das tropas croatas e da Bósnia.

Segundo um relatório oficial, os mercenários germânicos têm em geral uma formação de extrema-direita (neo-nazi). O mesmo documento constata ainda que «depois do seu regresso à Alemanha (...), devido à sua propensão para a violência, brutalidade e ausência de valores morais (...), [os mercenários] constituem uma ameaça potencial». Por seu turno, o *Neues Deutschland* (20.6.2001) informa que até agora os processos levantados na Alemanha contra esses mercenários por assassinio, violências sexuais e assassinio em massa foram todos arquivados.

ta especialistas em treino militar que acabaram por formar igualmente o exército de Alija Izetbegovic na Bósnia e o UCK no Kosovo. Não podemos excluir que uma grande parte dos instrutores militares tenham prolongado os seus contratos. Como a agência MPRI está próxima do governo americano, significa que os Estados Unidos se envolveram numa guerra cujo fim será por eles próprios determinado. A submissão da Jugoslávia ainda não chega. O espectáculo da guerra tem de continuar (the war must go on).»

A «Colheita essencial» está em marcha e tem a cor do sangue.

Adeus, Macedónia!

● Manoel de Lencastre

São constantes os gritos dos políticos ocidentais ao serviço do

imperialismo no sentido de que sejam enviadas tropas, urgentemente, para a Macedónia, para que este país seja salvo, a sua identidade e a sua independência preservadas. Entretanto, quem pode acreditar em Javier Solana, «ministro dos Estrangeiros» da União Europeia? Quem pode acreditar no secretário-geral da Nato, George Robertson? Quem pode acreditar em Jaime Gama ou em Romano Prodi ou nos ministros britânicos e alemães? Vale a pena examinar a situação na Macedónia mais de perto.

As forças ocidentais de ocupação na

A Macedónia vai ser «kosovizada»

Ainda antes dos bombardeamentos da NATO sobre Belgrado e o Kosovo, o diário alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* aconselhava a «kosovização» da Macedónia onde 30 por cento da população é de origem albanesa. Declarava que a luta pelos direitos humanos da minoria albanesa já não podia exercer-se no âmbito da Constituição política da Macedónia e que outras medidas seriam, urgentemente, necessárias. Agora, o que encontramos é o inevitável UCK (Exército de Libertação do Kosovo) formado por «gangsters», traficantes de

armas e estupefacientes e especuladores internacionais ao serviço dos americanos e da NATO, envolvido na luta pela cidade de Tetovo e exigindo a partilha da Macedónia segundo as correspondentes presenças étnicas.

O comandante das forças do UCK, Sadri Ameti, declarou: «Temos capacidade militar para deixar a Macedónia em chamas.» Quem armou este exército de bandidos? A finalidade dos extremistas albaneses sempre foi a apropriação do Kosovo e a destruição da Macedónia para que possa surgir a «Grande Albânia» ao serviço dos seus patrões, os imperialistas. Há mais de 10 anos que os meios do grande capital decidiram não só o desmembramento da Jugoslávia como a submissão dos Estados que dela se desligariam.

Ministros britânicos do antigo governo de John Major disseram aquilo que,

na altura, parecia anedótico: «A Jugoslávia deixou de existir!» Não era uma profecia. Era a designação de todo um plano que tem sido levado às últimas consequências.

O aparecimento na cena europeia e balcânica do UCK, a meio dos anos noventa, resultou desse plano. Logo começaram os assassinios de sérvios e albaneses que preferiam a Jugoslávia e nela viam os caminhos do futuro. Em menos de um ano, a chamada «guerrilha albanesa» saiu da obscuridade e passou a ser notada pela posse de mísseis terra-ar e sofisticadas armas antitanques. Nas negociações de Rambouillet (Fevereiro de 1999), o UCK serviu de carta de trunfo dos imperialistas. A recusa do governo de Belgrado em concordar com o resultado dessas negociações conduziu à invasão do Kosovo por tropas da NATO e ao drama de 350 000 sérvios e pessoas de outras etnias que permaneciam fiéis ao ideal da Jugoslávia. Então, o UCK, ao contrário do que diziam quase todos os meios de comunicação do capitalismo, começou operações de limpeza étnica na região - operações a que a NATO e as «democracias ocidentais» fecharam os olhos. Nunca a estafada política de defesa dos direitos humanos das populações foi tão cruel e hipocritamente aplicada pelos imperialistas.

E ainda não vimos tudo...



Bósnia e no Kosovo dispõem de poder supremo. A sua base teórica para justificação desse poder escuda-se no princípio de que «protectorados são territórios que devem ser protegidos». Por exemplo: para que o Kosovo fosse melhor protegido privatizaram o complexo mineiro «Trepca» que pertencia aos trabalhadores respectivos. Por outro lado, a construção do oleoduto que vai atravessar a Bulgária, a Macedónia e a Albânia, justifica o que se fez na Jugoslávia e no Kosovo e o que vai acontecer na Macedónia. Esse novo oleoduto transbalcânico transportará o petróleo e o gás natural produzidos na região do mar Cáspio, desde o porto de Burgas (Bulgária) e chegará ao de Vlore (Albânia) no Adriático. O resto será fácil e é neste contexto que a Macedónia tem de ser seduzida e submetida.

As riquezas em produtos energéticos a obter no mar Cáspio serão divididas entre a Texaco, a Chevron, a Exxon, a Mobil, a BP, a Amoco, a Agip e a Total/Elfina. Não deixemos de referir que um dos mais úteis conselheiros da Amoco é Zbigniew Brzezinski, que foi braço direito da secretária de Estado americana, Madeleine Albright, durante a guerra da Jugoslávia.



Uma aposta bem sucedida das autarquias alentejanas

Jogos

com o tamanho do Alentejo

O número de participantes nos primeiros Jogos do Alentejo foi mais de duas vezes superior ao dos participantes dos últimos Jogos Olímpicos de Sidney. Desde Fevereiro até Junho deste ano, 25 mil atletas praticaram em 42 modalidades, do norte ao sul e do interior ao litoral do Alentejo.

No Alentejo viveu-se intensamente sob o signo do Desporto durante os últimos cinco meses. Centenas de provas e actividades de convívio desportivo, divididas em três fases – local, sub-regional e regional – foram praticadas por 25 mil participantes, o número previsto inicialmente pela organização dos Jogos do Alentejo. Numa região cuja superfície representa um terço do país, com apenas 530 mil habitantes, isto significa que cerca de 1 em cada 20 alen-

tejanos participou nesta iniciativa. Muitas centenas de outros trabalharam na organização e no acompanhamento dos Jogos, que envolveu quase todos os municípios do Alentejo, coordenada pelas associações de municípios dos distritos de Beja, de Évora, do Litoral e do Norte Alentejano.

As autarquias alentejanas levaram a bom termo esta realização, apesar das dificuldades que coloca uma iniciativa desta dimensão e complexidade e do facto de vivermos no país que tem a menor taxa de praticantes desportivos da Europa. Aliás, um dos grandes objectivos dos Jogos, senão o principal, como salientou João Proença, presidente da Câmara de Borba e da Comissão Organizadora dos Jogos do Alentejo, «é criar condições para que um maior número de habitantes possa participar na prática desportiva». As autarquias alentejanas lançaram-se no «desafio histórico de concretizar um projecto único no País», afirmou aquele responsável da organização.

Mas, nem só de Desporto viveram estes Jogos. A amizade esteve sempre presente em cada etapa, em cada prova e em cada gesto. Na saudação aos Jogos, lida por quatro crianças durante o festival de encerramento, o público pôde ouvir, com sotaque alentejano: «Os nossos Jogos, que têm o tamanho do Alentejo, fizeram amigos e construíram a amizade, do norte ao litoral e do interior ao sul, sempre com a força da nossa região e as gentes no coração.» Com os Jogos do Alentejo, ainda segundo João Proença, «o Desporto abriu as portas à Juventude, aproximou as gerações e valorizou a participação de todos».

Quando se fala em aproximar gerações fala-se no intercâmbio cultural entre os que já viveram muito e os que agora começam as suas vidas. E, efectivamente, nos Jogos do Alentejo algumas situações são dignas de registo. Luísa e Marta têm 14 anos, vivem em Vendas Novas, são estudantes e praticam desporto regularmente: gostam de experimentar tudo, principalmente na área do Desporto. Nos Jogos do Alentejo participaram nas provas da malha juntamente com mulheres muito mais velhas. Já o atletismo, que é tido como uma modalidade para os mais novos, cativou alguns veteranos. Aos 62 anos, Josué Inácio participou na prova de 5000 metros.



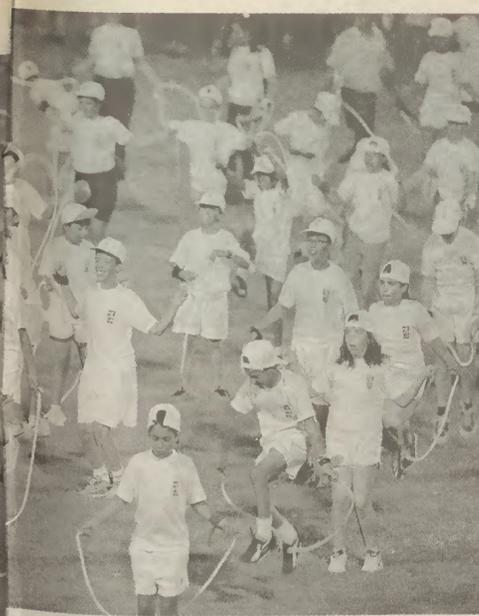
Encerramento com casa cheia

Todos pisaram o relvado do estádio do Juventude Sport Clube, em Évora, no dia 1 de Julho, com a satisfação do «orgulhosamente bem acompanhados». No Festival de Encerramento dos Jogos do Alentejo, festejou-se o sucesso da iniciativa que, pelo seu carácter inédito no País, conseguiu não só chamar a si 25 mil participantes, como projectar a imagem da região para além das suas fronteiras. No Festival estiveram presentes delegações de todos os municípios participantes, e muitos convidados – clubes e associações desportivas da região, representantes das principais entidades desportivas nacionais, delegações desportivas de várias zonas do país, atletas, entre outros. O programa do festival teve início pelas 20.30 horas de domingo, tendo sido realizadas várias actividades de carácter desportivo, recreativo e cultural, terminando às 22.30 horas com um espectáculo multimédia, fogo de artifício e com um concerto dos Silenciosos 4.

Manuel Brito, presidente do Instituto Nacional do Desporto, salientou, no seu discurso oficial do Festival, que os Jogos «podem ser um pilar fundamental na construção do Desporto do País».

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, também assistiu ao festival salientando, no final do evento, que os Jogos do Alentejo «já são um exemplo para o País». Para Carlos Carvalhas «não basta ter meios, é preciso saber usá-los». Sobre o estado do Desporto no nosso país, Carlos Carvalhas alertou que apesar de «depois do 25 de Abril ter havido uma grande dinamização nesta área é necessário continuar». Concluiu dizendo que os Jogos do Alentejo «são um factor muito importante para que haja um desporto de massas. A maior dificuldade foi o arranque, agora é preciso continuar, cada vez com mais jovens e com todos os municípios a participar».

A organização dos Jogos também prometeu continuar. No seu discurso, João Proença referiu que apesar de estarem agora a encerrar estes Jogos, «amanhã recomeça a reflexão e análise sobre os próximos Jogos do Alentejo».



A história dos Jogos

As quatro associações de municípios do Alentejo lançaram este desafio às autarquias alentejanas em 2000. A ideia foi aceite, embora nem todos tenham acreditado nela a 100 por cento desde o seu início. Ainda em Novembro de 2000 foi apresentado ao público, em Sines, a iniciativa Jogos do Alentejo. A 3 de Fevereiro fizeram-se as aberturas oficiais em Moura, Redondo e Portalegre. E assim nasceu a maior organização desportiva do nosso país e uma das maiores da Europa.

Os Jogos do Alentejo tiveram o Alto Patrocínio do Comité Olímpico de Portugal, a colaboração financeira prestada pelo Instituto Nacional do Desporto e pela Fundação do Desporto e o apoio da Confederação do Desporto de Portugal entre muitas outras entidades. Orçados em mais de 200 mil contos, os Jogos representaram um considerável esforço financeiro das autarquias alentejanas que este ano ainda não tiveram o apoio das empresas da região. Na próxima edição, segundo os responsáveis da iniciativa, vai tentar-se um novo contacto com o mundo empresarial que após esta primeira experiência se espera já estar mais receptivo.

Objectivos

– Responder a necessidades concretas da vida dos diferentes grupos da população, no domínio da melhoria da saúde, da sociabilidade (convívio, confraternização e intercâmbio), da integração social e da afirmação individual e colectiva das capacidades dos participantes;

– Orientar a organização das diferentes actividades por princípios de natureza formativa e cultural, contribuindo para a humanização da prática desportiva e lutando contra a tendência actual da sua degradação (violência, «dopping», trapaça e falta de espírito desportivo).

– Promover a organização de um vasto quadro de actividades abertas a todos, com qualidade cultural, formativa e técnica, com finalidades de integração social e de formação individual e colectiva, permitindo a participação de todos, ao mesmo tempo que se criam condições para a afirmação dos mais dotados.

– Contribuir para o processo de desenvolvimento desportivo e cultural da Região, procurando corrigir assimetrias que nela se exprimem e implantando um processo de melhoria progressiva da qualidade técnica e formativa das actividades.

– Contribuir para a luta contra a desertificação, a exclusão e a marginali-

zação sociais, promovendo a dinamização sociocultural das localidades (aldeias, vilas e cidades) num processo que visa a melhoria da qualidade de vida das populações.

– Contribuir para a dinamização das estruturas associativas da Região – clubes e colectividades, organizações de juventude, de mulheres, de idosos e deficientes, da estrutura federada regional, das escolas e de outras organizações sociais públicas e privadas.

– Promover a coordenação da acção desenvolvida pelas Autarquias Locais, a nível local e regional, com as outras entidades, de modo a consolidar a coesão social e a afirmar nacional e internacionalmente a Região, reforçando a sua identidade própria.

Antecedentes

O desporto constitui, no presente, uma actividade que desempenha, simultaneamente, funções múltiplas nos campos da educação, da cultura, da vida social e da economia, em áreas sociais que vão da escola ao turismo, do desenvolvimento económico e do emprego à melhoria global das condições de vida das populações, da utilização sadia dos tempos livres até à integração social dos jovens e de minorias. O desporto passou a desempenhar novas funções e a assumir uma importância que não tinha no passado. Esse papel não está, contudo, predeterminado cabendo aos homens e mulheres que orientam as actividades que o integram e gerem as instituições que lhe dão corpo, garantir o valor positivo que esse papel deve assumir.

Na perspectiva em que se colocam as autarquias do Alentejo o desporto só pode ser concebido como um contributo para o progresso humano, individual e colectivo, colocado ao serviço das populações que nelas vivem, trabalham e se formam para a vida.

As autarquias locais do Alentejo têm tido, ao longo dos anos, uma actividade consistente e persistente na criação de condições para a prática desportiva e na promoção e desenvolvimento das actividades desportivas. Para isso têm investido:

– Na criação de infra-estruturas – os equipamentos sociais para as diferentes práticas.

– Na estruturação de actividades, concebidas como um vasto leque de possibilidades oferecidas pelas diferentes instituições às «populações-alvo». As mais emblemáticas destas iniciativas são as OPDE – Olimpíadas Populares do

Distrito de Évora que mobilizam, ao longo de vários meses, vários milhares de participantes e centenas de entidades: municípios, colectividades, clubes, associações desportivas e federações, etc. A filosofia organizativa, a fidelidade ao espírito olímpico, o envolvimento de todas as instituições com intervenção nesta área e o amplo leque de modalidades conferiram às OPDE um carácter único no contexto nacional.

– Na formação, frequentemente em colaboração com as estruturas associativas das modalidades, mas também por iniciativa própria e autónoma.

Além dos investimentos directos das autarquias, é também sobejamente conhecido o apoio directo ao movimento associativo, quer às suas actividades quer ao seu reforço, estruturação e desenvolvimento.

Também emblemática da capacidade organizativa das autarquias do Alentejo é a Volta ao Alentejo em Bicicleta, pelo elevado nível da organização e pela projecção e prestígio que a prova alcançou

em termos nacionais e internacionais. Alicerçadas na experiência das olimpíadas populares, dos jogos distritais e de outras iniciativas de carácter supra-municipal, as autarquias do Alentejo lançaram agora, através das suas associações de municípios os Jogos do Alentejo.

As 42 modalidades

Aikido; Andebol; Badminton; Basquetebol 3x3; Mini-basquetebol; Bilhar; BTT; Canoagem; Cêpo; Chinguilho; Ciclismo; Columbofilia; Damas; Desportos de aventura; Desporto radicais; Duetto; Falha; Futebol de 5; Futebol de 7; Futebol de 11; Futsal; Ginástica; Hipismo; Hoquei em patins; Jogos tradicionais; Judo; Karaté; Malha; Matraquilhos; Natação; Pataco; Pesca de água doce; Pesca de mar; Rugby; Snooker; Sueca; Ténis de mesa; Ténis de campo; Tiro ao alvo; Tiro aos pratos; Voleibol; Xadrez.



Festival de Almada E a festa desceu à rua

Teatro que se cruza com dança, espectáculo de rua e ópera-estúdio de câmara, ironia corrosiva e apologia do sonho, problemas actuais e questões eternas, amor e política, música e poesia, de tudo isto é feita a maior iniciativa de teatro no nosso país – o Festival de Almada.

Alla Demidova



Questões actuais questões eternas

O mar é o protagonista, o tema básico do espectáculo apresentado pelo grupo

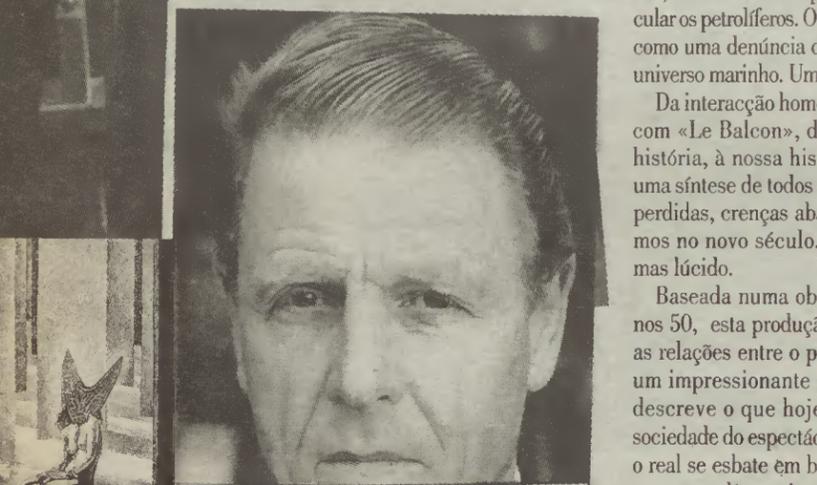
LUCA RONCONI



Rafael Álvarez



EDWARD FOX



de teatro catalão Xarxa Teatre «Veles e Vents». Um mar ora idílico ora apocalíptico e de que aqui ressalta a perspectiva humana. O mar fonte de vida, meio de transporte e comunicação, elo de ligação entre diferentes culturas. Mas também um mar pleno de destruição, cemitério nuclear, cloaca de resíduos humanos, vítima dos múltiplos acidentes, em particular os petrolíferos. O espectáculo surge assim como uma denúncia da actual degradação do universo marinho. Um exemplo entre outros.

Da interacção homem-natureza passamos, com «Le Balcon», do Théâtre à Spirale, à história, à nossa história, entendida como uma síntese de todos os traumas, esperanças perdidas, crenças abaladas, com que entramos no novo século. Um olhar pessimista mas lúcido.

Baseada numa obra de Jean Genet, dos nos 50, esta produção questiona sobretudo as relações entre o poder e a imagem. Com um impressionante poder de antecipação descreve o que hoje denominamos como sociedade do espectáculo, um mundo em que o real se esbate em benefício de um inquietante sucedâneo virtual.

O grupo espanhol Atalaya recria, em «Exiladas», a tragédia de Esquilo «As Danadas», para nos falar dos exílios e das migrações que marcam os tempos actuais, todos os que de alguma forma vão sendo expulsos da memória colectiva. Uma denúncia a que responde outra das linhas da obra: uma contínua exigência de identidade, de afirmação do ser ignorado, em luta constante contra as «verdades oficiais».

Este mesmo tema é retomado pelo grupo equatoriano Malayerba em «Nuestra Señora de las Nubes», que nos lembra como hoje, em todos os continentes, a miséria e a guerra, o fanatismo, a violência religiosa, continuam a expulsar das suas terras milhares de pessoas.

O objectivo fundamental da obra é sublinhar que ninguém tem direito a expulsar



outro da sua terra. Uma terra que significa também cultura, crenças, mitos, costumes, alimentos, identidade, pátria. Constituído por actores de diferentes nacionalidades, culturas e precedências, o grupo equatoriano considera esta mistura não apenas possível mas mesmo uma forma de identidade nova, uma unidade baseada na diferença, enriquecida pelas diferenças.

Como pano de fundo da actualidade que marca as questões levantadas por estas diferentes produções, a permanência de questões «eternas». Sensíveis no retomar de obras da tragédia grega. Ou, como o faz o grupo grego Attis Theatre, recuperando o «Hamlet – A Lesson», com a actriz russa Alla Demidova, que nos diz que as questões colocadas em Hamlet mantêm a sua actualidade e continuam sem resposta.

O poder do poder e o poder do sonho

«A Via do Poder que é subjacente à maior parte das culturas, conduz a um Eu que reflecte a ideologia da Dominação. Um Eu desses assenta num estado de fragmentação, mais concretamente

naquele eisão do Eu que recusa o sofrimento e o desamparo como sinais de fraqueza e, ao mesmo tempo, põe em relevo o poder e a dominação como meios de negar o desamparo.» Palavras de Arno Gruen invocadas pelo grupo Casa Conveniente

na apresentação, em estreia absoluta, da sua peça «A Loucura da Normalidade». As diferentes formas de poder são de alguma forma glosadas por vários grupos portugueses.

Em «O Gelo na Mesa», outra peça apresentada, em estreia absoluta, pela Associação Cultural Útero, a política surge como aspecto central do guião. Nas palavras de Ana Vicente, da direcção da associação, está em debate o sermos politizados. «Como seres humanos, não há dúvida que a política faz parte de nós, mas carregamos a incerteza própria dos insatisfeitos. Não nos satisfaz a cultura do poder, a insanidade do ideal a qualquer preço, mas sabemos que temos de conquistar um espaço em cujas fronteiras queiramos habitar.»

Da Comuna está presente no Festival a peça «UBU na Comuna». Partiu-se de o «Rei Ubu», que começou por ser um texto inventado, em 1888, por um grupo de alunos adolescentes para caricaturarem a figura de um professor um tanto ou quanto ditatorial. Uma história transformada em farsa sobre o poder, que retrata os desvarios e abusos dos reis, sequios de impor a sua vontade, recorrem a todos os truques para atingir o seus objectivos.

Mas o abuso de poder não é necessariamente e apenas uma realidade política. Manifesta-se em múltiplos domínios. E também na família. Essa a problemática abordada em «Sogras em Ebulição», do grupo de teatro moçambicano Gungu, e que se assume sobretudo como uma crítica de costumes, um alerta para as consequências sociais do abuso de poder na família.

A alternativa entre ser ítere nas mãos de outrem ou cumprir o seu destino é o fio condutor de «Esse Tal Alguém», outra estreia absoluta, da Companhia de Teatro de Almada. Uma peça de Teresa Rita Lopes que esteve para se chamar O Grande Brincador, pois as personagens dos monodialogos são apresentadas como íteres à mercê das mãos ágeis e arditas do bonecreiro que as comanda.

Entretanto, há um caminho aberto. E «sonhar é tornar-se o próprio um Brincador, um manipulador dos seus sonhos».

Falar de quem quase ninguém fala

Quando não se tem trabalho é melhor recorrer ao fundo de desemprego ou partir os vidros das montras e pilhar lojas? Ou então entregar-se nas mãos de uma instituição de caridade? É este o tema de «Venda do Pão», de Bertolt Brecht, agora representado pelo grupo de teatro de Évora CENDREV, numa encenação de Etienne Heymann.

Um espectáculo em que são privilegiados os aspectos mais lúdicos da escrita brechtiana, que coloca entretanto questões raramente abordadas. «Questões essenciais para o nosso hoje, sem pretender ser dono da resposta, mas antes devolvendo as perguntas aos espectadores cidadãos», como afirma o encenador da peça.

Também na «Leitura de Peças de Arne Sierens», dos Artistas Unidos, se fala de uma época que vem depois do fecho das fábricas, do fim do emprego, e se lança um olhar muito especial sobre os sítios e as pessoas para quem quase ninguém olha.

É o olhar de um dramaturgo que nasceu num bairro operário, na Bélgica, assim crescendo num ambiente que vinha a influenciar decididamente a sua escrita.

É quando é de povo que se fala, não se pode deixar de referir «Le petit arlequin», uma estreia absoluta do «Ensemble Lidonnes». «Petit» como o pequeno homem, «arlequin» sem maiúscula, como qualquer ser humano comum, qualquer um de nós.

Linguagens cruzadas

«Para este trabalho, compeitei-me menos como um encenador que como um treinador de futebol, responsável do treino dos vinte e dois jogadores inscritos na lista de convocados. Vinte e dois actores que treinei para serem os músicos de uma «big band» de jazz, fundidos, quando necessário, no interior do conjunto, destacando-se cada um sucessivamente para executar o seu solo. Não é verdade que é uma necessidade de hoje a dialéctica do colectivo e do individual nas práticas diárias?», diz-nos Pierre-Etienne Heymann, encenador da peça apresentada pelo CENDREV.

Esta criatividade está bem presente no Festival de Almada. E o cruzamento e mesmo fusão de linguagens ressalta em muitos espectáculos apresentados.

«Mira'm», da Companya Marta Carrasco, de Espanha, um espectáculo de honra do Festival, funde as linguagens de três actores e dois bailarinos, cinco personagens de um submundo humano em que se questiona o absurdo do ser humano e do seu comportamento.

Com «I Due Gemelli Veneziani», do «Piccolo Teatro di Milano», um dos grandes acontecimentos do Festival, cruzam-se imagens de duas dramaturgias e uma visão do mundo em que se mistura farsa e drama.

A apresentação da ópera «Guerras do Alecrim e Mangerona», de «Arsenal D'Arte Capela Real», foi saudada pela imprensa como um acontecimento histórico, como uma ópera-estúdio de câmara que continua a não existir, e pela empatia que gera, ao ser falada em português.

Com «Delfrios dell'Arte», pelo «Teatro Meridional», a aposta é num teatro vivo, criativo, que corra o risco do inesperado e da transgressão. Recuperando a ideia de origem da Commedia dell'Arte enquanto espectáculo de rua, transforma-se o espectáculo teatral em festa partilhada com o público.

O Festival de Almada afirma-se como um verdadeiro festival de criatividade.

A não perder.



FESTIVAL DE ALMADA



Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

A referência é a um número recente da revista *Valor*⁽¹⁾, cuja capa anuncia uma entrevista com José Tribolet⁽²⁾. Uma capa ilustrada com a fotografia do entrevistado e incluindo a frase-chamariz: «Tribolet arrasa Política Tecnológica». Que a importância que se quis atribuir ao tema da entrevista era grande, não restam dúvidas: para além da entrevista, o editorial foi-lhe expressamente dedicado. Além disso, foi incluído um artigo sobre os incentivos fiscais para as despesas das empresas em actividades de I&D, onde estão registadas declarações do presidente da Agência de Inovação. Condimentos bem dirigidos. Portanto tudo preparado para um sucesso editorial - não sei qual terá sido o resultado. Quem sabe, se ainda o desejo de prolongamentos de agendamento político.

O editorialista explicita no seu texto de colocação da temática que o seu alvo era o ministro da Ciência e Tecnologia (C&T) mais o seu sector, o de uma política sectorial que, segundo ele, não tem sido debatida na sociedade. Porque? Bláblá, um ministro *non-profile*, bláblá, um ministro a ver se passa despercebido para poder garantir a sobrevivência política, tem ajudado muito a esta ausência - o que não me parece corresponder bem à verdade pois, pelo con-

e a tecnologia para o alinhamento das agendas informativas.» E continua: «Há mais responsáveis pelo constante apagão de discussão. Onde estão técnicos e professores - com a honrosa excepção a José Tribolet, como se vê nesta edição - neste debate? E onde param as vozes incómodas dos empresários?»

Alto e pára o baile...

Mas chegados aqui, alto lá. Pare lá com o baile mandado. Que eu concorde ser José Tribolet uma excepção, vá lá. Mas já não posso concordar nem que ele seja o único excepção de técnico ou professor a pronunciar-se, nem que todos os partidos da oposição estejam calados, nem ainda que se não tenham levantado as vozes de deputados contra a política de C&T na AR. O senhor editorialista, até parece que anda cego e surdo; desculpe-me que o diga.

Nunca deu pela existência das tomadas de posição crítica do PCP nesta área? Não deu conta, por exemplo, da intervenção recente, nesta primeira Primavera do Milénio, da deputada Luísa Mesquita sobre a Política Científica e Tecnológica, por altura da ida ao Parlamento do ministro Mariano Gago? Nunca deu conta das intervenções do PCP no AR e das muitas posições enviadas para os órgãos de Comunicação Social, todos os anos por alturas da aprovação dos Orçamentos de Estado, de um rigor e detalhe inexcusáveis, onde são postas a descoberto todas as incongruências, falhas e mistificações? Não se apercebeu, há pouco mais de um ano, de uma

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Quadras à solta

I
Direitos humanos são
humanamente imperfeitos
e às vezes com a intenção
contrária a humanos direitos.

II
Se aperta a mão ao banqueiro
desconfianças desperta
pois quem se aperta ao dinheiro
nunca mais se desaperta.

III
Branca de Neve culpada
por ter comido a maçã?
Só se, vendo-a envenenada,
volte a comê-la amanhã.

IV
Um grande mistério encerra
esta paródia dos santos.
Se há tão poucos cá na terra
como é que no céu há tantos?

V
Isolado, o mais valente
vem a tormenta e destrói-o.
Só um forçado demente
ia pegar um comboio...

VI
Traz um beijo o Sol distante
dá-te com toda a verdade
e verás como um instante
se transforma em eternidade.

VII
Não me queixo, com os demónios!
Compro o justo, pago o preço.
Deus me conserve os neurónios
como estão - e agradeço!

VIII
Dizem para af que já
não há operários. Talvez.
Mas se operários já não há
estes versos, quem os fez?

IX
Ter sido é vir sucedendo.
Hoje é um quase actual.
Só o que ainda houver de estar sendo,
sendo o teu for, é real.

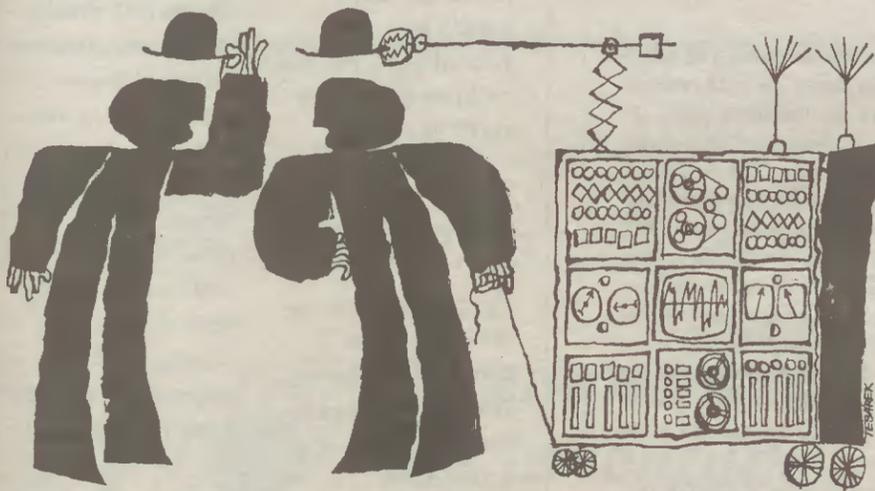
X
Importante és, sendo assim
diz-me um ingénuo coração.
Olhei no espelho para mim
e achei um piadão.

XI
No tronco do cedro lindo
bati com os nós dos dedos
e quantos, quantos segredos
fiquei, por resposta, ouvindo!

XII
Sinto que o tempo debaixo
dos pés cansados me foge
mas não me importo, pois acho
que sou de sempre, sendo hoje.

XIII
Força da História lançada
este Partido onde estamos
a quem damos pouco ou nada
quando tudo lhe não damos.

Política tecnológica



Audição levada a cabo pelo Grupo Parlamentar do PCP com os dirigentes dos Laboratórios de Estado? Não deu também pela Audição parlamentar sobre a Sociedade da Informação? Nunca leu os programas eleitorais do PCP no que toca a estas matérias? E estes são apenas alguns dos exemplos...

Pois eu tenho dado por toda esta extensa, rigorosa actividade de crítica, por vezes bem dura, mas sempre incluindo propostas, sempre apontando para a construção. A procura de ouvir as

partes interessadas e que possam trazer valor para o debate têm sido sempre uma constante e pessoas de todos os quadrantes têm participado em tais iniciativas. A título de curiosidade relembro ainda uma iniciativa na Casa Amarela da AR sobre a Cultura e a Divulgação Científica, ainda no tempo do Governo Cavaco Silva, onde participou activamente o então ainda não ministro, Professor Mariano Gago.

trário, este ministro tem servido, até agora, de bandeira e fanfarra de propaganda para o Governo. Ele é a Ciência, ele é a Sociedade da Informação, o ser moderno e inovador. A presidência portuguesa da União Europeia viveu, e o Governo tem vivido também muito, à custa de tudo isto, ou não será esta uma verdade cristalina?
Mas adiante. Que o editorialista está é preocupado, e com razão, também o afirmamos nós, com a falta de discussão pública: «Esta é uma área onde raramente se ouvem vozes, sejam elas discordantes ou concordantes. Se os partidos da oposição têm "ministros-sombra" para o sector, eles passam perfeitamente despercebidos e é como se não existissem. Não há memória de um debate parlamentar que se tenha interessado pelo tema, nem tão-pouco de uma polémica, por pequena que seja, que tenha trazido a ciência

Ou será que nem todas as coisas que acontecem devem ser consideradas como tendo existido? Ou que só contam as coisas que o senhor editorialista da *Valor*, como tantos outros, decidiram que existiam?

(1) N.º 493, 7-13 de Junho 2001.

(2) Presidente do INESC (Instituto Nacional de Engenharia e Computadores).

Cartoon

• Monginho

AS ÚLTIMAS SONDAGENS
DÃO O PS E O PSD
COM EMPATE TÉCNICO...!

Ó PA',
ISSO NÃO É NOVIDADE.
NOTÍCIA É... O BALÚRDIO
QUE PAGAMOS PELO
BILHETE PARA ASSISTIR
AO JOGO DELES!



Religiões

• Jorge Messias

A aliança do capital com a igreja (III)

Os aliados preferenciais

Os pensadores católicos conformistas defendem que o conceito de liberdade se ordena segundo três níveis ou patamares distintos: o político, o económico e o cultural.

Os desenvolvimentos a estes três níveis ora seriam autónomos ora se cruzariam, convergindo constantemente entre si até se fundirem num só patamar. Mas à concretização deste ambicioso esquema têm vindo a levantar-se sérios obstáculos.

Por um lado, a igreja institucional não tem sido capaz de resolver o problema da formação dos seus novos teólogos e professores - disciplinados, criativos e em quantidade que satisfaça as necessidades eclesiais. Numa sociedade de capitalismo avançado, o teólogo ou o filósofo

mentares: o do lucro capitalista e o da salvação das almas. Tarefa transcendente e semeada de escolhos!

Por outro lado, na área eminentemente prática das concretizações e da ligação às massas, as dificuldades não são menores. Se a igreja dispõe do controlo de uma rede impressionante de organizações, religiosas e laicas, estas revelam a existência de sérios problemas de modernização tecnológica e de capacidade de mobilização e ligação às massas.

Para as cúpulas da igreja, o comportamento do povo católico tem sido verdadeiramente decepcionante. A catolicidade foi inquinada, em todo o mundo, pelo materialismo das sociedades de mercado. E, deste modo, os católicos viram sistematicamente as costas aos apelos ao voluntariado. Porque, afinal, é a própria hierarquia que dá exemplos de sofreguidão pelo lucro material. E o povo

católico comum, já em grande parte alheio aos mistérios da teologia e aos espaventos das liturgias de luxo, prefere procurar o bem-estar e os prazeres alienantes no renovado mercado consumista.

Tão grave é este problema para a igreja que constitui, por si só, uma situação-limite. Que será do catolicismo futuro se perder o escudo protector do prestígio moral, dos mistérios e das utopias? Como poderão os bispos convencer os seus poderosos amigos de que sem igreja não haverá sociedade de sucesso?

Plano de intervenção

Entretanto, o plano de intervenção católica na sociedade civil de há muito que está pronto e disponível. Para que tenhamos uma pálida ideia das suas dimensões universais, basta folhear-se a obra «The New Consensus on Family and Welfare», produzida em seminário e publicada, em 1987, pelo American Enterprise Institute, Washington DC. Transcreve-se, a seguir, o enunciado das áreas sociais que exigem, de imediato, a intervenção de uma Nova Ordem que o documento refere. O seu desenvolvimento, ainda que de grande interesse informativo, não caberia neste espaço.

Assistência à Família, através da instituição religiosa, das escolas e das organizações de voluntários. Valorização da Escola, de forma a envolver a Família, a formação de dirigentes e a educação moral. Introdução de maior rigor no Policiamento, Procedimento em tribunal, Tráfico de Droga nas comunidades pobres e Manutenção da Ordem Pública. Constituição de Associações de Voluntários Confessionais junto das comunidades pobres. «As instituições sociais de cariz religioso devem ajudar a concentrar os recursos da sociedade nas dimensões morais da dependência.» «Deve ensinar-se que os empregos no sector público só podem ser aceites

com relutância.» Em tal sentido, a Assistência Social deve exigir dos pobres que saiam da pobreza pelos seus próprios meios, criando pequenas empresas. Neste grupo se entendem, também, as mulheres divorciadas cujas separações as lançam na pobreza. Satisfeitos que sejam estes pontos prévios, a igreja terá encontrado uma base mínima de onde partir para uma ordem dinâmica.



fo católico tem de ter «sofisticada formação económica», como refere Novak. E isto porque a igreja reconhece que, sem virtudes morais, qualquer economia livre pode não funcionar. É, pois, imperativo que se lance no mercado religioso uma nova geração de eclesiásticos e leigos com elevado grau de preparação, místicos e tecnocratas, dispostos a servir conscientemente dois campos comple-

Pontos Cardeais

Recordistas I

De acordo com um relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, Portugal é o país da União Europeia onde existe mais corrupção. Apenas nos países de Leste - onde as mafias organizadas tomaram conta do poder - as taxas relativas a crimes de suborno e corrupção são maiores que as do nosso país. É certo que se trata de um relatório incompleto (faltam dados sobre alguns países da União Europeia, como a Itália ou o Luxemburgo), mas não será isso que poderá servir de consolo...

Recordistas II

Em contrapartida - e já com os dados completos - o mesmo relatório coloca-nos os recordistas da União Europeia em desenvolvimento mas... no fundo da tabela entre os 15 países da União Europeia e a ocupar o topo da tabela em casos de SIDA. Será isto o tal «pelotão da frente» de que falava Cavaco Silva?

Suspenso

Foi suspenso pelos tribunais chilenos o processo contra o ditador Augusto Pinochet, apesar de terem surgido novas acusações e provas durante a ditadura fascista que chefiou e impôs ao país. Mostrando-se «sensível» aos argumentos dos médicos que assistem o carniceiro de Santiago, a justiça chilena aceitou como bom o pretexto de que Pinochet está «física e mentalmente diminuído», pondo uma pedra sobre o assunto. Não é nada que não se esperasse. Aqui está o que valia

o compromisso do actual regime chileno em julgar o assassino no próprio país, quando reivindicava a sua libertação pelas autoridades judiciais britânicas que o detiveram. Já agora, pergunta-se: e todos os outros torcionários e assassinos que actuaram sob as ordens de Pinochet? Também estão todos «física e mentalmente diminuídos»?

Armas

A ONU quis moderar a proliferação de armas ligeiras pelo mundo (espingardas, pistolas, granadas, lança-mísseis, etc.) e todos os países concordaram que era preciso fazer alguma coisa, nomeadamente acabar com o tráfico ilegal deste tipo de armamento responsável pelo maior número de vítimas no mundo. Tudo muito bem até se chegar ao capítulo das medidas práticas. Aí, os EUA e outros «preocupados» países exportadores de armamento impediram a mais leve resolução sobre o assunto, ficando, obviamente, tudo na mesma. Admirável mundo global...

Buracos

Mais uma vez, o Tribunal de Contas concluiu que o Governo Regional da Madeira chefiado por Alberto João Jardim produziu um buraco financeiro de 38 milhões de contos no exercício de 1999/2000. Todos os anos é isto. E todos os anos o Governo e os mais altos órgãos da República assobiam para o ar, enquanto Jardim vai gozando à tripa forra a sua extraordinária impunidade. Jardim abre «buracos» sucessivos na Madeira, e quem acaba esburacada é a República...

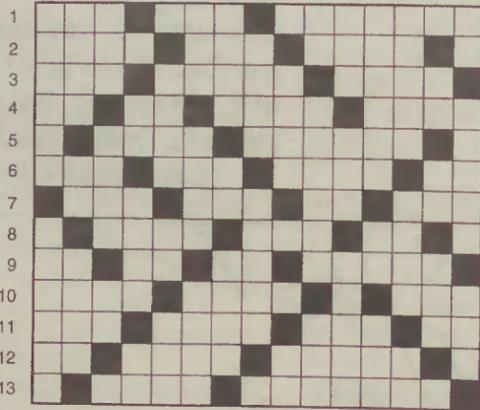
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Membro guarnecido de penas que serve às aves para voar; duas vezes; amado. 2 - Grande ave galinácea; faculdade; fluxo e refluxo (fig.). 3 - Alguma; pequeno recipiente em forma de vaso, geralmente sem asa, por onde se bebe; parte aquosa que se separa do leite ou do sangue depois de coagulados. 4 - Nome da letra grega que corresponde ao P latino; a si mesmo; que é feito de cobre, de bronze ou de arame; imposto aplicável a transacções imobiliárias. 5 - Gemer (gir.); ave fabulosa que passava por fazer o ninho no mar quando este estava tranquilo. 6 - Curso de água natural; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; dinheiro (fig.); planta liliácea da China. 7 - Prep. designativa de falta, exclusão, ausência, condição, excepção; sozinho; poeira; haste terminada em bico. 8 - Utensílio com que se junta e recolhe o dinheiro nas mesas de jogo; a mulher de Adão, mãe da Humanidade; grito aflitivo. 9 - Avenida (abrev.); perversa; observei; vestígio de passagem de pessoa, animal ou objecto. 10 - Espécie de veado, de cauda comprida e galhos achatados na parte superior; designação da segunda letra do alfabeto grego; fileira. 11 - Costume; forma passageira e facilmente mutável de se comportar e sobretudo de se vestir ou pentear; unidade monetária do Peru; atmosfera. 12 - Contr. da prep. a com o art. def. o; leilão da pescaria em primeira mão, isto é, dos pescadores aos contratadores; pequeno (bras.). 13 - Volta; excesso.

VERTICAIS: 1 - Perseguir com apupos; espécie de leopardo da América do Sul, cuja pele tem pintas oceladas. 2 - Pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; nome da letra (pl.); qualquer objecto côncavo, próprio para conter substâncias líquidas ou sólidas. 3 - Altar cristão; reduzir a pó; pedra de amolar. 4 - Sétima nota da escala musical; actor de farsa satírica; medida itinerária chinesa. 5 - Comer à ceia; oferece; maior. 6 - Caminhado; escárnio; que perdeu o gume. 7 - Base da montanha; pedra de amolar; estanca. 8 - Delonga; doutrina ou sistema que se afasta da crença geral. 9 - Estampilha; a mim. 10 - Americio (s.q.); preencher; anuência. 11 - Certamente; o m.q. eiró; excepto. 12 - Corrosão; aquelas; o m.q. lírio. 13 - Elemento químico, metal descoberto na cerite e que se encontra noutros metais; franga; terceira nota da escala musical. 14 - Aqueles; a tua pessoa; remoinho de água. 15 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; relativo ao eixo; espécie de sapo da região do Amazonas.

10 - Am; ocupat; sim; 11 - Mas; tré; alora; 12 - Erosão; ast; h; 13 - Céto; plat; m; 14 - Os; tu; ola; 15 - Ah; axial; au
VERTICAIS: 1 - Apupar; jaguar; 2 - Sem; vs; vaso; 3 - Ara; moer; m; 4 - St; mom; 5 - Comer; 6 - Caminhado; 7 - Base; 8 - Delonga; 9 - Estampilha; 10 - Americio; 11 - Certamente; 12 - Corrosão; 13 - Elemento químico; 14 - Aqueles; 15 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; relativo ao eixo; espécie de sapo da região do Amazonas.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Asa; bis; lanchea; 2 - Pena; dom; maré; 3 - Uma; copos; soro; 4 - Pr; se; ereo; sista; 5 - Comer à ceia; oferece; maior; 6 - Caminhado; escárnio; que perdeu o gume; 7 - Base da montanha; pedra de amolar; estanca; 8 - Delonga; doutrina ou sistema que se afasta da crença geral; 9 - Estampilha; a mim; 10 - Americio (s.q.); preencher; anuência; 11 - Certamente; o m.q. eiró; excepto; 12 - Corrosão; aquelas; o m.q. lírio; 13 - Elemento químico, metal descoberto na cerite e que se encontra noutros metais; franga; terceira nota da escala musical; 14 - Aqueles; a tua pessoa; remoinho de água; 15 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; relativo ao eixo; espécie de sapo da região do Amazonas.

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

Encontro Nacional do PCP

A AGRICULTURA PORTUGUESA E A REFORMA DA PAC

Sábado, 14, às 10h30

Instituto Superior de Engenharia do Porto
(Rua de S. Tomé)

com a participação de Carlos Carvalhas



GUIMARÃES

Parque das Taipas – Domingo, 15, a partir das 11h30

Piquenique-convívio da CDU do distrito de Braga

com a participação de Carlos Carvalhas



LISBOA

Reunião da Célula da RTP: terça-feira, 17, 21h30, no Centro de Trabalho Vitória.

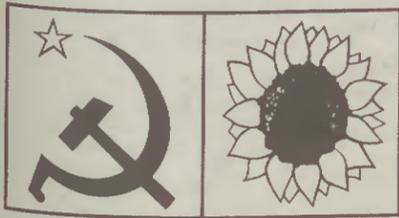
Reunião do Sector da Comunicação Social do SI da ORL: quarta-feira, 18, 21h,
no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião do Sector dos Arquitectos, Artistas Plásticos e Designers: quinta-feira, 19, 19h,
no Centro de Trabalho Vitória.



SARILHOS GRANDES

Plenário de militantes sobre a situação política, eleições autárquicas e tarefas do Partido,
com Valdemar Santos: sábado, 14, às 16h, no Centro de Trabalho.



Acampamento da Juventude CDU

Na ZAMBUJEIRA da Juventude CDU de Évora

Dias 13, 14 e 15 de Julho

Inscrições: tels. 966700801 – 938645284 – 919191720
– 266760660

Em PENACOVA

Parque Municipal de Campismo da Juventude CDU de Coimbra

Dias 13, 14 e 15 de Julho

Informações e inscrições: 964400711 - 966825507

Compra já
a EP



3.500\$00 em 7, 8 e 9 de Set.
2.500\$00 até dia 6 de Set.

A venda nos Centros de Trabalho do PCP.



CDU apresenta candidatos

CHAMUSCA

Sexta-feira, dia 13, 19h

Restaurante «Na Brasa» (junto ao campo de futebol)

Apresentação pública dos cabeça de lista
à Câmara e Assembleia Municipal

Com a participação de Luísa Araújo

SINTRA

Sexta-feira, dia 13, 11h30

Hotel Central (junto ao Palácio da Vila)

Apresentação pública dos candidatos
aos órgãos municipais

Freguesia de ALHANDRA

Sábado, dia 14, 21h – Pç. 7 de Março

Apresentação pública da candidatura CDU
à Assembleia de Freguesia

Com a participação de José Neves e Sérgio Leitão
Animação Musical

Freguesia de ALVALADE SADO

Domingo, dia 15, 13h

Apresentação pública do 1.º candidato CDU
à Assembleia de Freguesia

Sardinhada no Centro de Trabalho do PCP

Freguesia de CERCAL

Sábado, dia 14, 20h30 – No cinema local

Jantar de apresentação do 1.º candidato CDU
à Assembleia de Freguesia

Freguesia de LEÇA DA PALMEIRA

Segunda-feira, dia 16, 15h – Quinta de Santiago

Apresentação pública do 1.º candidato CDU
à Assembleia de Freguesia

Com a participação de Honório Novo

Freguesia de MIRA-SINTRA

Sábado, dia 14, 17h30 – Largo do Desporto e Juventude

Apresentação pública do 1.º candidato CDU
à Assembleia de Freguesia

Com a participação de Baptista Alves

Freguesia de VIEIRA DE LEIRIA

Terça-feira, dia 17, 19h30 – Restaurante «O Triângulo»

Apresentação pública do 1.º candidato CDU
à Assembleia de Freguesia

Com a participação de Jorge Cordeiro



GONDOMAR – Grande sardinhada no Mercado de Rio Tinto, com a participação de Sérgio Teixeira, candidato à Assembleia Municipal e de Isabel Nogueira, candidata à presidência da Junta de Freguesia de Rio Tinto: domingo, 15, a partir das 18h30.

LOURES – Encontro-convívio da CDU com empresários do concelho de Loures: quarta-feira, 18, às 18h, no restaurante «Adega do Almirante» em Ponte de Frielas, com a participação de Adão Barata, actual presidente e candidato da CDU à CM.

MATOSINHOS – Honório Novo, candidato à presidência da CM, prossegue neste fim-de-semana o programa de visitas às 10 freguesias do concelho, participando em iniciativas e em encontros com entidades locais. Designadamente, no dia 9, segunda-feira, tem encontros com a JF de Matosinhos, com a Direcção do Grupo Desportivo Dias Ferreira e com a Comissão de Moradores do Bairro Social da Cruz de Pau.

MOITA – A CDU agendou para os próximos dias as seguintes iniciativas:
– Debates públicos sobre questões autárquicas, hoje, dia 12, no Centro de Convívio de Brejos da Moita, com a participação de João Lobo e Carla Sofia Martins; amanhã, sexta-feira, no Clube Recreativo de Penteados, com João Lobo, Fernanda Gil e Valdemar Santos.
– Almoço-convívio no Pavilhão do PCP/CDU nas Festas Populares da Baixa da Banheira com a participação de Fernando Carrasco, 1.º candidato à Assembleia de Freguesia: sábado, 14, às 13h.

SETÚBAL – Apresentação das linhas programáticas da CDU para a península de Setúbal: hoje, dia 12, às 11h, no Hotel Bonfim.

ATVer

A Casa do Lago é um festival de representação dado por Henry Fonda (aqui, no seu último filme) e por Katherine Hepburn



A Paixão de Joana D'Arc

(Quinta-feira, 12.07.01, RTP-2)

Se gosta mesmo de cinema veja e grave (se puder) este **Carl Dreyer**. Tal como o seu outro filme anunciado para amanhã! No cinema (e na arte em geral) há autores assim - o seu próprio nome é chancela indiscutível a colocar sobre qualquer das suas obras, independentemente das diferenças relativas entre cada uma delas. Acontece que **A Paixão de Joana D'Arc** é uma das obras-primas indiscutíveis da história do cinema: rodado no final do mudo (1928) por encomenda de uma produtora francesa e tendo por tema a lendária heroína de Orleans (escolhido e escrito pelo realizador), nele Dreyer desbravou caminho e construiu cinema, nomeadamente no uso da câmara



Tudo Bons Rapazes, de Martin Scorsese, é um dos mais notáveis filmes das últimas décadas sobre a Máfia e o sub-mundo do crime organizado nos EUA



A Paixão de Joana D'Arc, de Carl Dreyer, é uma das obras-primas indiscutíveis do cinema

subjectiva, na utilização dos grandes planos, dos ângulos arrojados, na luz, na montagem e por aí fora... Uma obra absolutamente admirável.

Dia da Cólera

(Sexta-feira, 13.07.01, RTP-2)

Igualmente admirável, este **Dia da Cólera** realizado por **Carl Dreyer** em 1943 e que é, talvez, o seu filme mais conhecido. Obra de máxima espiritualidade, numa atmosfera visual que remete para a pintura de Rembrandt, **Dia da Cólera** é uma notável reflexão sobre o Bem e o Mal, a repressão e a opressão, a sexualidade e a culpa através de uma narrativa que decorre no século XVII, com a religião e a bruxaria em pano de fundo.

Sexta-feira, 13

(Sexta-feira, 13.07.01, RTP-1)

Com alguma ironia, a RTP anuncia para esta sexta-feira, dia 13, o famoso **Sexta-feira, 13** que **Sean S. Cunningham** realizou em 1980 com baixo orçamento e acertando em cheio na arte de arrepiar plateias ianques, soltando um misterioso psicopata num campo de férias de jovens, a quem vai assassinando com metódica selvajaria. O sucesso foi de tal ordem nos EUA (onde adoram estas fitas de sarrabulho com sangue jovem), que houve mais de uma dezena de sequelas cada uma pior que a outra, confirmando que a «qualidade» da ideia cinematográfica se esgotou, mesmo, neste filme fundador. Daí a referência que lhe fazemos.

«Rosa Negra»

(Sábado, 14.07.01, RTP-2)

Um filme de **Margarida Gil** sobre regressos e partidas, encontros e desencontros no país interior, através de uma crónica onde se cruzam histórias de amor antigas e novas, bem como velhos crimes e novas corrupções. Música de **João Gil** e **Artur Costa**, com tema cantado por **Teresa Salgueiro** e interpretações de **Fernando Luís**, **Manuela de Freitas**, **Catarina Correia**, **Dinis Neto Jorge**.

Adoro Sarilhos

(Sábado, 14.07.01, SIC)

A alma desta comédia ligeira é o par que nela se ama e degladia numa constante competição profissional entre dois jornalistas: **Nick Nolte** e **Julia Roberts**, num confronto de talentos onde quem acaba a ganhar é o filme, pois claro.

Herói Acidental

(Sábado, 14.07.01, SIC)

O jornalismo também é tema neste **Herói Acidental**, só que numa abordagem bem mais séria e incisiva. A propósito de um pobre diabo que, quase acidentalmente, se torna um herói nacional ao salvar os sobreviventes de um avião que se despenha perto dele (**Dustin Hoffman** em mais uma poderosa criação), este filme de **Stephen Frears** equaciona com notável acuidade duas realidades omnipresentes nos EUA: a alienada (e alienante) obsessão por heróis de quem padece a sociedade norte-americana e o papel da comunicação social na satisfação

(e promoção) a todo o custo dessa obsessão. Boas prestações do restante elenco, nomeadamente de **Geena Davis**, **Andy Garcia** e **Joan Cusack**.

Tudo Bons Rapazes

(Domingo, 15.07.01, TVI)

Martin Scorsese põe aqui de pé um dos mais notáveis filmes das últimas décadas sobre a Máfia e o submundo do crime nos EUA, não porque traga muitas novidades ao tema mas porque o trata com a enorme maestria e originalidade que, sobejamente, se lhe (re)conhece. Dirigidos por ele, é claro que nunca há maus elencos, mas quando o homem tem à disposição gente com o génio de **Roberto de Niro** ou a qualidade de **Ray Liota**, **Joe Pesci**, **Lorraine Bracco** ou **Paul Sorvino**, é claro que só podemos esperar um verdadeiro festival de representação.

A Casa do Lago

(Quarta-feira, 18.07.01, RTP-1)

Festival de representação é, também, o que nos dá **Henry Fonda** (no seu último filme) e **Katherine Hepburn** numa comovente história de dois velhos em fim de vida que, serenamente, com ela se (re)conciliam através da delicada teia dos afectos entre ambos e com os filhos. **Jane Fonda**, igualmente brilhante, contracenava com o pai no papel mais adequado: o de filha. Referência ainda para o trabalho notável do realizador **Mark Rydell** ao pôr de pé este filme que, mercidamente, recebeu três óscares - dois deles para o par Fonda/Hepburn.

Quinta, 12

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
18.55 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.30 Benny Hill
22.30 Elsa
23.00 Grande Informação
24.00 Longa Metragem
01.30 24 Horas
02.15 «Profissão Vigarista» (de Jack Green, EUA/1996, com Bill Paxton, Mark Wahlberg. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Loja do Cidadão
14.00 O Tal Canal

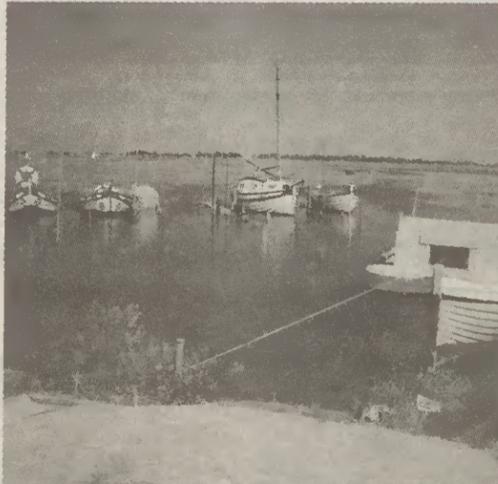
Sexta, 13

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Vidas Cruzadas
16.30 Privilégio de Amar
18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
18.55 Quebra-Cabeças
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Bastidores
21.55 Benny Hill
22.30 Série não designada
23.10 Histórias da Noite
00.35 24 Horas
01.10 «Sexta-Feira, 13» (de Sean S. Cunningham, EUA/1980, com Adrienne King, Harry Crosby. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.10 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Livres e Iguais
15.00 Volta a França



«Planeta Azul», que a RTP transmite agora ao domingo, é uma série documental de 26 episódios sobre o ambiente e a conservação da natureza no nosso país

15.00 Volta a França em Bicicleta
16.30 Informação Gestual
17.30 Cidade Louca
18.00 3º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Hugo
20.00 Viver no Campo
20.40 Sabrina
21.50 RTP Economia
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «A Paixão de Joana D'Arc» (de Carl Dreyer, Fr/1928, com Renée Falconetti, Eugène Silvain. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.20 New Wave
17.00 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Minha Família é uma Animação
22.00 Porto dos Milagres
23.30 O Bar da TV
24.00 «Duelo Imortal, Parte II» (de Russell Mulcahy, 1991, com Christopher Lambert, Virginia Madsen, Sean Connery. Ficção Científica)
02.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Bora Lá Marina
13.00 TVI Jornal
14.00 112
15.00 Chiquititas
16.00 Batatoon
18.15 O Diário de Marta
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
22.00 Olhos de Água
23.00 «Sem Fuga, nem Regresso» (de Charles T. Kanganis, EUA/1992, EUA/1997. «Thriller»)
01.10 Que Loucura de Família
01.40 Rescue 77
02.40 O Direito de Nascer

16.00 Euronews
17.30 Cidade Louca
18.00 3º Calhau a Contar do Sol
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Hugo
20.00 Viver no Campo
20.30 Sabrina
21.00 Personagens
22.30 Jornal 2
23.10 Dharma e Greg
24.00 Um Café no Majestic
01.00 Jazz a Preto e Branco
02.00 «Dia de Cólera» (de Carl Dreyer, Din/1943, com Thorkild Roose, Lisbeth Movin. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.00 New Wave
16.45 Estrela Guia
18.00 Um Anjo Caiu do Céu
19.30 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.00 Porto dos Milagres
23.20 O Bar da TV
24.00 «Desejos na Internet» (de Marc Riva, EUA/1999, com Linda Paris, Emma Henson. «Thriller»)
02.00 Cinemania
02.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Tiro e Queda
09.30 Animação
12.15 Bora Lá Marina
13.00 TVI Jornal
14.00 112
15.00 Chiquititas
16.00 Batatoon
18.15 Olho Vídeo
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.15 O Diário de Marta
22.00 Olhos de Água
23.00 «Firefox» (de Clint Eastwood, EUA/1982, com Clint Eastwood, Freddie Jones. Espionagem)
01.00 «Máxima Tensão» (de G. Clifford, EUA/1994, com Scott Glenn, Lara Flynn Boyle. «Thriller»)
03.10 Que Loucura de Família

Sábado, 14

▼ RTP 1

7.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.25 Scarlett
17.15 «Astérix Conquista a América» (de Gerhard Hahn, Alem/1994, com Keith Carradine, Annette O'Toole. Telefilme. Animação)
18.55 Futebol: Auxerre-F.C. Porto (Jogo de Preparação)
21.00 Telejornal
22.00 Estação da Minha Vida
23.00 Sábado à Noite
00.30 Lei Marcial
01.35 24 Horas
01.50 Máquinas
02.45 «Sem Alibi» (de Bruce Pittman, Can/1999. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Programa a Designar
15.00 Desporto 2
19.00 «Rosa Negra» (de Margarida Gil, Port/1993, com Fernando Luís, Manuela de Freitas. Ver Destaque)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom
01.40 «A Tragédia do Titanic» (de Roy Ward Baker, R.Unido/1958, com Kenneth More, Laurence Naismith. Drama)
03.30 Loja do Cidadão

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Adoro Sarilhos» (de Charles Hyer, EUA/1994, com Nick Nolte, Julia Roberts, Saul Rubinek. Ver Destaque)
16.40 «Herói Acidental» (de Stephen Frears, EUA/1992, com Dustin Hoffman, Geena Davis, Andy Garcia, Joan Cusack. Ver Destaque)
19.10 Mundo Vip



O regresso da ópera à TV: «Così fan tutte» numa produção da Opera House de Zurique, segunda-feira à noite na RTP2



Volta a França: reportagens diárias na RTP2

20.00 Jornal da Noite
21.20 Malucos do Riso
22.20 Herman Sic
00.30 «Mãos que Vêem» (de Jack Sholder, EUA/1995, com Jeff Fahey, Couterney Cox. «Thriller»)
02.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 A Misação
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Caras Lindas
16.30 O Diário de Marta
17.45 «Um Anjo Muito Especial» (de Gary Nadeau, EUA/1997, com Paul Doolley, David Gallagher, Christopher Lloyd. Comédia)
20.00 Jornal Nacional
20.30 Futebol: Sporting-Kaiserslautern
23.15 Olhos de Água
03.00 Lux
03.50 «Basil - Traição e Vingança» (de Radha Bharadwaj, R.Unido/1997)

Domingo, 15

- ▼ RTP1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 16.10 «Menino Maluquinho 2, a Aventura» (Brasil/1998. Comédia)
 17.45 Futebol de Praia - Portugal-França
 19.00 Alves dos Reis
 20.00 Telejornal
 21.10 Estação da Minha Vida
 22.05 Jag - Em Nome da Justiça
 23.00 Teledependentes

Segunda, 16

- ▼ RTP1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Vidas Cruzadas
 16.30 Privilégio de Amar
 18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
 18.55 Quebra-Cabeças
 19.30 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Sorte Grande
 23.00 Luís de Matos ao Vivo

Terça, 17

- ▼ RTP1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Vidas Cruzadas
 16.30 Privilégio de Amar
 18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
 18.55 Quebra-Cabeças
 19.30 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.05 Bastidores
 22.45 Crime Perfeito
 23.00 Sem Filtro
 01.50 24 Horas
 02.20 Bundas Fabulosas

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 O Lugar da História
 15.00 Volta a França em Bicicleta
 16.30 Informação Gestual
 17.30 Cidade Louca
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Bombordo
 19.30 Hugo
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Sabrina
 21.00 O Triunfo dos Porcos
 22.30 Jornal 2
 23.20 Programa não designado
 24.00 «A Fronteira» (Longa Metragem)
 02.35 Rotações

- ▼ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 A Próxima Vítima
 15.00 A Viagem
 16.00 New Wave
 16.45 Estrela Guia
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu
 19.30 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Esta Semana
 22.00 Porto dos Milagres
 23.20 O Bar da TV
 24.00 «Actos de Traição» (de Jack Ersgard, 1997, com Maria Conchita Alonso, Lee Hoffman. Acção)
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Tiro e Queda
 09.30 Animação
 12.15 Bora Lá Marina
 13.00 TVI Jornal
 14.00 112
 15.00 Chiquititas
 16.00 Batatoon
 18.15 Olhó Video
 19.00 Super Pai
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Futebol - F.C. Porto-Saint Germain
 23.00 Pontapé de Saída
 23.10 Olhos de Água
 00.10 «O Filho do Sonho» (de Paul Shapiro, EUA/2000, com Farrah Fawcett, Patrick Bergin Drama)
 02.10 Ally McBeal
 03.20 Que Loucura de Família
 03.50 Rescue 77

Quarta, 18

- ▼ RTP1**
 7.00 Infantil/Juvenil
 09.30 Praça da Alegria
 12.25 Regiões
 13.00 Jornal da Tarde
 13.55 Emoções Fortes
 15.30 Vidas Cruzadas
 16.30 Privilégio de Amar
 18.05 Meu Pé de Laranja-Lima
 18.55 Quebra-Cabeças
 19.30 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.05 Bastidores
 21.55 Benny Hill
 22.30 «A Casa do Lago» (de Mark Rydell, EUA/1981, com Katharine Hepburn, Henry Fonda, Jane Fonda, Doug Mckeon. Ver Destaque)
 00.10 Maiores de 20
 01.10 24 Horas
 01.40 «Poder de Sedução» (de Oley Sassone, EUA/1995, com George Hamilton, Tawny Kitaen. Erótico)

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 11.10 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 O Triunfo dos Porcos
 15.00 Volta a França em Bicicleta
 16.30 Informação Gestual
 17.30 Cidade Louca
 18.00 3º Calhau a Contar do Sol
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Hugo
 19.30 Onda Curta
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Sabrina
 21.00 Livres e Iguais
 22.30 Jornal 2
 23.00 Departamento de Homicídios
 24.00 Sinais do Tempo
 01.00 O Reino

- ▼ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 A Próxima Vítima
 15.00 A Viagem
 16.00 New Wave
 16.45 Estrela Guia
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu
 19.30 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Esta Semana
 22.00 Porto dos Milagres
 23.20 O Bar da TV
 24.00 «Actos de Traição» (de Jack Ersgard, 1997, com Maria Conchita Alonso, Lee Hoffman. Acção)
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Tiro e Queda
 09.30 Animação
 12.15 Bora Lá Marina
 13.00 TVI Jornal
 14.00 112
 15.00 Chiquititas
 16.00 Batatoon
 18.15 Olhó Video
 19.00 Super Pai
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Futebol - F.C. Porto-Saint Germain
 23.00 Pontapé de Saída
 23.10 Olhos de Água
 00.10 «O Filho do Sonho» (de Paul Shapiro, EUA/2000, com Farrah Fawcett, Patrick Bergin Drama)
 02.10 Ally McBeal
 03.20 Que Loucura de Família
 03.50 Rescue 77

- ▼ TVI**
 08.30 Tiro e Queda
 09.30 Animação
 12.15 Bora Lá Marina
 13.00 TVI Jornal
 14.00 112
 15.00 Chiquititas
 16.00 Batatoon
 18.15 Olhó Video
 19.00 Super Pai
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Pontapé de Saída
 22.00 Olhos de Água
 22.20 Tic Tac Milionário
 22.50 «A Noite de Todos os Perigos» (de Mark L. Lester, EUA/1995, com Scott Glenn, Andrew McCarthy, John Glover, Garret Morris.)
 01.00 Que Loucura de Família
 01.30 Rescue 77
 02.30 Direito de Nascer

TVisto
 • Correia da Fonseca
Uma feia acção

Um dia, hei-de assistir a uma emissão do «Onda Curta» que tem sido uma total perda de tempo: por enquanto, ainda não consegui. Como já decerto aqui terei escrito, «Onda Curta» é um programa da RTP 2 que ao longo do tempo tem percorrido horários diversos, parecendo agora ter estabilizado um pouco por volta das 20 e 30 dos domingos, hora porventura sabiamente escolhida por coincidir com a transmissão dos telenoticiários principais da «1», da SIC e da TVI. Dessa forma, está reforçada consideravelmente a probabilidade, já grande à partida, de «Onda Curta» se manter numa semiclandestinidade sem a qual alguns telespectadores podiam começar a fazer

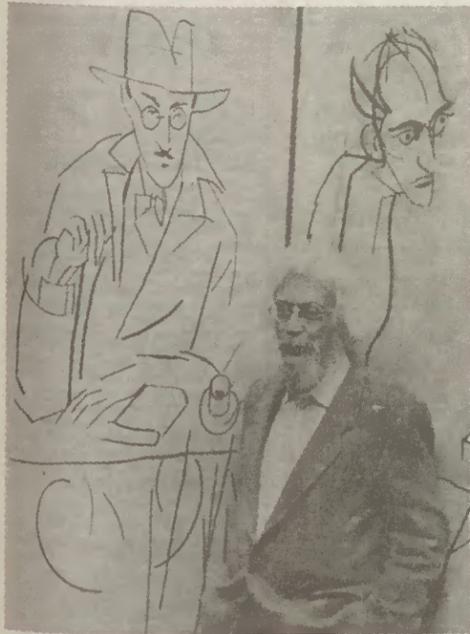
comparações e a ficar mal habituados. Embora, acentue-se, «Onda Curta» seja exclusivamente preenchido por curtas-metragens sempre ou quase sempre surgidas no quadro da produção cinematográfica. O «Onda Curta» do passado domingo foi preenchido totalmente com «A Invenção da Infância», da brasileira Liliana Sulzbach. Confesso: eu vi. Vi, e não devia ter visto, porque

o meu óbvio dever de cidadania recomendava que estivesse a acompanhar com a adequada devoção, na «1», na SIC ou na TVI, a cobertura da transladação dos restos mortais de Amália para o Panteão Nacional, onde ficaram a repousar ao lado dos de Garrett, sempre galante, de João de Deus, poeta e líder do combate ao analfabetismo, e de Junqueiro, precisamente um dos letristas da diva. Como facilmente se compreende, dessas reportagens é que eu devia vir aqui falar. Mas, se quisese evitar tema tão ingrato, pois dificilmente poderia alinhar aqui uma só reflexão que não fosse previamente adivinhável e que, já se vê, só podia ser de incondicional aplauso em sintonia com a unanimidade em tempo havida na Assembleia da República, ainda tinha uma alternativa que se impunha como opção de segunda escolha: o casamento de Luís Figo. Por razões várias, entre as quais avulta de que Luís Figo também é, inevitavelmente, uma figura com lugar no Panteão. Não para já, é claro e felizmente. Mas aqui até caberia uma curta citação acerca

da brevidade da existência, sintetizada num só verso razoavelmente conhecido que um dia foi escrito por Fernando Pessoa. Que, coitado, embora também muito conhecido pelo mundo fora não teve a sorte, se é que sorte se chama, de ter lugar na Sala da Língua Portuguesa do Panteão.

Os uns e os outros

Optei, pois, por cometer a feia acção de, tendo à minha disposição dois assuntos tão apelativos das virtudes patrióticas, preferir um filme brasileiro que fala de crianças brasileiras, isto é, estrangeiras. Chegado aqui, lembro-me do título de um livro que alguns dos incautos que porventura me lerem podem lembrar: «Nenhum homem é estrangeiro». Quem diz homem diz criança, é claro, embora o recíproco possa não ser verdade, e de facto não o é em muitas das tais crianças brasileiras de que foram o tema de «A Invenção da Infância». É que grande parte daquela garotada (molecada, diria um brasileiro) não chega a passar disso, de ser garoto, e um grande número até só o é por pouco tempo. Morre. Mas isso não ocorre por igual em todo o mini-universo das crianças brasileiras: como se ouviu nas palavras introdutórias do programa, entre os meninos dos bairros gráfinos de Ipanema e do Leblon e os moleques do Nordeste, por exemplo, as diferenças são muitas. E decisivas. Ouvimos algumas das mães deste segundo lote, passe a expressão. Uma teve vinte e oito filhos, quatro deles estão vivos. Outra não sabe ao certo quantos filhos teve, sabe os que lhe restam por enquanto. Também vimos e ouvimos os garotos. Os que trabalham nas pedreiras. Os que trabalham nas plantações de sisal. Um e outro explicam: trabalham para ajudar, para tapar algumas das muitas necessidades que o trabalho dos pais não consegue prover. Um até diz que não gosta, que para trabalhar não tem jeito, não. Mas tem de ser. Têm doze, dez, nove anos, às vezes um pouco menos. Alguns deles, no fim do dia, ainda vão para a escola aprender a ler e a escrever, para «um dia saírem dali» à procura de outra vida. Ninguém me diz, mas adivinho que não vão encontrar nada de jeito. E há as outras crianças, porque isto, como continua a ouvir-se, sempre há-de haver ricos e pobres. Das outras, vimos algumas. A contarem como brincam, como andam no ballet, coisas assim. Como têm infância. Porque, ao contrário do que é comum supor-se, a infância não acontece naturalmente a todos quantos nascem: inventa-se vivendo-a. Quanto é possível. Quando é permitido. E regresso ao que atrás ficou escrito: quem diz criança diz homem.



Júlio Pomar, ele e a sua pintura, no «Artes e Letras» desta semana

- 23.45 «Crime entre Irmãos» (de Matthew Modine, EUA/1999, com Matthew Modine, Lia Marie, John Hurt. Policial)
 02.10 24 Horas
 02.30 «A Alameda do Crime» (de Jon Steven Ward, EUA/1999. Terror)

- 00.10 24 Horas
 00.40 «Herança Fatal» (de Marc Bienstock, EUA/1997, com Linden Asshby, Suzy Amis. «Thriller»)
 02.05 «Las Vampiras» (de Jesus Franco, Esp-Alem/1970, com Soledad Miranda, Ewa Strömberg. Erótico)

- ▼ RTP2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.15 Horizontes da Memória
 11.45 Nós e os Animais
 12.30 Palácio de Cristal
 13.30 Quem Sai Aos Seus
 14.00 Desporto 2
 18.30 Projecto Golfinho
 19.30 Balzac
 20.30 Onda Curta
 21.00 Simpsons
 21.30 Artes e Letras - «Júlio Pomar»
 22.30 Jornal 2
 23.00 Travessa do Cotovelo
 00.30 «Vertigem Azul» (Luc Besson, Fr/1987, com Jean-Marc Barr, Rosanna Arquette, Paul Shenar. Drama)
 02.45 2010

- ▼ RTP2**
 07.00 Hora Viva
 09.45 Euronews
 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
 14.00 2010
 15.00 Volta a França em Bicicleta
 17.00 Informação Gestual
 17.30 Cidade Louca
 18.00 3º Calhau a Contar do Sol
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Rotações
 19.30 Espaço Infantil
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Sabrina
 21.00 Por Outro Lado
 22.30 Jornal 2
 23.20 Artes de Paleco - Ópera - «Cosi Fan Tutte»
 01.00 Andamentos

- ▼ SIC**
 07.00 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 Popstars
 15.00 «007, Espião Irresistível» (de Lewis Gilbert, R. Unido/1977, com Roger Moore, Barbara Bach, Curt Jurgens. Aventura)
 17.50 «Rex, o Cão Bêbé» (de Oliver Hirschbiegel, 1997. Comédia)
 20.00 Jornal da Noite
 21.20 Malucos do Riso
 22.00 O Bar da TV
 24.00 «Os Dias do Fim» (de Peter Hyams, EUA/1999, com Arnold Schwarzenegger, Gabriel Byrne, Kevin Pollack. Ficção Científica)
 02.10 Portugal Radical

- ▼ SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.10 A Próxima Vítima
 15.00 A Viagem
 16.00 New Wave
 16.45 Estrela Guia
 18.00 Um Anjo Caiu do Céu
 19.30 Ganância
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 22.00 Porto dos Milagres
 23.20 O Bar da TV
 24.00 «A Fortaleza Secreta» (de Eric Karson, EUA/1980, com Chuck Norris. Acção)
 02.00 Portugal Radical

- ▼ TVI**
 08.30 Animação
 10.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Dawson's Creek
 15.45 «As Aventuras de Rocketeer» (de Joe Johnston, EUA/1991, com Bill Campbell, Jennifer Connelly, Timothy Dalton. Aventura)
 17.00 Casamento de Marta e Marco
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Casamento de Marta e Marco
 22.30 Olhos de Água
 23.45 «Tudo Bons Rapazes» (de Martin Scorsese, EUA/1990, com Robert De Niro, Ray Liotta, Joe Pesci, Lorraine Bracco. Ver Destaque)
 02.00 «Uma Escolha Errada» (de Nick Havinga, EUA/1989. Drama)

- ▼ TVI**
 08.30 Tiro e Queda
 09.30 Animação
 12.15 Bora Lá Marina
 13.00 TVI Jornal
 14.00 112
 15.00 Chiquititas
 16.00 Batatoon
 18.15 Olhó Video
 19.00 Super Pai
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Pontapé de Saída
 22.00 Olhos de Água
 23.10 «Savior, o Mercenário Americano» (de Peter Antonijevic, EUA/1999, com Dennis Quaid, Nastassja Kinski. «Thriller»)
 02.00 Desafio Total
 03.10 Strange World



Futebol: os primeiros pontapés da temporada em todos os canais

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Fomes

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentado esta semana na cidade do México, exorta os países subdesenvolvidos a adotarem as novas tecnologias e a manipulação genética das culturas para combaterem a fome que, crescentemente, lhes dizima as populações. A principal autora do documento, uma tal Sakiko Fukuda-Parr, resumiu a questão na seguinte frase: «O mundo em desenvolvimento precisa destas tecnologias o mais depressa possível e os países europeus e os grupos ambientalistas estão a atrasar tudo.»

O que levanta três questões imediatas.

Uma, onde foram – a senhora Sakiko e o PNUD – buscar autoridade para garantirem que a solução para a fome está na produção de alimentos transgénicos? O máximo que se sabe, nessa matéria, é que a manipulação genética das culturas é um recurso com uma única confirmação no terreno – a de que já se tornou um negócio exclusivo dos EUA, Canadá e alguns países subsidiários da América do Sul – e uma infinidade de apreensões a que a comunidade científica não sabe nem pode responder, nomeadamente sobre as consequências de tal produção em massa sobre a saúde das pessoas, a cadeia alimentar, o equilíbrio ambiental e o próprio planeta.

Outra questão: quem mandou a senhora Sakiko ou o PNUD para garantir que o mundo em desenvolvimento «precisa destas tecnologias»? Sendo ambos tutelados pela ONU, deveriam saber melhor que ninguém ser esta uma questão altamente controversa e muito longe de estar decidida a nível planetário. A prova disso é o Protocolo de Biossegurança assinado em Montreal, no Canadá, em Janeiro de 2000, onde o lobby dos alimentos transgénicos liderado pelos EUA foi vencido na sua ambição de liberalizar o comércio internacional de alimentos geneticamente modificados, sendo forçado a aceitar o chamado «princípio da precaução» exigido pela União Europeia (por acaso representada por Portugal nessa conferência), que garante a todos os Estados o direito de fechar as suas fronteiras à importação desses produtos. Finalmente, como é que um departamento da ONU, como o PNUD, se atreve a estigmatizar afrontosamente um grupo de países (no caso, os europeus), atrevendo-se a acusá-los de estarem a «atrasar tudo»?

E «atrasar tudo» o quê? A resposta denuncia cruamente o PNUD.

Na verdade, são os EUA e o Canadá (com mais uns países sul-americanos pela arreata) os únicos que neste momento produzem e exportam soja, milho e algodão transgénico, tal como são os EUA que detêm, na arbitrariedade dos direitos de autor, a propriedade intelectual da maior parte da tecnologia necessária à manipulação genética dos produtos agrícolas. Daí que os EUA e correlativos defendam ardorosamente a produção alimentar transgénica porque já investiram nela no terreno (soja, milho e algodão) e querem impingir-lhe a todo o custo, fazendo tábua rasa das apreensões e potenciais ameaças que envolvem estes produtos. Por outro lado, pretendem expandir o negócio e, para isso, nada melhor que impingir-lo aos países subdesenvolvidos sob pretexto do combate à fome, obrigando-os não apenas a comprar os produtos transgénicos dos EUA e amigos como a tecnologia necessária para a produção própria.

Aqui está, na crueza dos factos, a real motivação do PNUD nesta sua insólita promoção dos alimentos transgénicos para combater a fome no mundo.

Finalmente, tratando-se, como se trata, do «Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento», é estranho que o PNUD não saiba ou não diga que a fome no mundo não resulta da falta de alimentos – há-os, confirmadamente, em excesso e desperdício no mundo desenvolvido –, mas da iníqua apropriação dos recursos e da produção humana pelos senhores do planeta...

Imigração Direitos iguais

A imigração «é um problema estrutural e não excepcional», que exige medidas permanentes e concertadas, afirmou na terça-feira, em conferência de imprensa, o grupo de trabalho para as questões da imigração e das minorias étnicas do PCP.

Seis meses após a entrada em vigor do Decreto-lei 4/2001, este revelou-se como solução precária, que não responde com eficácia e com justiça aos problemas da imigração, diz o PCP, considerando que a sua aplicação tem sido marcada pela descoordenação de serviços e por situações de ruptura na capacidade de resposta célere às solicitações dos cidadãos estrangeiros em Portugal.

O elevado número de pedidos de autorização de permanência concedidos até agora (cerca de 75 mil) e de pedidos de vistos nos contratos (mais de 80 mil) veio, entretanto, dar razão ao PCP quando afirmava «que a imigração era um problema estrutural e não excepcional», exigindo, por isso, medidas permanentes e concertadas.

Quanto à figura da «autorização de permanência do novo diploma, apesar das expectativas que criou em milhares de clandestinos,

serviu, afinal, apenas para criar os «imigrantes de segunda», a quem se reconhece o direito a trabalho temporário mas se nega outros direitos fundamentais, como o direito ao reagrupamento familiar.

Sujeitos a condições de vida e de trabalho desumanas, os imigrantes ficam particularmente vulneráveis às redes internacionais de trabalho ilegal, ao negócio de «venda de contratos» e às entidades patronais que retêm, indevidamente, os seus passaportes, registando o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) longas filas de espera e continuando a Inspeção Geral do Trabalho sem desenvolver uma intervenção concertada para a reposição da legalidade.

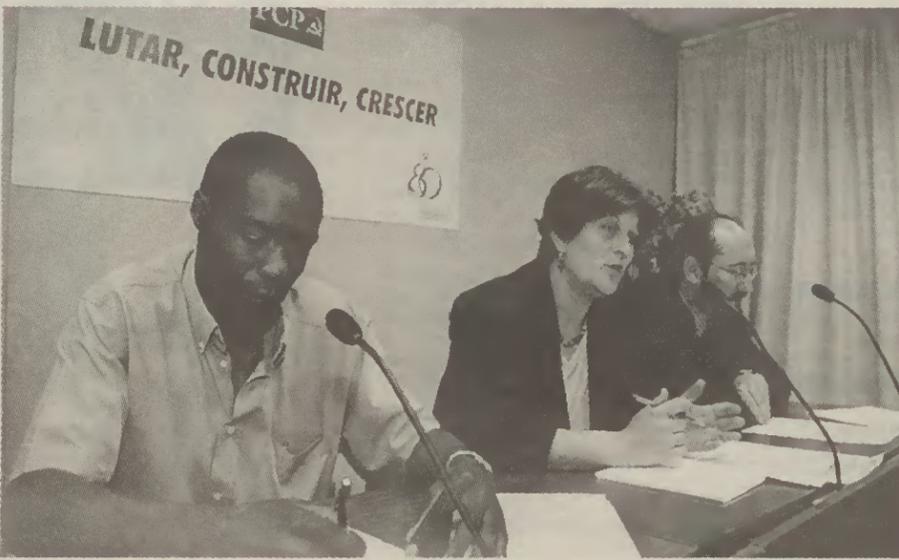
Combate à exploração

Há, assim, trabalhadores com autorização de perma-

nência que se encontram com salários em atraso ou retidos para pagamento do contrato que a entidade patronal lhes fez; registando-se, por outro lado, situações de retenção de contratos de trabalho, por parte do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT), sem qualquer tipo de justificação e sem menção do prazo para decidir sobre a validade ou não desses contratos.

O PCP considera, porém, que os imigrantes em situação ilegal devem procurar regularizá-la. Por seu lado, o PCP continuará a exigir ao Governo a adopção de medidas no sentido da abertura de novos postos do SNF; de uma melhor coordenação entre as diversas entidades envolvidas no processo de obtenção da autorização de permanência; da fiscalização e penalização, pela Inspeção Geral do Trabalho, das empresas que usam o trabalho clandestino; da clarificação, na lei, dos requisitos necessários para passar de autorização de permanência para uma autorização de residência; da disponibilização de recursos para a aprendizagem da língua portuguesa.

PCP vai retomar iniciativa parlamentar sobre pedidos de asilo



O PCP entende que os imigrantes em situação ilegal devem procurar regularizá-la

PCP vai agir

O PCP não deixará de agir com vista a uma lei que salvaguarde a concessão de autorização de residência aos cidadãos estrangeiros que vivem e trabalham em Portugal; a limitação dos poderes discricionários do SEF; a adopção de um regime de obtenção de vistos de trabalho mais aberto e menos policial; o combate à exploração ilegal do trabalho de estrangeiros, através de um regime sancionatório dissuasor; a extensão e a garantia efectiva do direito ao reagrupamento familiar.

Preocupado, ainda, com os cidadãos que tendo fugido de conflitos armados ou de situações de perseguição política não têm identificação pessoal e, em resultado disso, são expulsos para os países de origem, ou vivem e trabalham entre nós clandestinamente, sujeitos a todo o tipo de exploração, o PCP vai, na próxima sessão legislativa, retomar a iniciativa parlamentar que visa garantir que os pedidos de asilo apresentados em Portugal sejam efectivamente apreciados e não fiquem sujeitos a indeferimento liminar, por parte do SEF, como tem acontecido na maioria dos casos.

Por destruição de propaganda da CDU

Queixa-crime contra Edite Estrela

A CDU de Sintra apresentou segunda-feira uma queixa-crime no Ministério Público (MP) contra a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, e o presidente da Junta de Freguesia de Massamá pela prática de «acções terroristas».

Em causa está a retirada de estruturas metálicas com cartazes da CDU para as eleições autárquicas, espalhadas pelo concelho, por funcionários da Junta de Freguesia de Massamá, com base numa ordem dada pela Câmara de Sintra, no sábado passado.

Deolinda Santos, em nome da CDU de Sintra, garantiu que «na mesma altura, aqueles funcionários ameaçaram também danificar as estru-

ras que ainda estavam a ser colocadas». Ora, esclareceu, «qualquer das estruturas estava colocada sem prejuízo de nenhuma natureza, quer de circulação quer estética».

O presidente da Junta de Freguesia de Massamá, Vítor Saraiva, confirmou à agência Lusa ter ordens da autarquia para retirar toda a propaganda, referindo-se a um regulamento da Câmara, aprovado com os votos do PS e do PSD, «que não tem qualquer sustentação legal», segundo a CDU.

Deolinda Santos afirmou ainda não compreender a acção da autarquia, «uma vez que o município foi informado antecipadamente da colocação das faixas»,

tendo ainda invocado o facto de o novo regulamento, que não chegou a ser aprovado em Assembleia Municipal, «contrariar a lei geral da propaganda política».

Recorde-se que o «misterioso» desaparecimento de cartazes da CDU começou em meados de Maio, quando a Coligação de comunistas, verdes e outros democratas independentes colocou pendões ao longo do IC-19 (a via que liga Sintra a Lisboa) a contestar a política seguida pelo PS na Câmara de Sintra. Mas só no sábado passado é que os comunistas encontraram as faixas no armazém da Câmara em Massamá, amontoadas num canto. A CDU voltou, então, a recolocá-las no IC-19, onde se pode ler:

«em oito anos de mandato perdemos um ano de vida», referindo-se às cerca de três horas que os automobilistas perdem diariamente nas filas do IC-19.

Além da queixa-crime apresentada no infcio da semana no MP, a CDU de Sintra apresentou queixa na PSP, no sábado passado, contra Edite Estrela por esta ter mandado retirar várias estruturas metálicas onde aquela força política iria colocar cartazes de propaganda.

